



Irã Figueiredo Salomão

Sobre a recepção de Spinoza no Brasil

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Filosofia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Danilo Marcondes Souza Filho

Rio de Janeiro
Agosto de 2020



Irã Figueiredo Salomão

Sobre a recepção de Spinoza no Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Danilo Marcondes Souza Filho
Orientador
Departamento de Filosofia – PUC-Rio

Prof. Jefferson Costa Soares
Departamento de Educação — PUC-Rio

Prof. Nythamar Oliveira
PUCRS

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, do autor e do orientador.

Irã Figueiredo Salomão

Graduado em Psicologia em 1995 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e em Filosofia em 2016 pela mesma instituição. Especialista em Filosofia Antiga também pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Salomão, Irã Figueiredo

Sobre a recepção de Spinoza no Brasil / Irã Figueiredo Salomão ; orientador: Danilo Marcondes Souza Filho. – 2020.
121 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2020.

Inclui bibliografia

1. Filosofia - Teses. 2. Barukh de Spinoza. 3. Farias Brito. 4. Lívio Teixeira. 5. Nise da Silveira. 6. Marilena Chaui. I. Souza Filho, Danilo Marcondes de, 1953-. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. III. Título.

CDD: 100

Dedico esta Dissertação ao Prof. Edgard José Jorge Filho, que foi meu professor tantas vezes na minha graduação e na pós-graduação. Deixo aqui o registro de minha profunda admiração pelo modo como este mestre transmitiu a filosofia. A paciência sem fim, a constante meticulosidade, as conexões precisas, o amor ao seu ofício; tudo isso não basta para retratar a grandeza de suas aulas.

Agradecimentos

Pela liberdade, confiança e generosidade, agradeço ao meu orientador Danilo Marcondes de Souza Filho.

Pelas condições materiais ao CNPq, ao Departamento de Filosofia da PUC-Rio, bem como à Biblioteca Central desta instituição e seus funcionários.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Código de Financiamento 001.

Agradeço pelos ensinamentos e orientações, ao corpo docente do Departamento de Filosofia da PUC-Rio e à funcionária Edna.

Pela amizade generosa, agradeço aos professores Jefferson da Costa Soares, Nythamar de Oliveira, Edgard José, Maxime Rovere e Remo Mannarino Filho.

Em especial, agradeço a disponibilidade dos professores que participaram da Comissão examinadora.

Aos meus pais, pela educação, atenção e carinho de todas as horas.

Aos meus colegas da PUC-Rio e aos amigos e familiares que me incentivaram.

Resumo

Salomão, Irã Figueiredo; Filho, Danilo Marcondes de Souza. **Sobre a recepção de Spinoza no Brasil**. Rio de Janeiro, 2020. 120p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O trabalho dissertativo aborda os mais representativos marcos da recepção do pensamento do filósofo Barukh de Spinoza no Brasil. Tal recepção não foi realizada apenas por acadêmicos da filosofia. Dentre os elencados aqui neste trabalho, eles não são nem mesmo a maioria. Hoje, esta recepção possui mais de cento e sessenta anos de história, abarcando diferentes momentos da vida intelectual nacional. As diferentes realidades e suas transformações – no âmbito acadêmico e cultural –, pelas quais o país passou, implicam diretamente naquilo que é publicado e também no provável público para o qual se destina. Este trabalho contextualiza a realidade na qual cada obra foi escrita. Quanto mais antiga é a obra, maior é a preocupação com o contexto no qual ela se deu. Neste percurso histórico vemos a construção do campo acadêmico nacional. Vemos assim uma produção filosófica anterior à própria academia. Também há nestas páginas a tentativa de olhar para o público interessado. Estando a leitura no lugar de onde não se ecoa, esta dissertação apenas consegue apresentar indícios sobre a massa crítica. O apelo à realidade das editoras é apenas uma tentativa de fornecer pistas sobre a existência de possíveis leitores.

Palavras-chave

Barukh de Spinoza; Farias Brito; Lívio Teixeira; Nise da Silveira; Marilena Chaui.

Abstract

Salomão, Irã Figueiredo; Filho, Danilo Marcondes de Souza. (Advisor) **About Spinoza's reception in Brazil**. Rio de Janeiro, 2020. 1XXp. Dissertação de Mestrado – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The argumentative work addresses the most representative landmarks of the reception of the thought of the philosopher Barukh de Spinoza in Brazil. Such a reception was not made only by scholars of philosophy. Among those listed, they are not even the majority. Today, this reception has more than one hundred and sixty years of history, covering different moments of the national intellectual life. The different realities and their transformations - in the academic and cultural spheres - that the country went through, directly imply in what is published and also in the probable audience for which it is intended. This work contextualizes the reality in which each publication was written. The older the work, the greater the concern with the context in which it took place. In this historical path we see the construction of the national academic field. We thus see a philosophical production prior to the academy itself. There is also an attempt on these pages to look at the interested public. Being the reading in the place where it is not echoed, this dissertation can only present indications about the critical mass. The appeal to the publishers' reality is just an attempt to provide clues about the existence of possible readers.

Keywords

Barukh de Spinoza; Farias Brito; Lívio Teixeira; Nise da Silveira; Marilena Chaui; Francisco de Guimaraens; Ana Luiza Saramago Stern; João Abreu; reception; Brazilian academic field; critical mass.

Sumário

1. Introdução	9
2. Sucintamente sobre Spinoza na escola secundária	13
3. Breve observação sobre nossa grafia	15
4. O contexto da primeira recepção	20
5. Farias Brito	30
6. O quarto capítulo da <i>Finalidade do mundo</i>	34
7. Entre Farias Brito e Lívio Teixeira	44
8. Lívio Teixeira e a <i>Doutrina dos modos</i>	55
9. Nise: fonte secundária introdutória	62
10. As obras e os públicos de Chaui	72
11. Gleizer para dois públicos	92
12. De volta aos bacharéis.	97
13. Conclusão	111
14. Referências Bibliográficas	117
<i>Sites Web</i> apresentados	120

Introdução

O objetivo desta dissertação é apresentar os principais marcos do spinozismo brasileiro, desde suas primeiras manifestações, até esta segunda década do século XXI. Por conseguinte, há nesta pesquisa um viés flagrantemente histórico. Em nenhuma obra que abordamos aqui, nós nos esforçamos por fazer uma análise exaustiva de seus argumentos. Por outro lado, nos vimos impelidos a não deixar o leitor no vácuo. Se buscássemos fazer uma crítica minuciosa desta ou daquela obra, certamente não construiríamos um percurso panorâmico do spinozismo brasileiro ao longo de pouco mais de um século. A construção deste panorama foi o primeiro propósito ao qual nos incumbimos. Ao mesmo tempo, se não pincelássemos o conteúdo e a estrutura das obras mencionadas, não daríamos ao leitor a noção, por exemplo, dos problemas sobre os quais os brasileiros já trataram. Tentamos então, um equilíbrio entre incompletudes, ou entre insatisfações.

Além desta delimitação, o propósito de construir um panorama que fosse completo na sua extensão temporal, obrigou este trabalho a fazer outro recorte. Optamos por não mencionarmos os artigos acadêmicos, mas nos pautamos exclusivamente nos livros publicados. Tal escolha possibilita a indagação sobre o público para o qual se destina tal obra. Entendemos que os artigos tem uma circulação mais restrita aos pesquisadores e profissionais do campo acadêmico, enquanto o livro detém uma gama maior de possibilidades naquilo que diz respeito ao público para o qual se destina.

Ao tocarmos em uma determinada obra, o contexto no qual ela surgiu se mostrou de suma importância para compreendermos o porquê de determinados resultados. Aquele que hoje se debruça sobre o trabalho de Farias Brito (1862 – 1917), por exemplo, certamente sentirá uma considerável estranheza nas suas argumentações sobre Spinoza (1632 – 1677). A percepção da situação, das limitações e do isolamento do bacharel cearense ajudam seu pesquisador dos dias de hoje a ter um olhar mais abrangente. Ao invés de nos restringirmos ao conteúdo filosófico transmitido por Brito, somos capazes de observar seu texto como um objeto pertencente a uma realidade cultural determinada, fazendo dele uma peça de uma arqueologia do campo acadêmico brasileiro.

A notoriedade que contemporaneamente este ou aquele trabalho sobre Spinoza desfruta na massa crítica brasileira não é, nesta dissertação, um parâmetro para um estudo com maior afinco. Ao contrário disto, o distanciamento cronológico e o grau de um esquecimento descuidado são os ingredientes que levaram este trabalho a uma maior dedicação com os autores mais antigos do que com o spinozista que hoje ainda encontra seus livros nas vitrines das livrarias. Este trabalho dedicou maior esforço justamente com os autores que estão sendo relegados à escuridão deste esquecimento que entendemos como indevido. Nise da Silveira (1905 – 1999) é um bom exemplo desta nossa tentativa de resgate. Por isso, esta dissertação acaba dedicando mais esforços conforme mais para o passado recuamos.

Desde o primeiro momento de nosso percurso histórico nos perguntamos o significado da recepção do pensamento de um filósofo. O que é receber o pensamento de alguém? Compreendemos que observar apenas e tão somente o texto de cada estudioso brasileiro seria por demais incompleto. Mais que isso, de uma forma ou de outra qualquer pessoa pode, por si, buscar este ou aquele trabalho brasileiro sobre Spinoza, aprender e construir suas percepções. Nosso propósito não é realizar uma crítica a nenhum brasileiro específico. Desta forma, já em Farias Brito vemos que o campo acadêmico é uma peça crucial na construção de uma intelectualidade capaz de executar um trabalho relevante no campo da filosofia, como seria em qualquer campo. Buscamos então dissertar sobre o surgimento e o incremento deste campo, de seus recursos e de alguns de seus componentes. O terceiro elemento – e não menos relevante – é o que podemos chamar de massa crítica, composta por acadêmicos e pelo público mais amplo que demonstra interesses intelectuais. Deste terceiro ingrediente temos, muitas vezes, apenas indícios. Recorremos às pistas no mercado editorial, seu desenvolvimento, sua capilaridade e seu volume de exemplares vendidos em determinadas épocas. Nada disso representa um dado direto sobre a leitura que o grande público poderia ter feito sobre alguma obra de um determinado spinozista brasileiro. São dados que apenas nos indicam a proporção de uma intelectualidade dentro da sociedade brasileira. São indicadores vagos e incertos, mas sabemos que a leitura é silenciosa e que, portanto, não provê ecos. No máximo rigor, podemos afirmar que mesmo tendo em mãos o número exato de exemplares vendidos de

um livro sobre o pensamento de Spinoza, não podemos afirmar nada sobre a efetiva leitura desta obra. Em outras palavras, um livro muito vendido não é uma prova de que ele realmente foi lido por alguém. O mesmo livro citado numa bibliografia também não é uma prova de que ele foi realmente lido e utilizado. Mais que isso, uma citação do último capítulo deste tal livro não prova que o seu capítulo anterior foi aberto. Como a paternidade em tempos idos, é uma questão de fé. Não por isso deixamos, por exemplo, de mencionar o fenômeno das enciclopédias e coleções e suas repercussões como fenômeno de vendas. Fomos resgatar, por exemplo, uma publicação, na coleção *Biblioteca do pensamento vivo*, da década de 40, de um romancista alemão que apresentou Spinoza ao grande público brasileiro. Essa coleção ainda fazia sucesso vinte anos depois de seu surgimento. Mesmo o autor não sendo brasileiro, consideramos que este é um fato relevante numa recepção brasileira do pensamento de Spinoza devido às circunstâncias na qual se deu, no momento da relação entre as publicações e o público monoglota, etc. Fora do cenário em que ocorreu, tal publicação poderia não ter relevância para ser mencionada neste nosso trabalho.

Esta dissertação tem uma preocupação bastante parcimoniosa em buscar uma característica do spinozismo brasileiro. Seu primeiro capítulo trata da indefinição consolidada que o Brasil tem no que diz respeito ao nome de Spinoza. Até onde nossa pesquisa alcançou, tal indefinição é de exclusividade do nosso país. Se nos fosse imposto apontar características vislumbradas no percurso histórico delineado, diríamos que, em primeiro lugar, temos uma pluralidade muito satisfatória de temas e estilos. Em segundo lugar, nossos spinozistas algumas vezes dedicaram seus trabalhos exclusivamente para os acadêmicos, às vezes para o grande público e noutras poucas vezes, para ambos. Ou seja, além da diversidade de temas, temos uma diversidade já bem construída no que diz respeito ao público para o qual se destina. Obviamente, nenhum livro que estudamos aqui foi categórico em afirmar seu público alvo. Trata-se de uma percepção nossa que leva em conta, sobretudo, o nível de exigência necessário que aquela obra pede ao seu leitor. Uma terceira característica é a presença de autores provenientes do campo do Direito. Não é à toa que fomos obrigados a começar com um bacharel formado na Faculdade de Recife e que, no último capítulo desta dissertação, nos debruçamos sobre um pequeno conjunto de obras

vindas de pensadores do Direito. Não menos importante, a última característica da recepção deste pensador (certamente de todo e qualquer intelectual) é o esquecimento acelerado e nada seletivo. Não arredamos nossas atenções a tal questão em nenhum capítulo. O “termômetro” é a acessibilidade da obra, pressupondo que uma demanda razoável tenha como consequência uma perseverança, uma sobrevivência daquele livro no mercado editorial. Talvez, este demérito capaz de transformar um semestre num passado longínquo e insignificante seja fruto de uma sociedade filoneísta e que, na sua educação, teve a precariedade como companheira poderosa e constante.

Sucintamente sobre Spinoza na escola secundária

Neste trabalho nós realizamos dois recortes. Decidimos não enveredarmos pelas publicações de periódicos, privilegiando exclusivamente os livros e suas respectivas atuações no mercado editorial. O segundo recorde implica no não acompanhamento dos programas do atualmente chamada Ensino Médio. O leitor, caso descartasse esta sucinta passagem e se encaminhasse para o próximo capítulo, não teria nenhuma informação sobre qualquer programa do Ensino Médio brasileiro. Ele se convenceria de que a recepção de um pensamento estaria, nos nossos moldes, circunscrita ao âmbito universitário. Dito de outro modo, nosso leitor poderia afirmar que desprezamos o Ensino Médio quando nos referimos à recepção de um filósofo. Entretanto, mesmo assumindo os dois recortes que este trabalho delimita para si, nos vemos obrigados a alertar o possível pesquisador que o Ensino Médio brasileiro já previa o ensino do pensamento de Spinoza alguns anos antes do nascimento de Raimundo de Farias Brito, que viria a ser o primeiro brasileiro a publicar algo de cunho acadêmico sobre Spinoza.

Encontramos no *Programa de ensino da escola secundária brasileira (1850-1951)*, os anos nos quais Spinoza, dentre outros filósofos, constava ou deixava de constar nos programas do então sétimo ano (último ano de estudos). Esta publicação, organizada por Ariclê Vechia e Karl M. Lorenz, contou com a apresentação da professora Cecília Maria Westphalen, escrita em Curitiba, em abril de 1998. Este livro é na realidade uma coletânea de “dezoito documentos que delineiam os conteúdos programáticos ensinados na escola secundária brasileira de 1850 a 1951. Destes programas, um total de quinze foram elaborados para o Colégio Pedro II, que havia sido inaugurado em março de 1838. Tal instituição serviria de padrão para as demais instituições do gênero.

No programa de ensino do ano de 1858 para o Colégio Pedro II, Spinoza já consta nos itens de *História da Philosophia*, onde ao final podemos ler – na grafia da época – o seguinte: “O professor fará huma exposição succinta do movimento philosophico no 18º seculo, e terminará esboçando as grandes escolas actuaes.”

O programa para a mesma instituição, do ano de 1862, demonstra que os temas abordados em Filosofia não sofreram mudança. Voltamos a encontrar o

nome de Spinoza no ano de 1878, que nos leva a especular que nos anos intermediários, entre 1858 e 1878, Spinoza esteve sempre presente. O documento seguinte, também para o Colégio Pedro II, é do ano de 1882. Nele, nos itens de Filosofia Moderna, não encontramos o nome de Spinoza. Podemos ler Bacon, Descartes e genericamente, “Philosophia do século XVIII em França.”

No ano de 1898, no “Programmas Provisórios do Gymnasio Nacional” Spinoza está de volta. Curioso notar que os nomes a serem ensinados na Filosofia Moderna estão discriminados e, além do nosso objeto de estudo nós podemos encontrar: Descartes, Galileu, Bacon, Hobbes, Malebranche, Leibnitz, Vico, Locke, Condillac, Os enciclopedistas, Hume, Kant, Fichte, Schelling, Hegel Herbart, Krause e Schopenhauer.

Achamos muito contemporâneo tratar de filosofia oriental, mas no programa do Colégio Pedro II ela já está lá. Spinoza também está lá e, pela primeira vez podemos ler quais os temas de sua filosofia que devem ser ensinadas.

Monismo de Spinoza. Ideia fundamental: unidade substancial de Deus e do mundo. O método. Exclusão da finalidade como consequência da natureza mesma do método. Exclusão da liberdade também como consequência do método. Conceitos fundamentados em sua substância. Teoria dos atributos. Teoria dos modos. Filosofia moral.

Creemos que, com estes poucos parágrafos, fomos capazes de auxiliar o eventual pesquisador. Rigorosamente, podemos afirmar que o primeiro registro que temos de qualquer transmissão da filosofia de Spinoza em nosso território acontece pela determinação do programa de ensino do Colégio Pedro II. Há também o começo poético, assim como há a primeira publicação. Veremos cada um destes momentos nos próximos capítulos.

Breve observação sobre nossa grafia.

Antes de enveredarmos pelo percurso que o spinozismo até agora realizou no Brasil, é oportuno atinarmos para a questão da grafia do nome do filósofo holandês. Esta questão imediatamente salta aos olhos daqueles que estudam sua filosofia no Brasil. No nosso país, e apenas nele, há uma desavença sobre o modo como os usuários da língua portuguesa devem escrever o nome de Spinoza.

Atualmente, dentre os estudos brasileiros sobre o pensamento deste filósofo, o de maior notoriedade conta com o seguinte título: *A nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa*.¹ Sua autora, Marilena Chaui (1941 –), escolheu, desde suas primeiras publicações, grafar o nome do judeu de Amsterdam com “e” no início e “s” ao final. O bacharel Farias Brito, no segundo volume de *Finalidade do mundo* (1899), escreve *Spinoza*, desta maneira. Bem verdade que, ao mesmo tempo em que temos uma divergência, temos também um consenso, qual seja, se é escrito com “e” no início, será escrito com “s” no final. Quando a primeira letra é “s”, a penúltima sempre será “z”.

O professor de direito da PUC-Rio, Francisco de Guimaraens escolheu gravar *Spinoza*, assim como a doutora Nise da Silveira, quando em 1990 lançou *Cartas a Spinoza*. Neste “partido” encontramos Alcântara Nogueira (1918 – 1989), o historiador Francisco Carlos da Fonseca Elia (1952 – 2004), o diplomata Graça Aranha (1868 – 1931) e Miguel Reale (1910 – 2006). Do outro lado, ou seja, dentre aqueles que escrevem *Espinosa*, não faltam nomes ilustres, a começar pelo Bruxo do Cosme Velho. Machado de Assis (1839 – 1908), em 1880, decidiu que seu soneto, integrante da série *Ocidentais*, homenagearia *Espinosa*; grafado deste modo. Além de Marilena Chaui, já mencionada, temos neste “time” o professor Marcos André Gleizer, Lívio Teixeira (1902 – 1975) e Luiz Alfredo Garcia-Roza (1936 – 2020). Em 1996 ele publicou sua primeira obra de ficção, o premiado *O silêncio da chuva*. Seu protagonista é o *Inspetor Espinosa*, que ressurgiria em outras obras suas. Ana Luiza Saramago Stern, professora do departamento de direito da PUC-Rio, publicou sua tese de doutorado em 2016, com prefácio de Marilena Chaui, com o seguinte título: *A imaginação no poder*:

¹ *A nervura do real* foi a tese de livre-docência de Marilena. Ela viria a ser publicada pela primeira vez em 1999. Sobre tal trabalho, nos deteremos pormenorizadamente em outro capítulo.

obediência política e servidão em Espinosa. Oito anos antes Saramago Stern, ao defender sua dissertação² preferiu valer-se da outra grafia. Resumidamente, as teses e dissertações que examinamos³ apresentaram a mesma divergência. Assim como nas obras publicadas, não há prevalência de uma forma de escrita sobre a outra entre as teses e dissertações.

Assim como os brasileiros que publicam ou aqueles que apresentam seus trabalhos acadêmicos, tal impasse – obviamente – se espraia também para os tradutores. A obra cujo título original é *Spinoza et le problème de l'expression*, de Gilles Deleuze (1925 – 1995), foi traduzida como *Espinosa e o problema da expressão*⁴. A mesma opção foi feita pela tradutora e professora de filosofia da USP, Tessa Moura Lacerda (1974 –), que preferiu traduzir a obra de André Scala (1950 –), cujo título original era *Spinoza*, por *Espinosa*⁵. Opção diferente destas anteriores aconteceu com a *Coleção Companions & Companions*, da *Cambridge University Press*, ou ainda, a tão difundida coleção *Em 90 minutos*, da Jorge Zahar Editor. Estas duas optaram pela grafia que inicia o nome com “s”.

As obras que não tratam exclusivamente de Spinoza também convivem com a mesma indefinição. Enquanto *A História da Filosofia*, de Julián Marias (1914 – 2005), teve uma tradução⁶ que preferiu a grafia com “e” no início, os tradutores da *História da filosofia moderna*, da italiana Sofia Vanni Rovighi (1908 – 1990), escreveram o nome de nosso filósofo assim: *Spinoza*⁷. Procederam desta mesma forma os tradutores de *História da filosofia: de Spinoza a Kant*, de Giovanni Reale e Dario Antiseri. O caso dos dicionários implica em maiores consequências. Um dos mais importantes dicionários que temos é do espanhol José Ferrater Mora (1912 – 1991). A equipe de tradução⁸ escolheu grafar com “s” no início e “z” no final, mantendo a grafia original desta obra. A consequência disso é que o verbete se manteve no tomo IV. Caso eles optassem pela grafia que

² O professor Adriano Pilatti foi seu orientador e Maurício de Albuquerque Rocha o co-orientador.

³ Este trabalho não tem pretensão de fazer uso de estatísticas ou probabilidades. Consultamos todos os 17 trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) existentes na PUC-Rio que tem Spinoza como assunto principal. Nosso intuito era perceber o espírito que emana destes trabalhos. Mais questões sobre estas obras serão apresentadas ao longo da nossa dissertação.

⁴ Referimo-nos ao trabalho de 2017, da Editora 34 Ltda, cuja tradução foi realizada por um conjunto de profissionais, o GT Deleuze - 12.

⁵ Referimo-nos ao trabalho da editora Estação Liberdade, de 2003.

⁶ Tradução de Claudia Berliner, Editora Martins Fontes, 2004.

⁷ Tradução de Marcos Bagno e Silvana Cobucci Leite, Edições Loyola, 2ª edição: maio de 2000.

⁸ Maria Stela Gonçalves, Adail U. Sobral, Marcos Bagno e Nicolás Nyimi Campanário.

Machado de Assis havia escolhido, eles teriam que transplantar o verbete para o tomo II, e o holandês ficaria entre o verbete “Espinhas, Alfred [Victor]” e o verbete “Espiritismo”. Caso os tradutores tivessem optado pelo transplante do verbete de um lugar para o outro, teriam que ter o cuidado de observar, em todos os locais deste dicionário, onde poderia haver qualquer indicação do nome de Spinoza.

Pincelando algumas situações para que o leitor vislumbre a extensão desta dupla grafia com a qual convivemos. Uma última situação, pelo seu exotismo, merece algumas linhas. A obra *O Si-Mesmo como Outro*, de Paul Ricoeur (1913 – 2005), foi traduzida por Ivone C. Benedetti⁹. No final desta obra encontramos o índice onomástico que, como qualquer índice onomástico, obedece à ordem alfabética. Já que, durante toda a obra, o nome do judeu holandês foi grafado com “e” no início, procuramos neste índice o nome de Spinoza entre a letra “d” e a letra “f”. Não tivemos sucesso. Fomos encontra-lo em meio aos nomes listados na letra “s”, porém grafado com “e” no início, localizado depois de Sófocles. Provavelmente, a tradutora encontrou o nome de Spinoza, no índice onomástico original naquele local e preferiu não muda-lo e romper a ordem alfabética. A mesma editora do livro que citamos de Paul Ricoeur, ao publicar a obra *A Hermenêutica do sujeito*, de Michel Foucault (1926 – 1984), não fez assim. Isso nos leva a entender que as soluções são frutos dos tradutores. Nesta obra,¹⁰ a ordem alfabética do índice onomástico foi obedecida, o nome foi alterado para *Espinosa* e mudado para a letra “e”.

Na prática, quem deseja no Brasil pesquisar sobre Spinoza, seja numa biblioteca, seja num *site* de livraria, realizará duas buscas. Na cidade do Rio de Janeiro existe uma exceção a este inconveniente de se fazer duas pesquisas para uma só busca. O sistema do Real Gabinete Português de Leitura, chamada de Catedral da Cultura Portuguesa, nos ajuda a compreender a origem da divergência. Quando fazemos uma pesquisa em seu sistema “entrando” com a palavra *Spinoza* não obteremos sucesso algum se desejarmos encontrar obras publicadas em Portugal. Por outro lado, ao digitarmos *Espinosa*, encontraremos todas as obras catalogadas provenientes de Portugal. Naquele país existe um consenso de que tal nome deve conter o “e” no início. Uma vez que nos demais

⁹ Editora: WMF Martins Fontes, 2014.

¹⁰ Foucault, Michel. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Tradução: Márcio Alves da Fonseca, Salma Annus Muchail. Editora WMF Martins Fontes, 2010.

países do mundo, o nome do filósofo holandês é escrito sem o “e” na frente e com o “z” antes do “a”, concluímos que nosso país está só na falta de consenso. Tal impasse é fruto da mescla de culturas. Isso não é uma excepcionalidade quando tratamos da formação do Brasil. Ao contrário, é esta a nossa regra, melhor dizendo, a nossa história.

Alguns acreditam que a grafia aportuguesada utilizada pelos estudiosos brasileiros é o resultado da forte influência que a pensadora Marilena Chaui tem no nosso país. Entendemos que isso não procede, uma vez que Machado de Assis, muito antes de Marilena, optou por tal modo de grafar. Lívio Teixeira, também anterior à Chaui, grafou tal qual Machado. Seria possível especular que Lívio Teixeira teria sido uma influência para Chaui. Até porque, ela estudou sua obra¹¹. Lívio deixou de lado a opção feita por Farias Brito, o único acadêmico que antecedeu Lívio no trato com o pensamento de Spinoza. A conclusão desta mera especulação é que teria sido Machado de Assis quem escancarou, no Brasil, a influência lusitana na forma de grafar o nome do nosso filósofo. Se num primeiro momento o Brasil teve uma influência uníssona proveniente de Portugal, ao longo do século XIX e fins do século XVIII o amor pela cultura francesa e alemã tomou a frente, seja pela assimilação, pela imitação ou mesmo pela coerção dos ingleses. Farias Brito, assim como tantos outros bacharéis de Recife, sofreram esta influência. Esta pode ter sido a causa da escolha feita por Brito no caso da grafia do nome de Spinoza.

A nova Europa impôs ao Brasil ainda liricamente rural, que cozinhava e trabalhava com lenha, o preto, o pardo, o cinzento, o azul-escuro de sua civilização carbonífera. As cores do ferro e do carvão; o preto e o cinzento das civilizações “paleotécnicas” [...]; o preto e o cinzento dos fogões de ferro, das cartolas, das botinas, das carruagens do século XIX europeu.¹²

Comprendemos que não é possível dizer que no futuro um destes modos de grafar o nome de Spinoza será hegemônico no Brasil. Assim como nas teses e dissertações que vasculhamos, as publicações demonstram – até o momento – que o convívio das duas grafias se manterá sem qualquer prevalência de nenhuma delas.

¹¹ Além de ser da Marilena Chaui a apresentação da publicação de Lívio Teixeira sobre Spinoza, ela cita Lívio na sua maior obra, *A Nervura do real*, na página 657.

¹² FREYRE (2000b), p338.

Para os nossos fins, teremos o cuidado de não interferir na grafia escolhida pelo estudioso de cada trabalho que for citado aqui. Nós manteremos inalterada a opção de cada spinozista brasileiro. Por outro lado, independentemente destes spinozistas que iremos estudar, quando tivermos que escrever o nome do judeu de Amsterdam, nossa opção refletirá – assim entendemos – a opção do próprio Spinoza. Em 1654 Miguel, pai de Spinoza, morreu. Nosso filósofo tinha 22 anos e, junto com seu irmão, assumiu os negócios do pai, escolhendo como nome da empresa “Bento y Gabriel de Spinoza”. Sem delongas sobre o tema, desejamos dizer que não almejamos uma resolução, um consenso definitivo, um “bater de martelo” sobre a grafia do nome deste filósofo. Ao contrário disso, se este trabalho deseja vasculhar e apontar alguma característica do spinozismo no Brasil, a decisão pela indecisão sobre qual grafia a ser utilizada já é a primeira característica encontrada.

O contexto da primeira recepção.

Farias Brito foi o primeiro pensador brasileiro a escrever sobre Spinoza. Este capítulo tem por objetivo pincelar a conjuntura na qual o texto deste bacharel foi produzido. Somente assim conseguimos compreender melhor suas características e sopesar até que ponto o campo intelectual no Brasil da segunda metade do século XIX deve estar no horizonte daquele que enfrenta o texto de Farias Brito.

Se nosso objetivo é apresentar a recepção de Spinoza no nosso país, é inescapável um vislumbre sobre a história do pensamento nacional que, como afirma Adolpho Crippa, comporta “uma verificação do crescimento na capacidade especulativa entre as elites pensantes”¹. Em outras palavras, não podemos ignorar por completo o contexto em que esta obra é produzida. Mais que isso, mesmo ciente das dificuldades que impossibilitam avançar as pesquisas, nós devemos ao menos ter em mente aquilo que vai além do texto escrito e o circunscreve. Ao perguntarmos sobre o possível público interessado numa obra que trate de Spinoza no Brasil do final do século XIX, estamos também perguntando sobre, afinal, o que é “receber”, “recepção”, o pensamento de um filósofo. Obviamente, lembra o historiador Robert Darnton (1939 -), há uma impenetrabilidade na prática da leitura. Diz ele que “a leitura permanece um mistério”². Sabemos que a compra de uma obra não implica na sua leitura. Além disso, que bagagem cultural viabiliza ou interfere naquilo que está sendo lido. Em última instância, poderíamos até perguntar sobre onde acontece *de fato* o texto. Fica evidente que são muitas as variáveis e infinitas questões que em poucas linhas acabamos de delinear. Entendemos que “recepção” um pensador nos obriga a minimamente lançar algumas luzes sobre aquilo que vai além do texto. Se as dificuldades de uma pesquisa são evidentes, isso não nos impede que tenhamos a pretensão de, ao menos, não permitir que o leitor esqueça, ao longo deste trabalho, do cenário, do contexto no qual esta ou aquela obra se dá.

O ponto de partida escolhido para nosso estudo sobre o spinozismo em nossas terras é a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro em 1808.

¹ CRIPPA (1978). p.82.

² CHARTIER (2001), p 143.

Este marco não é o início de um novo momento da educação deste país. Ele é um forte ponto de inflexão dentro de um processo que já acontecia desde a expulsão dos jesuítas, em 1759, por parte do lisboeta Marquês de Pombal (1699 – 1782). Até a saída involuntária dos religiosos, o que prevalecia no nosso túbio sistema de ensino era a *Ratio Studiorum*³. Ela implementava um conjunto de regras e de instruções pedagógicas a serem seguidas pelos jesuítas em todo o mundo. Seus ensinamentos tinham as cores da Idade Média. Seu uso deixava translúcido que o intuito maior dos jesuítas não era propriamente educar, mas sim disseminar o seu credo. Não é difícil encontrar críticos que apontam os mais diversos problemas provenientes do ensino jesuítico deste período.

Nada mais amolecedor da inteligência que o ensino exclusivo ou quase exclusivo do latim ou de qualquer outra língua morta. Foi o ensino que se desenvolveu entre nós sob a influência dos colégios de padres.⁴

Alguns críticos chegam a afirmar que a postura anticientífica deste clero “influiu, sem dúvida, na péssima administração do país”⁵. Os jesuítas administravam aqui dezessete colégios e seminários, menos da metade ensinava filosofia. Eram estes colégios que se prestavam ao papel de cursos superiores, considerando que alguns cursos eram proibidos, como no caso da medicina e também do direito. No total, os inacianos somavam menos de setecentos homens em todo o território nacional no momento de sua expulsão. Com a saída destes religiosos o Brasil ampliou o vazio no seu sistema educacional, se é que podemos fazer uso de tal expressão. O ensino de nível médio deixou de existir de maneira sistemática. Os jesuítas também possuíam ótimas bibliotecas no Brasil, além de um prelo no seu colégio no Rio de Janeiro, já em 1724⁶.

Gradualmente foram instaladas as escolas régias, com o apoio de outras congregações. Ao se dismantelar o monopólio dos jesuítas, a direção passou, aos poucos, a ser dada pelo Estado. Vemos um duplo processo acontecendo: a laicização do sistema escolar e a construção de um sistema de ensino estatal complexo. Por isso afirmamos que a chegada da família real é um ponto de

³ Nome completo: *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*.

⁴ FREYRE (2000b), p.344.

⁵ ELLIS (2004), p.424.

⁶ HALLEWELL (2017), p 78.

inflexão num processo que já ocorria. Nos anos de 1760 já foram realizados concursos para professores, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Recife. Aos poucos nos encaminharíamos para um sistema controlado, mais homogêneo e secularizado. Vale lembrar que, até este movimento acontecer, houve diferentes instituições e agentes que tomaram a iniciativa de educar: corporações profissionais, a igreja, as famílias, associações filantrópicas e professores particulares (religiosos ou laicos) tornaram-se importantes agentes diante da ausência do Estado. Era comum encontrar nos jornais anúncios destes professores. Na realidade, qualquer pessoa que tivesse uma determinada habilidade ou aptidão não se acanhava, no universo doméstico, a ensinar aos demais. É uma unanimidade entre os estudiosos a enorme precariedade e o atraso do ensino brasileiro, mesmo em comparação com outros países da América-Latina. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982) dedica páginas a tais comparações.

Só na Universidade do México sabe-se com segurança que, no período entre 1775 e a independência, saíram 7850 bacharéis e 473 doutores e licenciados. É interessante confrontar este número com o dos naturais do Brasil graduados durante o mesmo período (1775 – 1821) em Coimbra, que foi dez vezes menor, ou exatamente 720.⁷

A família real trouxe uma comitiva com milhares de pessoas, uma biblioteca com 60.000 livros, a abertura dos portos para o comércio e a permissão para instalação de indústrias nestas terras. A economia se transformou, assim como a cultura e a política. A cidade cresceu, passou a receber pessoas das mais diversas nacionalidades, teve que praticar a tolerância religiosa e permitir a instalação de igrejas protestantes. Fisicamente, teve que se expandir. Em 1828 já contava com noventa ruas, duas praças e seis morros ocupados⁸. Gradativamente D. João VI (1769 – 1826) fez surgir na então capital de seu império um conjunto de aparelhos culturais. Era uma tentativa de fomentar um pouco de arte e de ciência no seu próprio entorno. O processo de laicização e de estatização do ensino já estava em andamento, mas com a chegada da família real, o anseio para

⁷ HOLANDA (1995) p.119.

⁸ LESSA (2000) p.132.

se construir uma instituição de ensino superior se tornaria palpável. Ao invés de universidades, D. João VI criou cátedras isoladas que atendessem às necessidades da própria Coroa instalada nos trópicos. Em 1808 foi criada a cátedra de Medicina, no Rio de Janeiro e na Bahia. Esta cátedra do Rio, em 1920, comporá o embrião da futura Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1810, também surgirá no Rio, a de Engenharia. Em 1814, no Rio, surge o curso de Agricultura. Quatro anos depois, na mesma cidade, o laboratório de Química. Outras instituições surgiram com o intuito de incrementar a vida cultural do Rio de Janeiro e do país. A *Gazeta do Rio de Janeiro* – primeiro jornal do país – foi editada pela primeira vez em 1808, pela Imprensa Régia, que manteve o monopólio das impressões no Rio até 1822. Este equipamento também ajudou na expansão da educação na cidade. O predomínio cultural do Rio de Janeiro perdurou até 1880.

A corte (nome pelo qual o Rio imperial era conhecido de modo geral) atraía a nata do talento literário e intelectual do país; os produtos e suas editoras gozavam de um prestígio nacional que inexistia em quaisquer outros centros⁹.

Por outro lado, o que se tinha por fazer era muito maior, muito mais abrangente, do que a fundação destas instituições conseguiria produzir. Vale ressaltar, por exemplo, que as primeiras escolas normais surgirão apenas na década de 30 daquele século¹⁰. É com estas instituições que o Brasil conseguirá substituir a figura do mestre-escola pela figura do professor. Em outras palavras, trazer para o sistema de ensino brasileiro profissionais preparados para esta atividade. Eles ainda não existiam em escala, eram mal remunerados, escolhidos sem qualquer critério e desconsiderados por todos. A substituição do mestre-escola – de acordo com Myriam Ellis¹¹ também não trouxe grandes mudanças na qualidade do corpo docente. O vazio que a saída dos jesuítas ampliara, mal começara a ser sanado. Diante da Assembleia Constituinte de 1823, D. Pedro I se mostrou preocupado com a situação da educação do Brasil e pediu providências. A Constituição Imperial daquele ano determinava a garantia de instrução primária para toda a população, dentre outras intenções, como é o caso da criação de

⁹ HALLEWELL (2017), p.133.

¹⁰ Minas Gerais e Rio de Janeiro (1835), Bahia (1836) e São Paulo (1846).

¹¹ ELLIS (2004) p.428.

escolar em todas as cidades. Nós sabemos muito bem que houve e ainda há um enorme hiato entre a letra da lei e a realidade na qual vivemos. Naquele mesmo ano de 1823 foi implantado o método Lancaster, oriundo da Inglaterra. Ele consistia:

No preparo de um grupo de alunos – os mais inteligentes – que, por sua vez, deveriam transmitir os conhecimentos adquiridos a seus colegas. Assim, um professor de uma classe de quarenta alunos, de bom nível intelectual, deveria assegurar o ensino de quarenta classes de quarenta alunos, por meio de alunos-mestre. Este método foi logo abandonado pelas escolas europeias mercê de sua ineficácia¹².

Este método foi um fracasso na Inglaterra. Obviamente, aqui não foi diferente. Mesmo assim, o Brasil insistiu nisso por 15 anos. Era prático e barato. A situação era tão ruim que nem mesmo a desinteressada classe política suportou o cenário miserável no qual nos encontrávamos. Em 1827 promulgou a única lei daquele século destinada ao ensino primário. Ela proibia os castigos corporais. Da mesma forma que as determinações da Constituição Imperial sobre educação não ressoaram no mundo real, esta lei também não foi além do papel. Tendo isso em mente, temos a dimensão da precariedade da educação na primeira metade do século XIX. Em *As ideias filosóficas do Brasil* Adolpho Crippa trata este momento como um “panorama bastante negativo”, dizendo que havia “poucas bibliotecas, poucas escolas, nenhuma universidade, imprensa precária, maus arquivos, grande desnível entre o saber das elites e o do povo”¹³. No campo intelectual, que ainda estava preparando o solo, a reflexão mais elaborada – resultado dos estudos mais elevados – ainda era uma gestação. O mesmo estudioso fala em “marasmo” e “verbalismo pouco crítico”¹⁴. Para se ter uma ideia da mentalidade predominante, basta recapitularmos que até 1820 as mulheres brancas eram mantidas analfabetas, pois deste modo se evitava o perigo das trocas de cartas de amor. A mulher branca que desejava aprender a ler deveria se tornar freira. Quando este público, ainda no final do século XIX, começa a se tornar consumidora de romances, livrarias e os prelos existentes se locupletam.

¹² ELLIS (2004), p.428

¹³ CRIPPA (1978), p.92

¹⁴ CRIPPA (1978), p.83.

No entendimento do uspiano Cruz Costa (1904 – 1978), a pasmaceira e a precariedade das ideias no Brasil só ganhariam outra toada depois de 1850. “Será a abolição do tráfico que irá encerrar verdadeiramente a fase colonial da história nacional. O Brasil conhecerá, a partir de então, um ritmo novo”.¹⁵ Mas é ainda neste Brasil predominantemente rural e, sobretudo, pouco instruído que surgirão as primeiras iniciativas para a construção de uma faculdade de direito. São diversas as observações dos estudiosos sobre a profunda ignorância da população brasileira em meados do século XIX. Para se ter uma ideia da situação, transcrevemos alguns dados, fornecidos pelo censo de 1872¹⁶. Naquele momento, 23,4% dos homens livres e 13,4% das mulheres livres foram considerados alfabetizados. Isso, quase quarenta anos depois da criação da primeira escola normal. Por aí podemos imaginar quão mais precária era a situação antes deste processo de laicização e homogeneização do ensino por parte do Estado. Por que enfatizamos isso? Porque as primeiras iniciativas para a criação de uma instituição de ensino superior – que será a *alma mater* dos bacharéis – é anterior à própria criação da primeira escola normal do Brasil. A percepção que temos, é que diversas instituições surgem, com múltiplos papéis dentro do campo cultural, quase que simultaneamente, após a chegada do Príncipe regente. Em 1837 surge o Colégio Pedro II, um marco no ensino médio brasileiro, referência até os dias atuais, um modelo de ensino para as humanidades e instituição da qual saíam os melhores alunos que ocupariam as recém-estabelecidas faculdades. Foi uma instituição tratada com carinho desde o seu nascimento. O próprio Imperador visitou suas dependências algumas vezes. Algo, de fato, já começava a ser diferente daquilo que havia sido.

O núcleo pensante da História oficial surge em 1838, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O Arquivo Nacional já estava constituído desde 1831. Em 1833 começa o ensino de Agronomia no Jardim Botânico. Ao cruzar o século, começa a funcionar o ensino politécnico. Em 1872 ocorre a Primeira Conferência Pedagógica do Brasil¹⁷.

¹⁵ COSTA (1959) p.77.

¹⁶ Um ano antes foi criada a Diretoria Geral de Estatística, embrião daquilo que viria a ser o IBGE. No ano deste primeiro censo, a DGE contou uma população de 10 milhões de habitantes.

¹⁷ LESSA (2000), p.134.

Em 14 de junho de 1823, o político santista José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774 – 1847) propôs, na seção constituinte, a criação de “duas universidades, uma na cidade de S. Paulo e outra na de Olinda”.¹⁸ A ideia era de fato ter uma instituição que atendesse a população da região sul do país e outra que atendesse a população da parte norte. As desavenças entre a assembleia constituinte e D. Pedro I postergaram a fundação das instituições. Somente em 1828, em Olinda, é fundada a Faculdade de Direito. Tal instituição se instalou primeiramente no prédio de um seminário fundado (em 1800) por Azeredo Coutinho (1742 – 1821), o Bispo de Olinda. Este seminário já contava com grande prestígio, por ser referência para aquela capitania como escola secundária para leigos.

O colégio-seminário de Olinda tornou-se, mesmo que por um breve lapso, o mais avançado do Brasil-colônia e é paradigma revelador da especificidade histórica desse tipo de escola.¹⁹

Finalmente, com o início do curso de direito, tanto em Olinda, quanto em São Paulo, não era mais necessário viajar até Coimbra para ser bacharel. Quando chega o ano de 1842, são claras as insatisfações com a cidade de Olinda como sede da Faculdade de Direito. Naquele ano, o então diretor interino Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791 – 1852) manifestou suas razões dizendo que em Olinda “entibia-se a emulação e acanham-se os talentos”.²⁰ O prédio do seminário sofria sérios problemas de conservação. Os beneditinos, que outrora concederam parte de seu prédio com satisfação, já se mostravam desejosos que os pretensos bacharéis encontrassem outro espaço. A instituição deveria ir para Recife, uma cidade maior e mais promissora intelectualmente. Recife já contava com uma livraria desde 1831 e mais três oficinas de impressão. Em 1875 já contava com quatorze empresas de impressão e quatro estabelecimentos de litografia. Tinha, de fato, uma situação intelectual mais propícia para acolher a faculdade.

Alunos e religiosos tiveram que ter paciência, pois a transferência aconteceu apenas em 1854. Nas primeiras décadas em Recife, a faculdade

¹⁸ BEVILAQUA (1977), p.12.

¹⁹ LOPES (2016), p.61.

²⁰ BEVILAQUA (1977), p.55.

permaneceu em instalações precárias²¹, até ser transferida, em 1911, para o tão belo e famoso prédio que hoje conhecemos, de frente para a Câmara Municipal daquela cidade. Apenas trinta anos depois desta mudança é que se juntaram ali a Faculdade de Medicina e de Engenharia. Para os nossos interesses, a história da Faculdade de Direito de Recife importa apenas até onde nosso foco se volta para Farias Brito.

Ney Braga (1917 – 2000) era o Ministro da Educação, em 1977, na ocasião da reimpressão da obra do cearense Clóvis Beviláqua (1859 – 1944) *História da Faculdade de Direito de Recife*. Por isso é ele que assina sua introdução. Nela, o político lembra que no século XIX faltava ao Brasil tanto uma universidade quanto faculdades de Filosofia e de Letras. Assim sendo, as “Escolas de São Paulo e do Recife converteram-se nos centros irradiantes de nossa cultura humanística”.²² Ela é uma fonte da qual um novo elemento social surge. Elemento este que terá imediatamente uma valorização em nossa sociedade. O Brasil, ainda tão rural, construído com a escravidão e a casa-grande, começava a dar seus passos para a urbanização. Temos aí um viés desta mudança. O mulato e o bacharel serão elementos fundamentais nesta transição. O prestígio do senhor – proprietário das grandes fazendas – decairá, abrindo espaço para este Brasil que fará a mimese da Europa burguesa e urbanizada, “donde foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata”²³. O bacharel terá uma ascensão rápida e ampla. Ela acontecerá no âmbito particular, social e político. A valorização social deixa de acontecer graças à posse de terras e escravos para se dar através da educação. A Faculdade de Recife torna-se rapidamente um centro para o qual convergem os jovens de toda a região norte do país e, logo em seguida, passa a acolher também, pessoas das demais regiões. Ela é um foco desta nova perspectiva social, uma perspectiva mais urbana e mais sintonizada com os valores da Europa.

²¹ Tal instalação ficava na rua do hospício. Devido à situação ruim do prédio, ganhou, por parte dos alunos, o apelido de *pardieiro*.

²² BEVILAQUA (1977), p. 5.

²³ FREYRE (2000b), p.601.

Eram tendências encarnadas principalmente pelo bacharel, filho legítimo ou não do senhor de engenho ou do fazendeiro, que voltava com novas ideias da Europa – de Coimbra, de Montpellier, de Paris, da Inglaterra, da Alemanha – onde fora estudar por influência ou lembrança de algum tio-padre mais liberal ou algum parente maçom mais cosmopolita.²⁴

Atentamos que tudo, no campo da educação ou da informação, estava no início de seu surgimento. As tipografias, equipamentos fundamentais para se propagar os jornais, as informações e, no futuro, até livros, foram surgindo ao longo do século XIX. São Paulo e Rio Grande do Sul tiveram suas primeiras tipografias, ambos, em 1827. Santa Catarina em 1831, Ceará em 1824, Maceió em 1839, Espírito Santo em 1840, etc. Literatura brasileira era praticamente inexistente até 1840. O carioca Francisco de Paula Brito (1809 – 1861) foi o livreiro e editor brasileiro de algum vulto. Ele foi o primeiro a se arriscar, com seu próprio dinheiro, a publicar obras de escritores brasileiros contemporâneos. Chegou a ter mais de uma dezena de prelos. Já havia um público de leitoras, e Paula Brito dirigiu diversos títulos para este novo mercado. Era o início de alguma história entre escritores brasileiros e algum público. Não estamos tratando aqui de multidões. Na realidade, apenas em 1860 nós temos um real aumento de um público leitor de livros de literatura. Baptiste Louis Garnier (1823 – 1893) foi um editor de sucesso. Garnier foi responsável por uma ampliação do mercado de livros (não apenas folhetins) de ficção brasileiros. Foi ele o editor de Machado de Assis, por exemplo. Este, na sua primeira aventura literária, em 1864, vendeu 800 exemplares. Foi uma façanha do escritor e também do editor. Até o início do século XX, vender mais de 300 exemplares era razão suficiente para qualquer escritor já renomado ficar contente. Dito de outra forma, tudo isso que estamos retratando se reporta a um universo muito restrito. Mais do que isso, se levarmos em conta que nosso foco neste trabalho não é a literatura e sim a filosofia, nossa percepção de quão pequeno foi o público de uma obra como a de Farias Brito nos faz indagar até que ponto o Brasil de fato recepcionou alguma coisa de filosofia naqueles tempos. Farias Brito, muito provavelmente, foi lido por alguns tantos acadêmicos e só.

²⁴ FREYRE (2000b), p602.

Os primeiros estudos filosóficos brasileiros surgem das mãos dos nossos bacharéis pela ausência de alternativa. Uma consequência disto é que não é à toa que hoje, ao contarmos a história da recepção de Spinoza no Brasil, começamos com um bacharel, e não alguém formado em filosofia. Além disso, outros estudiosos de Spinoza no Brasil que abordaremos aqui, também são oriundos do Direito. Até os nossos dias, os livros publicados sobre Spinoza são obras de intelectuais oriundos tanto do Direito quanto da Filosofia. A produção dos bacharéis do Direito é um traço dos estudos brasileiros em Spinoza que se manteve relativamente vigoroso até nossos dias. O surgimento das faculdades de filosofia não intimidou a publicação dos spinozistas de toga.

Para encerrar este capítulo ressaltamos que a importância da Faculdade de Direito de Recife para o campo intelectual do nosso país não foi e não é pequena. Para que o leitor leve consigo a percepção do seu valor, não somente para a construção de uma consciência jurídica nacional, mas também como farol inspirador de toda uma intelectualidade nacional, desejamos elencar alguns poucos nomes, dentre centenas, que passaram por ali. Destacamos: Tobias Barreto (1839 – 1889), Castro Alves (1847 – 1871), Raul Pompeia (1863 – 1895), Rui Barbosa (1849 – 1923), o poeta Augusto dos Anjos (1884 – 1914), Fagundes Varela (1841 – 1875), o romancista José Lins do Rego (1901 – 1957), o jornalista Assis Chateaubriand (1892 – 1968) etc..

Farias Brito

Raimundo de Farias Brito nasceu em 24 de julho de 1862, em São Benedito, na Serra da Ibiapaba, Ceará. Ele se formou como bacharel na Faculdade de Direito de Recife na turma de 1884. Depois disso trabalhou como promotor. Em 1888 tornou-se secretário do governo da província do Ceará. Tal experiência se repetiria em 1891, mesmo ano em que se submeteu às provas para ocupar a cadeira de História Geral do Liceu do Ceará. Pouco depois de aprovado, saiu da política para nunca mais voltar. Entre os anos de 1892 e 1895 ele redigiu o primeiro volume da obra *Finalidade do Mundo*. Depois disso, Farias Brito não mais deixaria o trato com a filosofia. O primeiro volume foi publicado em Fortaleza, no ano de 1895. Naquele mesmo ano, o bacharel já começava a escrever o segundo volume desta obra, que é o centro das nossas atenções neste primeiro momento do spinozismo brasileiro.

O segundo volume da obra filosófica de Farias Brito tem a data de 1899. Saiu à luz, como o primeiro, em Fortaleza. Título e subtítulo se conservam: “*Finalidade do Mundo*”. (Estudos de filosofia e teleologia naturalista). O assunto especial deste volume, que abrange a segunda parte da série projetada, é a *Filosofia Moderna*¹.

Um breve parêntesis é oportuno neste ponto. Como já mencionamos, é de 1880 um poema de Machado de Assis que homenageia Spinoza. Assim sendo, rigorosamente, é deste escritor a primeira menção ao filósofo de Amsterdam que temos notícia; dezenove anos antes do segundo volume de *Finalidade do mundo*. Devido ao poema de Machado de Assis nós podemos afirmar que o desembarque deste filósofo no Brasil se dá com a beleza da poesia. Não é um tratado filosófico, mas sim a linguagem dos poetas que primeiro se volta, em nossas terras, para este pensador do século XVII. É encantador constatar os afetos e o interesse que o público de fora da filosofia, no Brasil, sempre demonstrou em relação à Spinoza. Adentraremos nesta seara mais detidamente ao tratarmos das cartas que a Dra. Nise da Silveira escreveu.

¹ SERRANO (1939), p122.

De acordo com Farias Brito, o segundo volume de *Finalidade do mundo* deveria comportar três partes distintas. Seriam elas, conforme o autor: a filosofia dogmática, a filosofia da associação e a filosofia crítica. Esta última parte ganhou proporções maiores do que ele esperava. Nasceria então o terceiro volume da *Finalidade do mundo*, com o subtítulo *O mundo como atividade intelectual*. Esta parte foi lançada somente em 1905, em Belém. Não é nosso intuito divagar sobre o conjunto desta volumosa obra. Também não é nossa ideia discorrer sobre o pensamento de Farias Brito como um todo, mas especificamente sobre o capítulo que se refere à Spinoza. Isto é possível porque este capítulo é uma apresentação do pensamento do filósofo holandês. Trata-se de uma introdução aos seus principais conceitos. Caso tivéssemos neste capítulo o pensamento de Spinoza imbricado com as ideias de Farias Brito, teríamos então que ampliar a explanação sobre a filosofia de nosso pensador cearense. Como se trata de uma breve propedêutica, podemos nos manter, na obra do bacharel, dentro dos limites deste capítulo.

Até este ponto, nosso propósito foi colocar o leitor no contexto em que pela primeira vez um brasileiro escreveu sobre Spinoza. Sem tal contextualização – que quase tomamos como uma advertência – a compreensão daquilo que acontece no texto não se daria da melhor forma. Ao longo dos estudos nos deparamos com algumas críticas que se direcionaram ao pensamento deste bacharel. Quase sempre negativas. Um exemplo disto, encontramos nas palavras de Sylvio Rabello, que descreve Farias Brito da seguinte maneira:

Um conciliador que se servia da linguagem de tradição a fim de arrimar-se com mais segurança contra tudo o que representasse modernidade em matéria de filosofia. Farias Brito era sobretudo um mestre-escola cheio de caturrice. Um arcaico.²

Aos nos debruçarmos sobre o capítulo destinado a Spinoza, tentamos tomar dois cuidados: o primeiro deles é afastar de nossos horizontes tais críticas, não importando se positivas ou não. Elas devem ser colocadas de lado, ao menos num primeiro momento. A intenção deste gesto é buscar – através da simples

² RABELLO (1967), p.3.

leitura do texto – que a obra fale por si, sem mediações prévias, da maneira mais isenta possível. O segundo cuidado foi manter em nosso horizonte a conjuntura na qual o texto de Farias Brito foi produzido. Em outras palavras, o momento histórico e os aspectos da estrutura do campo intelectual que circunscreveu a construção do texto. Tudo ao redor de Farias Brito ainda era bastante precário no que diz respeito à cultura e, ainda mais, à filosofia. Olhando para aquilo que é a base de um sistema de ensino, sabemos que pouco mais de um quarto da população sabia ler³ na segunda metade do século XIX. Na outra ponta, ressaltamos que a primeira faculdade de filosofia do Brasil ainda estava por vir quando *Finalidade do mundo* foi publicada. Farias Brito merece uma leitura que generosamente saiba sopesar o raquitismo intelectual do país naquele momento e compreender sua obra como um fenômeno que brota de dentro desta aridez.

Pertence ao imaginário nacional aquilo que alguns críticos apontam como um problema recorrente encontrado na produção dos bacharéis brasileiros do século XIX de uma forma geral. Referimo-nos a um modo rebuscado e pomposo de se expressar, que invariavelmente dificulta a compreensão dos argumentos. A expectativa de se defrontar com esta característica é comum para aqueles que vão consultar as obras destes intelectuais do século XIX. Ivan Domingues entende que este é um dos traços “definidores do *ethos* do bacharel pós-colonial” Ele chama de retoricismo, “o pendor para a oratória e o gosto pelas belas palavras e frases de efeito, expressões na vazão aos encantos da razão ornamental.”⁴

Este artifício criado na tentativa de se diferenciar da massa de iletrados que circundava os novos eruditos brasileiros teve seus ecos dentro e fora do mundo acadêmico. Clovis Beviláqua conta que um aluno, muito conhecido entre seus pares, chamado Joaquim Batista de Melo Oxalá, era um “dizador de frases sem nexos, com pretensões a alto estilo, espécie de Budião de Escama”⁵. Triste fim de Policarpo Quaresma, folhetim de Lima Barreto (1881 – 1922) transformado em livro em 1915 retrata essa figura caricatural. Na telenovela *Roque Santeiro*, de Dias Gomes (1922 – 1999), este tipo ganhou notoriedade nacional. O personagem

³ Censo de 1872.

⁴ DOMINGUES (2007) p.274.

⁵ BEVILAQUA (1977) p.55. A expressão “Budião de Escama” se refere a um tipo popular muito comum em Recife. Tão comum que esta expressão tornou-se verbete tanto no dicionário Houaiss quanto no Aurélio (neste último é grafado *bodião*).

Professor Astromar Junqueira⁶ proferia discursos ininteligíveis para uma ingênua população de uma pequena cidade do interior. Para não transparecer a ignorância, toda a plateia aplaudia e elogiava sua eloquência ao final de seus pronunciamentos. Desta forma o jogo entre o intelectual e seu público se perpetuava. Vale lembrar que Tobias Barreto, em um país com um número alarmante de analfabetos, uma precariedade gritante no seu sistema de ensino e raros leitores decidiu publicar o periódico *Deutscher Kämpfer*, em alemão mesmo. Sua existência – não poderia ter sido diferente – foi curtíssima. A fama dos textos rebuscados tem amparo na realidade, porém, no caso de *Finalidade do mundo* este problema não acontece. A virtude da clareza, que encontramos nesta obra de Brito, é mais um convite para que os estudos sobre sua obra se iniciem despidos de críticas prévias ou de conceitos prévios, permitindo que suas palavras e argumentações tenham a chance de falar por si.

⁶ Personagem representado pelo ator Ruy Resende (1937 –).

O quarto capítulo da *Finalidade do mundo*.

Enquanto no primeiro volume da *Finalidade do mundo* Brito se preocupa com o papel da filosofia prática e moral e, no último volume, se dedica aos meandros da teoria da evolução e do positivismo, neste segundo volume nosso bacharel parece efetivamente empenhado em apresentar alguns pensadores da filosofia moderna. É, certamente, o primeiro momento no qual o público brasileiro consegue ler em sua própria língua algo sobre Francis Bacon, John Locke, René Descartes e alguns outros. Este já é um mérito incontestável de Farias Brito. O pioneirismo já é uma ousadia. Nas circunstâncias em que o campo da educação brasileira se encontrava, esta ousadia é maior ainda. Desbravar ao mesmo tempo em que se cria o caminho não é um gesto possível para os despossuídos de coragem. O trabalho de Brito pode não ser o mais profundo, o mais acertado, o mais edificante capítulo na história do spinozismo no Brasil. Certamente não é. Entretanto, o esforço do seu pioneirismo faz de sua apresentação um marco do sacrifício intelectual feito neste país periférico. Em meio ao abandono de nossa educação, em meio à tibieza e ao raquitismo cultural, Brito representa um momento de profunda beleza apenas pela grandeza de tentar, de arriscar apresentar filosofia sem ter feito uma graduação nesta disciplina, sem um mestrado, sem interlocutores ou uma satisfatória disponibilidade bibliográfica. Pensar o ofício deste intelectual é como admirar o viço de uma árvore frondosa plantada sobre uma duna de deserto. Ele é um fenômeno num ambiente que não tem capacidade de mantê-lo. Em meio a este cenário inóspito para a produção intelectual, podemos perguntar ainda: escrever para quem? Quando Farias Brito escreve seus pensamentos filosóficos, que leitores ele imaginaria ter? Que repercussão sua produção alcançaria? A luz não reflete quando tudo que há é vazio.

As ideias e os indivíduos se movimentam em um meio rarefeito, marcado pela falta de densidade intelectual e pela ausência do atrito, dos embates e do crivo da crítica, tudo isso como se o laço que os prende às correntes de ideias se

originasse e fosse estendido de fora – de Paris ou de Heidelberg, não de dentro, do Rio de Janeiro ou São Paulo.¹

Para Farias Brito não há público, crítica ou interlocutores. Ivan Domingues frisa este isolamento, constatando também que as ideias criadas aqui não se conheciam entre si, não guardando qualquer conexão ou influência. Elas “simplesmente aparecem e desaparecem, aos surtos, ao sabor dos ventos”. Para o objeto de nosso estudo, a consequência deste vazio fica patente. Depois de Brito, nada mais se escreve sobre Spinoza no Brasil ao longo de cinco décadas. É com este espanto de quem vê algo vicejar permeado de tanta aridez que abrimos as páginas a serem estudadas.

O capítulo pertinente a Spinoza é o último capítulo de uma parte deste volume intitulada *Filosofia dogmática*. Muito coerente encontrarmos Spinoza em tal parte. Entretanto, nesta mesma parte também encontramos capítulos sobre diferentes filósofos, inclusive Locke e Hume, o que nos causou estranheza. De outra forma, podemos dizer que mesmo antes de começar qualquer leitura; ainda na passada de olhos sobre o índice, já percebemos que tal obra guarda as peculiaridades do seu momento de construção. A obra de Farias Brito nos leva a um cenário, a um instante do desenvolvimento intelectual brasileiro que não é o nosso. Ele é o único autor desta dissertação do qual podemos afirmar isso. Brito, no que diz respeito à recepção do spinozismo no Brasil, além de ser o pioneiro, é também um nome isolado – dentre aqueles que escreverem sobre Spinoza – num momento de nossa intelectualidade que ficou para trás. Fazendo uso de uma linguagem hegeliana, diríamos que o espírito do seu tempo e de sua realidade não é o mesmo no qual nos encontramos hoje. Além de isolado, ele também está se encontra esquecido pelo mundo acadêmico da filosofia, fazendo com que esta parte de nossa dissertação seja também uma oportunidade para reavivarmos nossa história.

O capítulo de *Finalidade do mundo* destinado à Spinoza possui 74 páginas e trata da metafísica do pensador holandês, deixando de fora toda a sua filosofia política, ainda que Brito afirme que “a moral é pois, o que principalmente importa. E se Spinoza trata também de Deus e da alma, isto é, da metafísica, é

¹ DOMINGUES (2017), p.292.

unicamente como preparação para a moral”². A razão pela qual ocorre este descompasso nos remete novamente ao pioneirismo e ao problema mais evidente a todo e qualquer pioneiro, qual seja, os instrumentos disponíveis para a execução do seu desbravamento. O pioneirismo é o primeiro momento em que aquele gesto, aquela aventura, aquela empreitada se fez possível. Em geral, este desvirginar acontece no limite em que o aparato técnico e instrumental viabiliza a ousadia, transformando devaneio em possibilidade. A consequência deste momento limítrofe é a precariedade máxima do aparato instrumental que dista minimamente da inviabilidade da empreitada pretendida.

Em nenhum dos três volumes de *Finalidade do mundo* há bibliografia. Para sabermos em quantos e quais autores Brito se apoia, temos que observar o texto e, sobretudo, suas notas de rodapé. Como um arqueólogo, buscamos pistas sobre a peça em estudo. No capítulo sobre Spinoza, ele faz uso de seis comentadores, entre alemães e franceses. Dois exemplos são Théodore Simon Jouffroy (1796 – 1842) e Émile-Edmond Saisset (1814 – 1863). Meia-dúzia de comentadores para um capítulo de menos de cem páginas não nos parece nada mal. A questão que salta aos olhos é justamente a escassez de fonte primária. Brito teve acesso à *Ética*. Isso, nós podemos afirmar. Ao longo das páginas do referido capítulo vemos duas menções ao *Tratado da emenda do intelecto*, ambas não mencionam as páginas e fazem parecer que tais citações poderiam ter sido encontradas numa fonte secundária. Olhando o capítulo como um todo, parece de fato que o acesso à fonte primária foi um problema severo para o bacharel. Logo na primeira página, numa nota de rodapé, ele dispõe ao seu leitor os títulos das obras de Spinoza. Não encontramos ali nem o *Breve tratado*, nem *Pensamentos metafísicos* e nem o *Compêndio da gramática hebraica*. Isto é menos relevante do que a sensação que o leitor tem de que, por exemplo, a filosofia política não foi estudada por ele pelo fato de que Brito não teve em mãos as obras de Spinoza que tratam disso. Não se percebe nenhum vestígio de qualquer proximidade – por parte de Farias Brito – com as obras políticas de Spinoza. Num momento nos deparamos com a seguinte colocação: “Não me é possível por ora entrar no estudo da moral de Spinoza. Por enquanto o que importa para o fim que tenho em vista é

² BRITO (1957), p.235.

unicamente a metafísica.”³ Lemos tais palavras justamente no subcapítulo *Filosofia moral*. Não sabemos a razão de uma parte com tal título que, ao mesmo tempo, não trata do assunto. A ausência de outras obras de Spinoza além da *Ética* também afetou a explanação sobre a sua metafísica. Há uma fragilidade em determinados momentos que uma maior intimidade com a obra certamente ajudaria. Por outro lado, se Farias Brito se furtou a tratar da filosofia moral de Spinoza por não ter tido acesso ao *Tratado teológico-político* e nem ao *Tratado político*, por que não o fez se debruçando sobre a própria *Ética*? Por alto, três quintos desta obra tratam de filosofia moral. O título da obra já é ululante neste sentido.

Nosso intuito não é construir um rosário de críticas, como também não é fazer uma apologia aos que escreveram sobre Spinoza. Nosso desejo é encontrar a boa medida de uma apresentação. No caso do capítulo estudado de Farias Brito, algumas questões chamam a atenção e, no nosso entendimento, justamente por ele estar tão distante de nós (se compararmos com os estudiosos que se seguirão) é ele que merece mais detidamente a nossa análise.

Farias Brito começa este capítulo sobre Spinoza reproduzindo de outros estudiosos os elogios mais desabridos, até fazer o seu próprio: “Da *Ética*, sua obra fundamental, não será talvez exageração afirmar que é a obra mais perfeita do espírito humano.”⁴ Páginas depois encontraremos outros elogios. Entre estes momentos ufanistas, nos deparamos, paradoxalmente, com fortes críticas à *Ética*:

Por aí logo se vê quanto tem de violento e artificial tal método; mas o vício não é assim somente formal; a coisa é de si insustentável no fundo; o método é, em si mesmo, de todo im procedente e manifestamente contrário às aptidões habituais do espírito.⁵

Ficamos sem saber qual a impressão que Brito teve sobre o pensamento de Spinoza. Em alguns momentos parece que ele encontrou ali uma filosofia bem construída e vigorosa, noutros instantes, um descalabro a ser repudiado. As primeiras páginas são muito gentis com o pensamento de Spinoza e conseguem

³ BRITO (1957), p.236.

⁴ BRITO (1957), p.169.

⁵ BRITO (1957), p.178.

explicar com clareza e graça alguns aspectos do seu pensamento. Temos a percepção de que o leitor brasileiro daquela época se locupletou com a obra, conseguindo ter um primeiro contato rico e edificante. Repentinamente, o mesmo leitor tem a sensação de que o bacharel brasileiro se assustou com alguma questão spinozana e se desentendeu com tal pensamento. As críticas traçadas por Brito formam um ruído na compreensão daquilo que está sendo apresentado naquele capítulo. É necessário ultrapassar tais interferências produzidas pelo próprio bacharel para buscar a compreensão da filosofia spinozana.

Outro ruído que encontramos logo em seguida é a afirmação de que aquilo que mais deu prestígio às ideias de Spinoza não estava em sua obra, mas na vida privada dele. O *argumentum ad hominem* é compreensível diante do cenário do campo intelectual no qual o texto de Brito foi concebido. Essa confusão – assim preferimos chamar – é um gesto que não acontece mais nas produções acadêmicas de nosso tempo.

Quais os conceitos e ideias de Spinoza que são apresentados por Farias Brito? *Substância, atributo e modo* ganharam, cada um, um subcapítulo. Estas partes são didáticas e cumprem, na medida do possível, um papel propedêutico na metafísica spinozana bastante satisfatório. A *Ética I* é o alicerce da explicação de Brito. No caso da *substância*, apenas para citar um exemplo, ele se preocupa em apresentar cada uma das suas “características essenciais”, fazendo uso de um parágrafo para cada uma delas. A explicação não é hermética e o leitor, de forma simples, entra em contato com a ideia de imanência sem ler esta palavra em momento algum ou o conceito que se contrapõe. cremos que tais supressões tiveram a intensão de não criar no seu leitor maiores embaraços. A necessidade absoluta, por sua vez, é uma característica ressaltada por Brito.

Se todas as coisas são modos ou efeitos de Deus, tudo resulta de Deus por causalidade absoluta. Deste modo, tudo é necessário; e tudo o que é, tinha de ser, nem podia deixar de ser, pois tudo de todo o tempo esteve encerrado na própria essência divina. Não se pode, pois, imaginar a supressão de qualquer coisa, do mesmo modo que não se pode admitir a criação de qualquer coisa, de nada.⁶

⁶ BRITO (1957), p. 173.

Após suas considerações preliminares sobre a ontologia spinozana, Farias Brito envereda pela explanação dos gêneros do conhecimento. Ele menciona as quatro modalidades de percepção que encontramos no *Tratado da emenda do intelecto*, mas logo prefere optar pelo formato definitivo que tal teoria adquiriu na *Ética II*. Entendemos que a tecnicidade comum à filosofia moderna foi um elemento que, neste ponto, implicou o desenvolvimento da apresentação de Brito, fazendo com que surgisse um Spinoza muito próprio. Temos nestas linhas uma releitura original de Spinoza. A conceitualização, tão rigorosa e precisa da filosofia moderna, cedeu lugar a novas cores.

O gênero de conhecimento mais precário permaneceu com a nomenclatura de *imaginação*. A descrição feita por Brito não dista daquela que os estudiosos conhecem da *Ética II*. Diz Brito que é a “região da opinião e dos prejuízos”. O segundo gênero do entendimento de Spinoza, chamado pelo filósofo de *razão*⁷, recebeu de Brito o nome de *intuição intelectual pura*. Brito entende como uma “transição do conhecimento sensível, obscuro, fantasmagórico” para um conhecimento mais claro. Ele diz que é o “primeiro esforço feito pelo espírito humano”.⁸ Lamentavelmente Brito não dedica mais do que quatro linhas para esclarecer este segundo gênero, deixando seu leitor com poucos recursos para refletir sobre este patamar do conhecimento. Talvez o seu leitor dos primeiros anos do século XX, que jamais tenha entrado em contato com a filosofia de Spinoza, não sinta falta de uma explanação maior neste ponto. Por outro lado, aquele leitor que tenha em algum momento se debruçado sobre a obra de Spinoza certamente sente falta de uma explanação mais generosa. Ele sabe que *intuição* é justamente como é conceituado o terceiro gênero de conhecimento em Spinoza e, diante desta palavra no segundo gênero, fica desejoso de alguma explanação mais detida, que não acontece. O terceiro gênero de entendimento, de acordo com Brito, “é onde começa a esfera superior do conhecimento”. Diz ele que é onde se encontra “o domínio da razão”. A perspectiva de Brito inverte o segundo com o terceiro gênero de Spinoza. Sem maiores detalhes sobre tal guinada, o leitor fica com a compreensão de que a *razão*, em Brito, possui o privilégio de ter a “percepção imediata da própria essência das coisas”, tal qual a *intuição* em Spinoza.

⁷ *Ética II*, proposição 40, escólio 2.

⁸ BRITO (1957) p .181

O terceiro subcapítulo tem o seguinte título: *Exclusão da finalidade como consequência da natureza mesma do método*. Como o título da obra de Farias Brito é *Finalidade do mundo*, o leitor imagina que um conflito ou uma crítica possa surgir num embate entre uma concepção de Brito, que compreende haver uma finalidade e a compreensão spinozana que rechaça aquilo que em última instância chamaríamos aristotelicamente de causa final. Tal querela não se dá neste tópico. Brito apresenta o pensamento de Spinoza, afirmando a cadeia causal necessária e o equívoco de se tentar entender a vida teleologicamente. O bacharel tem a sensibilidade de explanar sobre o quão contraintuitivo isto é para o homem comum.

Entretanto é uma verdade, que na vida comum há tendência geral para interpretar as ações e as coisas do jeito teleológico. Não só procedemos em tudo, tendendo sempre a fins, como mesmo explicamos ou apreciamos todas as coisas, ligando-as a fins. Como se explica isso?⁹

Brito não responde a esta pergunta que ele mesmo faz. Ele prefere não defender a argumentação de Spinoza e ao mesmo tempo não fazer uma crítica. Diz ele que “o que importa por enquanto é unicamente expor”. Numa atitude que muito se aproxima do *ethos* acadêmico contemporâneo, ele diz que o relevante, naquele momento, é tentar compreender o pensamento do filósofo. Essa postura diante da obra de qualquer pensador é a mais fértil e apropriada para aquele que consegue perceber a complexidade do seu objeto de estudo. Isto se aguça quando o comentador deseja apresentar o pensamento de um filósofo buscando a interpretação mais “verossímil”, mais leal que lhe for possível. Dizem que o melhor juiz de futebol é aquele que interfere o mínimo possível no desenrolar da partida. Restringir-se – ainda que apenas momentaneamente – a explanar da forma mais clara e fiel possível demonstra a preocupação em fazer seu leitor “chegar mais perto” daquilo que o comentador está apresentando. Farias Brito fez isto neste momento e boa parte de sua explanação. Ao tecer uma crítica, ele exhibe o objeto criticado com um bom distanciamento, sem maiores interferências. Neste caso, o espanto com a ausência de uma teleologia faz Brito hesitar em tecer

⁹ BRITO (1957), p.184

imediatamente uma crítica e entregar ao leitor o objeto da estranheza para que ele, por si, reflita.

As consequências da necessidade causal absoluta obrigam Farias Brito a começar um subcapítulo no qual tratará da liberdade em Spinoza. A exclusão da liberdade nos moldes intuitivos é explicitada ao afirmar, por exemplo, que “Deus é livre, mas não tem vontade”. A liberdade como necessidade fica clara para o leitor. A argumentação se vale da geometria e dos teoremas para demonstrar que a liberdade em Spinoza é uma necessidade total, resultado de um encadeamento causal infinito. Ao final, mais uma vez vemos a ressalva sobre o fato da filosofia spinozana não ser intuitiva, e que ali, liberdade não é sinônimo de “livre querer”.

No momento seguinte Faria Brito retoma a teoria da *substância*, *atributo* e *modo*. Afirma ele que a *substância* é aquilo que “é causa de si mesmo”, que *atributos* são as “manifestações essenciais da *substância*”¹⁰ e que *modos* são “as manifestações acidentais da *substância*”, provocando uma dúvida sobre o que podemos compreender como sendo “acidental”, uma vez que em momentos anteriores Brito já havia explicado que nada escapa à cadeia causal e que liberdade é sinônimo de necessidade. Tal elucidação será dada vinte páginas depois, porque Brito tece um subcapítulo para a *substância*, para os *atributos* e então para os *modos*.

Neste subcapítulo que Brito dedica à *substância*, ou Deus, ele retoma com coerência questões que ele já havia mencionado no início da sua explanação sobre Spinoza. Acrescenta outras tantas questões, como por exemplo, a transição da natureza naturante para a natureza naturada, ou sobre a infinitude de Deus, do absurdo da ideia de milagre ou de algo sobrenatural na teoria spinozana. Brito reafirma a liberdade como necessidade, dizendo que “tudo que é, devia ser, nem podia deixar de ser”.

O sétimo subcapítulo é dedicado aos atributos. É nele que vemos Brito elucidar com destreza sobre a coisa extensa e a coisa pensante. Para isso se vale, pela primeira vez, de uma correspondência de Spinoza para apoiar sua argumentação¹¹. Imediatamente depois adentra em um tema que até hoje suscita

¹⁰ BRITO (1957), p.187.

¹¹ Carta 66, de 18 de agosto de 1675 destinada ao Conde alemão Ehrenfried Walther von Tschirnhaus (1651 – 1708)

diferentes entendimentos, qual seja, o estatuto ontológico dos atributos. Para Farias Brito os atributos “são realidades”. A quarta definição da *Ética I* e a demonstração da Proposição 10 desta mesma parte não suscitaram em Farias Brito qualquer dúvida. O bacharel apresenta e critica a interpretação de dois comentadores sobre os *atributos* e se alia com um terceiro, Kuno Fischer (1824 – 1907), afirmando que os *atributos* são forças. Farias Brito diz que esta é a “verdadeira interpretação do pensamento de Spinoza.”¹² Mais que isso, o bacharel entende que Fischer “desenvolveu e completou” o pensamento de Spinoza. Para o leitor atual, tanto a ideia de uma interpretação verdadeira quanto a compreensão de que um autor pode completar outro autor posteriormente causa desconforto. Naquele momento tal possibilidade poderia não soar de forma tão desconfortável para um eventual leitor brasileiro.

Não é nossa pretensão comentar cada questão deste capítulo dedicado à Spinoza. Acreditamos que pudemos aqui, em alguns parágrafos, exibir para o leitor como aconteceu esta primeira recepção de Spinoza por um estudioso brasileiro. Não é incomum uma apresentação ou crítica de um filósofo provocar distorções. Assim como traduzir é uma arte que implica não em um “encaixe” perfeito, mas numa compreensão possível e delimitada, a recepção de um pensamento também representa uma tentativa, seja de introduzir o pensador para um público debutante, seja de fazer um estudo mais hermético daquela filosofia. Entendemos que Farias Brito pertence ao primeiro caso, enquanto Lívio Teixeira ou Marcos André Gleizer, por exemplo, ao segundo. Entendemos também que estas páginas de Farias Brito distorceram sobremaneira o pensamento de Spinoza. Tais distorções causaram a rápida e fulminante obliteração de seu texto e uma enxurrada de críticas. *Finalidade do mundo* tornou-se uma obra rara, encontrada apenas nos acervos das grandes bibliotecas. As páginas dedicadas a Spinoza não têm relevância para os atuais estudiosos de filosofia.

Resta-nos tentar esclarecer as causas de uma distorção tão significativa. Tendemos a apontar como primeiro e grande problema a falta de uma formação em filosofia por parte de Brito, soma-se a isto a ausência de interlocutores formados nesta área. Ampliando e aprofundando este cenário precário, temos também a dificuldade de acesso às fontes primárias. Cremos, esmiuçando o

¹² BRITO (1957) p.210

capítulo estudado, que Farias Brito teve em suas mãos apenas a *Ética*. As escassas menções a algumas outras obras, muito provavelmente foram retiradas de fontes secundárias. Arriscamos dizer também que, mesmo na passagem que Brito menciona uma carta de Spinoza, ele não teve acesso à carta na sua inteireza. Se este nosso trabalho – ao afirmar que Brito distorceu além do compreensível – parece querer dizer pura e simplesmente que o bacharel fracassou e por isso merece o esquecimento, devemos corrigir tal percepção. Louvamos tamanha ousadia. O gesto deste homem isolado no tempo e no lugar não deve ser menosprezado. Se hoje um spinozista brasileiro tem ao seu dispor a obra completa de Spinoza já traduzida, com edições bilíngues, com incontáveis comentadores, teses e dissertações – para não falar dos meios eletrônicos – Farias Brito pouco tinha em seu gabinete. Ele nos faz lembrar Dom Quixote. Brito empunhou sua pena e teve a hombridade de tentar, entrando para a história do pensamento brasileiro. Foi o primeiro a escrever não apenas sobre Spinoza, mas também sobre outros tantos filósofos. Nosso maior questionamento não está, de fato, nos percalços de sua análise sobre a metafísica de Spinoza. Nossas indagações se voltam para o público que ele pretendia alcançar.

Poderíamos conjecturar sobre a distância entre o público idealizado por Brito e o público real. Poderíamos se soubéssemos quem ele tinha em vista ao redigir uma obra composta de três tomos. O empenho não foi trivial. Deduzimos que seu intuito era contribuir com o mundo acadêmico nascente. Isto, mesmo seu texto tendo um caráter propedêutico propício para o grande público. Ele foi lido, isto nós sabemos, por alguns severos – quando não cruéis – críticos. Não acreditamos que Brito tenha imaginado sua obra, em algum momento, nas mãos de pessoas de fora do campo acadêmico. Se em algum momento este intelectual olhou para fora do mundo acadêmico ambicionando ser lido por alguém, certamente se sentiu tal qual Ovídio (43 A.C. – 17 D.C.) em seu exílio. Escrevia para ninguém enquanto se perguntava: “Que algo melhor posso eu fazer?”¹³

¹³ Ovídio. Cartas pômicas. Introdução e tradução de Geraldo José Albino. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. p.24.

Entre Farias Brito e Lívio Teixeira

A estudiosa Marilena Chaui afirma¹ que entre o capítulo de Farias Brito sobre Spinoza e a publicação de *A doutrina dos modos de percepção e o conceito de abstração na filosofia de Espinosa* do professor Lívio Teixeira, apenas “menções breves” ou “artigos comemorativos de seu nascimento ou morte” foram dedicados no Brasil ao filósofo de Amsterdam. Assim sendo, não é uma ousadia afirmarmos que, depois do segundo volume de *Finalidade do mundo*, o Brasil fez um silêncio de mais de 50 anos em suas publicações sobre Spinoza. Meio século, neste caso, não é simplesmente um intervalo. Lívio Teixeira, que nem era nascido quando Farias Brito publicou aquele volume, não fez qualquer menção à obra do bacharel cearense. Mais do que um simples intervalo, estamos lidando, na realidade, com um novo começo. Este silêncio prolongado nos força a algumas ponderações.

A obra de Farias Brito é extemporânea à produção acadêmica brasileira em escala. De outra forma, podemos dizer que são anteriores à construção das instituições acadêmicas de maior envergadura, anteriores à mínima robustez deste campo. *Finalidade do mundo* tornou-se obra rara, encontrada apenas nas grandes bibliotecas do país. Ela não resistiu à expansão do campo acadêmico, ao surgimento dos trabalhos rigorosos e especializados que o aparato institucional, que estava por surgir, fomentaria. Seu mérito conteudístico foi ofuscado tão rapidamente que podemos afirmar sem receio que – naquilo que diz respeito aos estudos spinozistas do Brasil – tal obra não fez nenhum herdeiro. Seu mérito foi ousar construir uma obra de tamanho fôlego sem amparo acadêmico, sem interlocutores ou críticos. Brito pregou no deserto antes de tudo que deveria surgir que lhe possibilitasse fazer aquilo que ele tentou. Ficaram as críticas. Uma das mais veementes é do uspiano João Cruz Costa (1904 – 1978) quando diz que “Farias é o comentário do comentário, uma promessa de filosofia metafísica que não chega a se realizar”²

No período dos bacharéis de direito, o Brasil já possuía alguns poucos aparatos pertinentes ao campo acadêmico. Além das duas faculdades (Recife e

¹ Tal afirmação encontra-se na apresentação da obra *A doutrina dos modos* de Lívio Teixeira.

² COSTA (1967), p.302

São Paulo), do Colégio Pedro II, do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e de alguns institutos de pesquisa, com quase nada conseguimos contar. Já formávamos professores, mas não contávamos com uma única universidade. Já podíamos pincelar alguns intelectuais que flertavam com a filosofia, mas não tínhamos os pesquisadores especialistas que os programas de pós-graduação conseguiriam produzir, discrepando daqueles tanto em escala quanto em vigor conteudístico. Fazendo uso das expressões de Ivan Domingues, se até então contávamos com o intelectual diletante, depois da criação do aparato institucional acadêmico, teremos o *scholar* ou erudito. Na posição paradigmática deste erudito acadêmico que estava por surgir nós teremos o historiador e o filósofo. O campo acadêmico, para a filosofia, ainda estava em gestação. Ele ganharia massa e dinâmica neste longo intervalo de tempo que separa Farias Brito de Lívio Teixeira. O cenário mudaria bastante e os frutos a serem colhidos desta mudança também.

Pincelar acontecimentos e números na tentativa de retratar – ainda que de maneira sempre incompleta e parcial – o universo educacional de nosso país, o cenário editorial, o campo acadêmico e, em última instância, a prática e a capacidade de leitura de nossa população não deve levar o leitor a crer numa evolução contínua, uma certeza de um incremento de leitores e estudiosos em quantidade ou qualidade. Podemos dizer que houve um aumento no número de estudantes em um determinado período; ou que o volume de livros vendidos no Brasil cresceu muito em outro momento. Tudo isso nos induz a crer que uma melhor recepção de um determinado pensador, mais ampla, vasta e profunda poderia acontecer melhor na segunda metade do século XX do que nos últimos anos do século XIX. Cremos piamente que esta é, no caso, uma informação verdadeira. Ao mesmo tempo, entendemos que toda crença tem sua precariedade, e que assim sendo os dados não são determinantes, mas apenas indicadores.

Alguns dados nos servem para lembrarmos que tudo que temos são apenas indicadores. Por exemplo: sabemos que o mercado editorial brasileiro se transformou sobremaneira entre 1900 e 1960. O número de pessoas alfabetizadas e o número de alunos no ensino médio cresceram muito neste período. Sabemos que é aí que surgiram as primeiras universidades e todo um aparato que cerca este universo. Ao mesmo tempo, se olharmos para São Luís – capital do Estado do Maranhão – em 1900, contaremos apenas cinco livrarias. Sua população, ao longo

das seis décadas seguintes foi multiplicada por seis. Com todo o incremento deste universo acadêmico e literário, o que encontramos em 1960 naquela cidade são ainda cinco livrarias. Este valioso dado nos traz o benefício da dúvida em relação à pesquisa composta de acontecimentos e estatísticas. Por outro lado, seria brutalmente incompleto o estudo que tenta falar de uma recepção de um pensador sem alguma contextualização mínima. Com tais noções em vista é que seguimos a composição da realidade que a obra de Lívio Teixeira encontrará na década de 50 do século passado.

A primeira faculdade de filosofia do Brasil surgiu em 1908 no Mosteiro de São Bento, localizado no centro da cidade de São Paulo. Num primeiro momento, para a constituição do seu corpo docente, tal instituição preferiu trazer professores da Universidade de Louvain, na Bélgica. Esta providência de se importar, inicialmente, um corpo docente se repetiu, como veremos, no surgimento da USP, poucas décadas depois.

Se o Mosteiro de São Bento de São Paulo foi o pioneiro, o do Rio de Janeiro só iria criar seu curso de filosofia em 1921, após o surgimento daquilo que viria a ser o embrião da UFRJ. Esta surgiu como Universidade do Rio de Janeiro, em 1920. A necessidade de se ter uma universidade na então capital da república encontrou a urgência quando se desejou conceder ao rei Alberto I (1875-1934) da Bélgica o título de *doutor honoris causa*. Sua comitiva viria ao Brasil para fechar negócios no campo da mineração. O desejo de agradar ao rei exigia a criação de uma universidade na capital.

A criação de universidade oficial no Brasil vinha se arrastando há muito tempo. Foi nos fins do período imperial que a questão da universidade brasileira se apresentou, pela primeira vez, de maneira intensa e ampla, com tendência a radicalizar-se em diversos modelos que então serviram para angariar adeptos entre os intelectuais e homens públicos da época.³

Com a reforma realizada pelo então Ministro da Educação e Saúde Francisco de Campos (1891 – 1968) em 1931, outras instituições foram somadas à primeira universidade brasileira. Em 1937 passou a se chamar Universidade do

³ NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na primeira república: São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar. 1976, p.127.

Brasil e já reunia as Escolas de Direito, Medicina e Engenharia. “Que já existiam antes e tinham o status de faculdades isoladas, cujo modelo e tripé serão adotados, sob a égide da nova universidade, por outras instituições federais.”⁴ A integração de fato das faculdades que compunham essa instituição só foi concluída depois do suicídio de Getúlio Vargas (1882 – 1954). Foi aí que ela adquiriu o nome que tem até hoje.

Esta junção de diferentes cursos também foi a fórmula utilizada na criação, em 1927, da UFMG, quando aglutinou as faculdades de Farmácia, Odontologia, Medicina, Direito e Engenharia. O campo acadêmico finalmente criava seus alicerces no país. A Universidade do Paraná teria começado suas atividades em 1913, mas foi desmembrada em faculdades independentes logo em seguida, voltando a ter o status de universidade somente na década de 40.

O surgimento destas universidades se entrelaça com uma sociedade que também estava em transformação. A década de 30 do século XX vê surgir um Brasil mais urbano e menos rural. Ao enfatizar a importância do fim da escravidão e, sobretudo, do tráfico negreiro para a dinâmica econômica do país, Cruz Costa⁵ demonstra muito bem quão imbricados são os diversos campos que compõem a dinâmica da nação. Falar de economia não significa esquecer o campo acadêmico, mas compreender que este campo existe dentro de um contexto maior. A realidade de um país mais urbano implica numa diversificação econômica maior, numa demanda mais eclética e especializada de profissionais, numa lida mais próxima com o comércio e com a cultura de outros países.

A cultura, que possui uma autonomia relativa, está em correspondência com as relações sociais que os homens estabelecem em função do desenvolvimento de sua produção material. Ela se expressa em formas de pensar e de agir, em valores, ideias, princípios, categorias, doutrinas, teorias, etc. No sistema capitalista, onde ele vai se consolidando, passa a assimilar e redefinir as outras culturas existentes. Suas exigências de crescimento econômico moderno e de reprodução do capital requerem mais e mais conhecimentos úteis e a sua aplicação crescente.⁶

⁴ DOMINGUES (2017), p.376.

⁵ COSTA (1967), p.77.

⁶ Wanderley, Luiz Eduardo W. *O que é universidade*. 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.30.

O ar viciado da casa-grande se dissipava e outros ventos arejaram as ruas das grandes cidades. O senhor de engenho já havia perdido seu lugar de prestígio e a classe média já não é era tão insipiente. Ela iria almejar reconhecimento social através de uma boa formação e junto com tal reconhecimento, o poder político. Tal processo, como já fizemos menção, não começou no início do século XX, apenas se acelerou e se ampliou.

Em 1855 a cidade de São Paulo contava com quinze mil habitantes. No final daquele século, devido às fortes secas no Nordeste brasileiro e às ondas de imigração da Europa, sua população se igualou à do Rio, que tinha pouco menos de duzentos e quarenta mil habitantes. Com a Primeira Grande Guerra, importar livros tornou-se difícil e custoso. O livro brasileiro em pouco tempo se tornaria competitivo. Monteiro Lobato (1882 – 1948) estudara o segmento editorial do Brasil e percebera o grande entrave que era a ausência de locais de venda em todo o país, que em 1916 contava com trinta livrarias. Seus livros poderiam ter alcançado um público muito maior se contasse com uma melhor distribuição. Ele então decidiu escrever para donos de farmácias, bancas de jornal e armazéns tentando colocar nestes pontos livros consignados e arcando com todo e qualquer custo de transporte. Assim ele se dirigiu aos comerciantes:

Vossa senhoria tem seu negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o lucro. Quer vender uma coisa chamada “livros”? Vossa senhoria não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Trata-se de um artigo comercial como qualquer outro: batata, querosene ou bacalhau. É uma mercadoria que não precisa examinar nem saber se é boa nem vir a esta escolher⁷.

Com este gesto o Brasil ganhou mais capilaridade na distribuição editorial, com quase dois mil pontos de venda. Além desta façanha, Lobato revolucionou o trabalho de capa. Até então, os livros no Brasil tinham uma capa bege, com o título escrito em preto juntamente com o nome do autor. O Brasil apenas seguia o modelo francês. Lobato revoluciona este *design* com desenhos e cores fortes. Ele também foi o pioneiro a anunciar livros em jornais, tentando alcançar toda a população letrada. Além disso, não privilegiou os escritores já conhecidos, mas deu vez aos nomes ainda não consagrados. Por exemplo: Oswald de Andrade (1890 – 1954), Menotti del Picchia (1892 – 1988) e Lima Barreto (1881 – 1922).

⁷ In: HALLEWELL (2017), p.357.

Em 1925 Monteiro Lobato havia conseguido popularizar a literatura nacional, editando numa escala bem maior do que os ainda habituais trezentos exemplares por título. Quantidade tida como bastante satisfatória desde meados do século XIX. Monteiro Lobato encerraria sua carreira de editor com mais de duzentos e cinquenta títulos publicados.

Muito natural, ao nos lembrarmos de São Paulo na década de 20 do século passado, nos reportarmos à Semana de Arte Moderna de 1922. Isto porque novos paradigmas para a arte nacional surgem deste movimento da elite paulista. Para a filosofia mesmo ela não trouxe um impacto significativo. Ela nos diz muito sobre a realidade intelectual que já diferia substancialmente da realidade do Brasil do período colonial. Depois dela a arte brasileira não seria mais a mesma. Neste intervalo entre sua realização e a fundação da USP – ponto de chegada da argumentação deste capítulo – alguns são os pontos de inflexão no universo acadêmico e de leitores no qual encontraremos Lívio Teixeira.

Se Monteiro Lobato conseguiu que um número maior de brasileiros passasse a ter contato com livros e com autores nacionais, ainda faltava ao mercado editorial investir com mais força nas traduções, levando mais literatura para um número maior de potenciais leitores. Este movimento foi realizado enquanto a USP começava suas atividades. Esta maior democratização das letras é uma ação relevante para que o Brasil formasse uma massa crítica mínima apta a discutir e pensar cultura, história, literatura e, em última instância, a filosofia. A formação de bons intelectuais não é realizada apenas e tão somente entre os muros da universidade, mas num hábito que vem de tenra idade. Uma casa de bons leitores é um impulso importante na formação do futuro intelectual. Se, bem lembra Ivan Domingues, é necessário haver troca de ideias no campo acadêmico, também é interessante haver bons interlocutores no campo doméstico e na *ágora*.

Érico Veríssimo (1905 – 1975) foi o mais importante nome numa verdadeira mudança de paradigma da prática de leitura nacional. Com ele, muitas traduções começaram a ser feitas no Brasil. Era uma oportunidade, uma vez que o preço do livro importado havia se tornado muito elevado. Até 1930, apenas um diminuto número de pessoas, uma elite muito pequena, lia seus autores franceses no original. A influência da cultura francesa foi oriunda de um Brasil ainda colônia. Refletia a moda na Rua do Ouvidor ao longo do século XIX. Veríssimo

preferiu traduzir autores de língua inglesa. Com isso, a influência da cultura francesa gradualmente foi dando espaço para uma maior afinidade com a cultura americana e inglesa. Graças à Érico Veríssimo o brasileiro da classe média e monoglota teve contato com autores como Aldous Huxley (1894 – 1963), William Faulkner (1897 – 1962), e Virginia Wolf (1882 – 1941).

Devido ao trabalho tanto de Monteiro Lobato quanto de Érico Veríssimo os horizontes do mercado editorial brasileiro se ampliaram enormemente. Se somamos a tais mudanças o advento das universidades e a ampliação de todo o sistema educacional brasileiro, conseguimos entender como a produção de livros no Brasil entre 1930 e 1940 cresceu tanto. Em São Paulo a expansão neste período multiplicou em quase seis vezes o número de livros vendidos. Se na aurora do século XX uma tiragem de trezentos exemplares não era ruim, agora o Brasil passa a ter números bem mais robustos. Um ponto de inflexão evidente é o lançamento de *Banguê*, de José Lins do Rego (1901 – 1957). Seu editor, José Olympio (1902 – 1990), decidiu fazer, em 1934, o lançamento desta obra com uma tiragem de dez mil exemplares. Nove anos depois teve que fazer outra reimpressão.

É no início da década de 30 que surgem diversas editoras de livro didático, instrumento importante para uma formação educacional mais consistente, organizada, didática e menos propensa a grandes lapsos ou flutuações. A José Olympio, que já mencionamos, surgiu em 1931 e também se dedicou aos didáticos. Dois anos depois de sua estreia ela assumiria a edição da obra mais importante de Gilberto Freyre (1900 – 1987).

Casa-Grande & Senzala é, sem dúvida, uma façanha da cultura brasileira, como aliás foi visto desde os primeiros dias. Para Jorge Amado, o surgimento de CG&S foi uma *explosão de deslumbramento*. Desde alguns anos antes, observa ele, vinham surgindo os primeiros romances regionais que buscavam laboriosamente restabelecer a verdade sobre a vida social brasileira, falsificada pela literatura tradicionalista. *Mas um livro de estudos do Brasil, que fosse legível, bem escrito como Casa-Grande & Senzala, era coisa nunca vista.*⁸

⁸ Darcy Ribeiro em *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.12.

Quando esta obra é lançada já existe um público para lê-la. Há editoras e críticos num país que já possui algum universo intelectual. Um público, por sinal, bastante receptivo a uma obra que tecesse críticas à aristocracia rural de outrora. *Casa-Grande & Senzala*, talvez a obra de maior relevância para a compreensão da sociedade brasileira, não é publicada num deserto de leitores ou estudiosos. Poucas linhas depois desta citação que transcrevemos, Darcy Ribeiro fala da relação que havia até então entre o público leitor e os “literatos acadêmicos tão tolos como vetustos”. Outro patamar de produção textual e de leitura já se encontrava consolidado no Brasil. Três anos depois seria a vez de *Raízes do Brasil*. Era um Brasil que contava com Caio Prado Junior (1909 – 1990), Oscar Niemeyer (1907 – 2012) e Manuel Bandeira (1886 – 1968). Depois destas obras, destes homens e das instituições acadêmicas que gradualmente forma surgindo, podemos dizer que a intelectualidade brasileira, seja de diletantes ou de acadêmicos, já não tinha a insipiência de tempos idos. *Raízes do Brasil*, assim como *Casa-Grande & Senzala* foram obras que fizeram grande sucesso tanto entre acadêmicos quanto com a classe média urbana de uma forma geral. A construção de uma identidade nacional através destes e de outros ensaios foi possível justamente em meio a esta expansão de uma classe pensante.

A obra de Lívio Teixeira sobre Spinoza será publicada em 1953, 19 anos após a fundação da USP. Até lá o campo acadêmico brasileiro ganharia mais instituições e criaria recursos para a produção de pesquisa. As mudanças não foram poucas, pois o país adquiriria outro perfil em meio a uma massa crítica maior.

Quatro séculos de ruralismo, e com ele o padrão casa-grande e senzala, comandado pelo elitismo das oligarquias do café e da cana, e passa-se nos anos 1930 – 1960 ao padrão urbano-industrial da cultura de massa.⁹

Em 1939 foi fundada pelo então Presidente Getúlio Vargas (1882 – 1945) a Faculdade Nacional de Filosofia, que em 1968 se tornaria o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), e que no ano seguinte passaria a funcionar onde está hoje, no Largo de São Francisco de Paula, no Centro do Rio de Janeiro. Dois anos depois, em 1941, o Brasil ganharia sua primeira universidade católica, a

⁹ DOMINGUES (2017), p.362.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Um feito não de um político, mas do segundo cardeal brasileiro, Dom Sebastião Leme (1882 – 1942), juntamente com o jesuíta Leonel Franca (1893 – 1948), que viria a ser o seu primeiro reitor. O ano seguinte é o ano da conhecida Reforma Capanema, que reestruturou o ensino médio. É fundado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Escola Técnica Nacional que, assim como a faculdade do Mosteiro de São Bento de São Paulo, contaria com professores provenientes da Europa. Na realidade, este período do governo de Getúlio Vargas conta com uma sequência considerável de novos equipamentos no campo educacional e cultural. Por exemplo: é de 1937 a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, que tombou centenas de prédios e monumentos, além de criar o Museu Imperial, localizado na cidade de Petrópolis.

Se estamos compondo as transformações e o incremento do campo intelectual brasileiro – campo este que fomenta e recebe as obras de homens como Lívio Teixeira e de tantos outros estudiosos – temos que fazer menção à publicação da *Biblioteca do Espírito Moderno*. Ela foi uma iniciativa do educador Anísio Teixeira (1900 – 1971), editada pela Companhia Editora Nacional em 1939. Tratava-se uma coleção que se destinava ao público em geral, aquele que tivesse uma satisfatória formação e a vontade de se inteirar com alguns nomes da História, da Literatura, da Ciência e também da Filosofia. Graças a tal iniciativa o brasileiro teve contato com Hemingway, Russell, Orwell, dentre outros. Não foi a única coleção da época que tinha por objetivo a formação de um público mais amplo, mas certamente foi a mais bem sucedida deste período. Com ela também se consolida a influência na cultura nacional de autores de língua inglesa. A *Biblioteca do Espírito Moderna* nos remete à uma outra coleção que surgiria na década de 70 do século XX. *Os Pensadores* seria de grande importância para a difusão da filosofia no Brasil, como veremos adiante.

O leitor poderia perguntar se a criação das universidades já mencionadas – e de outras que nem mesmo citamos – de fato atendia a uma demanda crescente proveniente do ensino médio. Todo o sistema educacional brasileiro estava, ano após ano, expandindo seu número de alunos. No início desta dissertação expusemos, graças ao senso de 1872, que o número de analfabetos no país correspondia, naquele momento, a três quartos da população. Pois bem, devido ao

trabalho de Geraldo Bastos Silva¹⁰, podemos ver que, neste período no qual nos debruçamos, a expansão do ensino médio foi muito forte. Se em 1933 o Brasil tinha 66.000 alunos no ensino médio, vinte e oito anos depois este número multiplicara-se por quinze, ou seja, 991.000 alunos. Neste mesmo intervalo, o número de docentes saltou de 5.864 para 63.974. O número de cursos, de 417 para mais de 4.000. Bem verdade que a população brasileira também crescia. Mesmo assim, o crescimento do ensino médio era bem maior. Se no ano da proclamação da República tínhamos 1,2 alunos no ensino médio por 1.000 habitantes, em 1965, tínhamos 18,9 por 1.000 habitantes. Não há como negar que o crescimento da educação brasileira e – mais propriamente o que nos interessa aqui – do campo acadêmico, neste intervalo do qual tratamos, foi robusto.

No final da década de 40 surgiu o Instituto Brasileiro de Filosofia, que teve à frente o jurista Miguel Reale (1910 – 2006). O IBF foi o responsável por um dos periódicos mais antigos e mais longevos dedicados à filosofia, a *Revista Brasileira de Filosofia*. No mesmo ano em que este periódico começou a ser publicado, ou seja, em 1951, o Brasil ganhou o CNPq e a Capes, as suas mais importantes agências de fomento à pesquisa, ao desenvolvimento científico, à divulgação da ciência e também ao intercâmbio científico. Com tais agências a pesquisa no Brasil ganhou um fôlego não imaginado até aquele momento. O CNPq também passou a ser responsável tanto pela manutenção quanto pela criação de alguns institutos de pesquisa. Mais que isso, com a criação da plataforma Lattes (nos anos 90) o país ganhou não só maior transparência, mas também um padrão de funcionamento tão bem marcado e tão hegemônico que transformará definitivamente o intelectual brasileiro.

A hipótese que estou considerando, ao perguntar pelo tipo de intelectual que prevaleceu nestes últimos cinquenta anos, quando o ensino e a pesquisa finalmente se profissionalizaram entre nós e atingiram o mesmo padrão técnico da Europa e dos Estados Unidos, é justamente o surgimento e a consolidação do *scholar* com seus dois tempos fortes: em São Paulo inicialmente, na esteira da Missão Francesa e por muito tempo restrito à USP, conhecido como uspiano, e depois generalizando-se aos quatro cantos do país.¹¹

¹⁰ *A educação secundária: perspectiva histórica e teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

¹¹ DOMINGUES (2017), p.452.

Instituídas tais agências, o Brasil consolidaria seu sistema de pós-graduação com uma produção em escala cada vez maior de dissertações, teses e artigos. O número de periódicos logo se multiplicou. Este aumento de volume contribuiu para a formação de um pensamento crítico mais sofisticado e muito mais disseminado se compararmos com o cenário que dispúnhamos no final do século XIX. Apenas para termos uma melhor noção do crescimento do estímulo à pesquisa, dez anos após a criação do CNPq, esta agência financiava 319 bolsas de estudo dentro e fora do país. 50 anos depois, em 2011, este número já estava em 90.104 bolsas¹².

Com esta explanação cremos ter conseguido expor o quão distinto se tornou o campo acadêmico nos anos 50 do século XX em relação aos primeiros anos de nossa República. Além disso, com as menções feitas ao mercado editorial, à distribuição dos livros e às mudanças sociais, podemos ter uma ideia da criação de uma massa crítica urbana apta a se locupletar de obras e coleções que passaram a chegar às suas mãos. Grosseiramente falando, podemos afirmar que foi justamente neste intervalo que o Brasil viu seu universo sociocultural deixar uma realidade de gritante insipiência para alcançar uma realidade na qual vemos uma estrutura formada. Embora ainda tenhamos consideráveis problemas a serem minorados¹³, ao vislumbrarmos este intervalo de tempo de nossa história temos a sensação de que muita coisa foi realizada.

¹² <http://memoria.cnpq.br/series-historicas>

¹³ Em 2017 o IBGE divulgou que o Brasil possuía 11,8 milhões de analfabetos, ou seja, 7,2% de sua população com 15 anos de idade ou mais.

Lívio Teixeira e a *Doutrina dos modos*.

A Universidade de São Paulo é fundada em 1934, mais uma junção de diferentes faculdades já existentes. Pouco depois desembarcou no Porto de Santos a “Missão Francesa da USP”, requerida justamente para alavancar o corpo docente da mais nova universidade do Brasil. Florestan Fernandes (1920 – 1995) é enfático ao reconhecer a importância dos professores estrangeiros neste momento de fundação de uma universidade. Ele fala em “rico ponto de partida”. Logo em seguida completa:

“[...] lhes cabe a glória de ter estabelecido um novo padrão de vida intelectual, aplicável ao ensino superior, desviando-o da antiga tradição escolástica e pré-científica, a que nos habituamos. É indubitável que não teríamos alcançado o sucesso que atingimos, sem sua colaboração generosa, constante e produtiva, que desempenhou a função de verdadeira revolução intelectual.”¹

Para arrematar sua percepção, o sociólogo deixa entender que tal missão teve mais “significação revolucionária” e durabilidade nos seus resultados do que a tão alardeada Semana de Arte Moderna. O principal idealizador da missão francesa foi o médico e psicólogo francês Georges Dumas (1866 – 1946). Ele era o representante do *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine*, que já havia iniciado seus trabalhos na primeira década do século XX. Dumas conheceu o jornalista Júlio de Mesquita Filho (1862 – 1969), e foi dessa amizade – juntamente com o amor pela cultura francesa há muito entranhada na elite cultural brasileira – que surgiu a ideia desta missão de professores e intelectuais provenientes da França para incrementar este primeiro momento da USP.

Jean Maugué (1904 – 1990) – assim como Claude Lévi-Strauss (1908 – 2009) – chegou ao Brasil numa segunda leva de intelectuais, em 1935. Ele veio de navio para substituir Étienne Borne (1907 – 1993). Maugué foi o responsável pelo departamento de filosofia da USP até 1944.

¹ FERNANDES (1966), p.214.

Ora, a partir da viagem do *Mendoza*, em fevereiro de 1935, navio misto da *Compagnie des Transports Maritimes*, que traria a bordo o jovem *normalien* Jean Maugüé (vinha substituir seu compatriota Étienne Borne, primeiro professor responsável pelos cursos de Filosofia da nova Faculdade), principiamos a importar, peça por peça, um Departamento Francês de Filosofia, quer dizer, juntamente com as doutrinas consumidas ao acaso dos ventos europeus e dos achados de livraria [...].²

Lívio Teixeira surge como assistente de Jean Maugüé. Segundo Paulo Arantes, em *Um departamento francês de ultramar*, Teixeira seria uma pessoa discreta e avessa ao filoneísmo. Seu trabalho tentava vincular “distância crítica e perspectiva histórica”. Para ele, o espírito crítico seria capaz de minorar os exageros, as distorções, a fatuidade e o diletantismo. Maugüé contava com os elogios e admiração de Teixeira. Este se dizia tributário de seu professor. Nós tentamos encontrar em Jean Maugüé algum indício que respondesse à razão pela qual Lívio Teixeira teria se interessado pelo pensamento de Spinoza. Ao contrário disso, quanto mais nossa pesquisa avançava, mas víamos a afinidade do pensamento de Maugüé com o pensamento de Kant. Foi no prefácio desta obra de Lívio Teixeira – obra esta que foi sua tese de livre-docência – que encontramos a resposta a tal questão.

Já no início de nossas atividades junto à Cadeira de História da Filosofia, como assistente do professor Jean Maugüé [...], quando, em seminário, líamos com os alunos a obra de Espinosa, ocorreu-nos que a doutrina espinosista dos modos de percepção, ou dos gêneros de conhecimento, levantava algumas questões interessantes.

Em 1952, ao tomar novamente a filosofia de Espinosa como tema de estudo para uma de nossas classes, reiterou-se em nosso espírito aquela antiga impressão.³

Assim, contamos com o próprio autor fornecendo sua justificativa para a realização do seu trabalho sobre Spinoza. Antes de chegarmos até a obra de Teixeira vimos o aparecimento das instituições de ensino, o surgimento de agências de fomento à pesquisa e também as mudanças de escala do ensino

² ARANTES (1994), p.61.

³ TEIXEIRA (2001), p. 9.

médio, das editoras e dos leitores brasileiros. Tal crescimento também foi um fenômeno dentro do próprio departamento de filosofia da USP. Entre sua fundação, em 1934, e a publicação da obra de Lívio Teixeira, o número de alunos quase dobrou⁴. Tal crescimento não foi diferente em nenhum outro departamento da USP e exigia um incremento constante do corpo docente daquela instituição. No caso da filosofia, o salto não foi discreto. Dentro do mesmo período que abordamos vemos que o departamento iniciou suas atividades com 16 professores. Quase vinte anos depois já contava com 63. Entendemos que o professor Lívio Teixeira teve, ao longo de sua vida acadêmica, um trato edificante com uma realidade acadêmica em transformação. Não nos referimos apenas à USP, mas ao país como um todo. Teixeira, ao escrever sua obra, o faz num Brasil cujo campo acadêmico não é mais o retrato do raquitismo, como se refere Ivan Domingues. Este vigor (ainda que tíbio para os padrões do velho mundo) nutriu uma produção mais sofisticada. A consequência, no que diz respeito ao conteúdo, é a sua pertinência e a sua imunidade à passagem do tempo. Esta é uma importante consequência de uma formação acadêmica sólida, com intercâmbio de ideias, com acesso mais fácil às fontes, com publicações em escala, etc.

A doutrina dos modos de percepção e o conceito de abstração na filosofia de Espinosa é uma obra com menos de 200 páginas e que ainda se encontra em circulação no mercado editorial. Tal publicação, da Unesp, é destinada ao público acadêmico. Até porque, em 1953, diferentemente do Brasil Império, ele de fato já existia. Mais que isso, ela é uma obra que se direciona ao leitor que já conhece, em alguma medida, o pensamento de Spinoza. Não há qualquer chamariz para o público externo à academia. Nem mesmo seu enorme título é convidativo para os curiosos que buscam uma iniciação na filosofia de Spinoza. Sobre a vida do judeu holandês não há qualquer menção e, logo na introdução de seu trabalho, o grau de sofisticação argumentativa afugenta qualquer leitor que não esteja acostumado com o trabalho meticuroso que a metafísica dos grandes sistemas do século XVII exige daqueles que se debruçam no seu estudo. Sobre publicações deste tipo, a professora Marilena Chaui, na apresentação desta obra de Lívio Teixeira, diz o seguinte:

⁴ FERNANDES (1966), p274.

Esta coleção [...] busca dar visibilidade ao que Antônio Candido (referindo-se à literatura brasileira) chama de um “sistema de obras”, capaz de suscitar debate, constituir referência bibliográfica nacional para os pesquisadores e despertar novas questões com que vá alimentando uma tradição filosófica no Brasil.⁵

Teixeira, na sua introdução, elenca cinco conclusões que pretende apresentar neste trabalho. A primeira delas afirma que a metafísica de Spinoza, ao tratar da percepção “limita-se à análise do próprio pensamento, do conteúdo da própria consciência”, uma vez que os atributos não se comunicam. Por esta razão o filósofo tem que dirigir seu estudo para os modos de percepção. Desta forma, Spinoza diferiria – entende Teixeira – tanto da filosofia tradicional – que compreende que as nossas ideias são correspondentes à realidade já existente no mundo externo – quanto do pensamento cartesiano, que entende que o conhecimento é uma “criação da *mente*” humana emancipado dos dados sensíveis.

A segunda conclusão de Lívio Teixeira afirma que o estudo do pensamento (em Spinoza) encontra-se no *Breve tratado* e no *Tratado do entendimento humano* justamente por ser nestes tratados que encontramos os “modos de percepção”. Sendo esta a única forma de nos colocarmos diante da realidade. Para a realização desta aproximação com o real, o trabalho de Spinoza percorre os três gêneros (ou categorias) do conhecimento. Na última delas, a intuição, temos o conhecimento da “Realidade total”. A terceira conclusão de Teixeira trata da abstração como sendo, na filosofia de Spinoza, um “defeito do senso comum”. Teixeira admite que tal conceito não é recorrente nos textos trabalhados, mas “está sempre na mente” do nosso filósofo.

Abstrair é querer compreender a parte sem o todo. Ou melhor, é atribuir *realidade* ao que é parcial, ao que não explica por si, nem existe por si. Daí vem todos os equívocos das filosofias que não a do próprio Espinosa.⁶

A quarta questão, podemos chamar assim, destina-se a apresentar, na obra de Spinoza, o caminho para a solução do problema da abstração. Tal solução parte

⁵ TEIXEIRA (2001), p.6

⁶ TEIXEIRA (2001), p.11

do entendimento de que só podemos explicar a realidade e a substancialidade no Todo. Com tal movimento do intelecto a abstração “torna-se parte decorrente da realidade”. Nesta quarta conclusão Lívio Teixeira deixa transparecer, sem enunciar para seu leitor, duas marcas, ou melhor, duas teses subjacentes do seu trabalho e que o atravessam na sua inteireza. Mencionamos tais posicionamentos de Teixeira porque entendemos que, além de marcarem a argumentação de seu texto de forma bastante evidente, elas exigiram um esforço argumentativo constante por parte do autor. A primeira destas teses é que tanto o *Breve tratado* quanto a *Ética* realizam o caminho inverso do *Tratado da emenda do intelecto*⁷. Este último parte do pensamento, da busca pela suma alegria e da observação das falsas alegrias, para chegar à beatitude e, em última instância, à Deus. Já o *Breve tratado* e a *Ética* partem de Deus para depois tratarem das paixões e da servidão humanas. Teixeira afirma que o caminho trilhado por estas duas obras segue uma ordem “que é uma ordem natural para a compreensão da realidade”. Mais que isso, que a inversão de tal ordem no *Tratado da emenda do intelecto* se daria devido à dificuldade de compreensão – por parte dos leitores – desta “ordem natural”. Teixeira, deste modo, não deixa transparente se entende como intuitiva esta ou aquela ordem. A chamada “ordem natural” traria dificuldades de compreensão e, por isto, o *Tratado da emenda* teria sido escrito deste modo devido à dificuldade encontrada na estrutura dos outros dois trabalhos. Independente da causa, o que Teixeira deseja ressaltar é este sentido invertido.

A segunda tese subjacente está inserida na primeira. Teixeira é um estudioso que enxerga a obra de Spinoza como um todo coerente, incluindo o *Breve tratado*. O uspiano não se omite diante da querela que tal posicionamento implica. Logo na introdução do seu capítulo destinado ao *Breve tratado*, ele faz menção tanto ao fato de não termos os originais da obra, quanto aos significativos problemas que os manuscritos encontrados apresentam aos estudiosos de Spinoza. Ele não coloca em dúvida se tal material encontrado – quase um século após a morte de Spinoza – é de fato sua obra. Ao contrário disso, Teixeira reiteradas

⁷ Lívio Teixeira optou por traduzir o título desta obra como *Tratado da reforma do entendimento* (TRE). Encontramos diferentes soluções, como por exemplo: *Tratado da correção do intelecto*, opção de J. Guinsburg e Newton Cunha na edição das obras completas de Spinoza (2014) pela Ed. Perspectiva.

vezes afirma e faz uso das semelhanças existentes entre diferentes partes da *Ética* e do *Breve Tratado*.

Não podemos compreender os modos, se não compreendemos antes a substância e os atributos; mas haverá possibilidade de pensar a substância e os atributos sem partir da experiência dos modos? O *BT* e a *Ética* apresentam uma ordem que é esta: primeiro a substância e os atributos; depois os modos; é a dedução a priori dos atributos.⁸

A quinta e última conclusão que Teixeira categoricamente quer expor versa sobre o papel, ou melhor, a “posição do segundo gênero de conhecimento”. Talvez seja este o ponto mais original deste seu trabalho. Teixeira defende que tal gênero (a razão), enquanto eivado pela abstração, é um elemento do qual a servidão faz uso, “pois neste plano é impossível ao homem uma completa libertação”.⁹ Sua argumentação se pauta nas últimas partes da *Ética IV*. Spinoza, de acordo com Teixeira, argumenta que os homens devem ir além dos seus próprios interesses para ultrapassar as ideias inadequadas que o mantem na servidão.

A razão se desenvolve no plano da servidão na medida em que pensa o homem abstratamente, isto é, separado do todo no qual é somente uma parte – tal é a conclusão a que chegamos no estudo da estrutura da Parte IV da *Ética*.¹⁰

Por outro lado, argumenta Teixeira, a razão não é superada na última parte da *Ética*. Em outras palavras, a razão, segundo gênero do conhecimento, não se afasta diante da intuição. Elas estão, na *Ética V*, relacionadas; assim como estavam a razão e o primeiro gênero do conhecimento (imaginação) na parte IV. A razão torna-se veículo para a liberdade “quando nos mostra o lugar do homem na ordem universal e assim nos prepara para o terceiro gênero”. Na sua interpretação do pensamento de Spinoza, Lívio Teixeira afirma que a razão pode tanto exprimir “a impotência do espírito” quanto a sua força. Neste caso, a razão

⁸ TEIXEIRA (2001), p.79

⁹ TEIXEIRA (2001), p.186.

¹⁰ TEIXEIRA (2001), P.188.

poderia ser o agente transformador das paixões. O conhecimento verdadeiro das paixões seria também uma busca pela essência das coisas, o que nos levaria a ter ideias claras e distintas e um maior “sentido de unificação com o Todo”.

A obra de Lívio Teixeira não perdeu sua relevância para os acadêmicos que hoje em dia estudam Spinoza em nosso país. Prova disso é que podemos, com sorte, encontrar *A doutrina dos modos* em algumas bibliografias de teses e dissertações, sobretudo naquelas em que os estudos das obras de Marilena Chaui são mais tenazes. Isto, devido à influência desta renomada pensadora. Marilena afirma que a obra de Teixeira é “uma referência indispensável” para os estudiosos deste filósofo. Além disso, Teixeira é citado por Marilena na terceira parte da *Nervura do real*¹¹, sua obra de maior notoriedade. A notoriedade da professora da USP acaba por “iluminar” o antigo professor daquela mesma instituição.

Teixeira realizou um trabalho no qual as interferências dos comentadores que ele utilizou não se tornaram um ingrediente significativo no seu trato com a filosofia de Spinoza. Dito de outra forma, a análise do pensamento spinozano feita pelo uspiano não apresenta elementos alheios ao próprio autor estudado de maneira tão premente que tenham se tornado um agente perturbador nesta recepção. Nenhum outro filósofo ou comentador, no trabalho de Lívio Teixeira, tomou a frente do próprio pensamento de Spinoza. Vimos, no caso do bacharel Farias Brito, que diversas carências provocaram distorções e tibiezas naquela recepção. No caso de Lívio Teixeira, não há qualquer carência, seja de fonte bibliográfica ou de interlocutores. O leitor de Lívio Teixeira se ocupará com uma reflexão sobre a filosofia de Spinoza de forma bastante límpida, neste sentido.

“*A doutrina dos modos*” continua das livrarias. Dentre os trabalhos sobre Spinoza com os quais nos deparamos, Teixeira representa o que há de mais oportuno para aquele estudioso que já possui alguma intimidade com a filosofia spinozana e que deseja conhecer uma próspera articulação do seu pensamento metafísico. Teixeira oferece um estudo claro, confortável e edificante num campo do saber que, em geral, é bastante árido e difícil.

¹¹ *Nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa*. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p.657.

Nise: fonte secundária introdutória

Com o início da Segunda Guerra Mundial em 1939 e as batalhas travadas no Atlântico, a importação de livros daqueles países caiu drasticamente. Em maio do ano seguinte, quando a França é tomada pelos nazistas, o Brasil deixou de receber as mercadorias provenientes daquele país. Para o Brasil, a França ainda era a mais importante fonte de livros importados. A doutora Nise da Silveira relata a grande dificuldade, durante a Segunda Guerra Mundial, de se importar livros. Um dia ela encontrou um exemplar do *Tratado da emenda do intelecto* numa livraria. A tradução era de Alexandre Koyré (1892 – 1964). Nise queria comprar, mas o livreiro disse que aquilo era uma encomenda. Ela insistiu e o vendedor sugeriu que ela voltasse de tarde para pedir o exemplar ao cliente que viria buscar sua encomenda.

Aproximei-me, disse-lhe do meu grande desejo de adquirir aquele livro, que viajaria no dia seguinte, insisti, quase supliquei. E, para meu espanto, disse-me que precisava do *TRE* como material de estudo, mas que não tinha especial simpatia por Spinoza.¹

O rapaz, descrito por Nise como “um jovem muito pálido”, cumpria ali sua obrigação. Nise da Silveira, como ela mesma se descreve, era o retrato da diletante; nas palavras dela: “no sentido de gostar, de sentir fascínio por aquilo de que a pessoa se ocupa”. A estranheza da médica com o trato protocolar do acadêmico, apartado de maiores afetações, deixa transparecer, para Nise da Silveira, um elemento essencial de seu interesse pelo filósofo estudado, o prazer.

Deste episódio, nós temos duas questões pertinentes à recepção de Spinoza em nosso país. O acesso às obras e os dois estereótipos de leitores da filosofia. Antes de dissertarmos sobre o trabalho que Nise da Silveira dedica a Spinoza, queremos nos deter em alguns pontos destas duas questões.

A dificuldade de se ter acesso à obra foi um assunto abordado quando explanamos sobre Farias Brito. Um problema que não parece ter sido obstáculo

¹ SILVEIRA (1995), p.68.

para o trabalho de Lívio Teixeira. Se ampliarmos nosso leque para além dos problemas que a dificuldade de acesso pode causar para o pesquisador, perceberemos que não temos um único problema, mas um conjunto de diferentes assuntos que emperram o livre trato da obra pelo leitor de uma forma geral. A censura é um primeiro ponto. Marquês de Pombal em 1777, o Estado Novo em 1937 e o golpe de 1964 foram os momentos mais emblemáticos deste problema enfrentado no mundo editorial. Os custos de maquinário e de papel também interferem no quanto a população – e o pesquisador não está fora disso – se aproximará ou se afastará da prática da leitura e dos livros em si. Apenas para ilustrarmos aquilo que pode ser uma relação de causa e efeito, podemos lembrar que ao longo da década de 1950, Juscelino Kubitschek (1902 – 1976) adotou políticas com o intuito de estimular o contato com o livro e a sua produção. Ele aboliu impostos alfandegários sobre livros estrangeiros, isentou de alguns impostos tanto o setor livreiro quanto indústria de papel, deu acesso ao financiamento de maquinários para o setor gráfico e, em 1959, junto ao Ministério da Educação, criou um órgão para avaliar os entraves do mercado editorial brasileiro. Não cremos que seja apenas coincidência o fato de que entre 1955 e 1962 a produção de livros no Brasil tenha triplicado, ou seja, alcançamos a década de 1960 ampliando a massa crítica nacional. Retrospectivamente, vimos que Machado de Assis foi um fenômeno de vendas, na segunda metade do século XIX, por ter edições de mil exemplares. Em 1961, três anos após seu lançamento, *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado (1912 – 2001), na sua vigésima edição, atingiu os 160 mil exemplares vendidos. É incontestável o enorme desenvolvimento da massa letrada nacional.

Outro problema que restringe o acesso de um público mais amplo é a questão das traduções. Já mencionamos a importância de Érico Veríssimo neste assunto, ao passo que sabemos tratar-se de um problema ainda longe de um bom cenário. Sabemos que nenhuma destas três questões abordadas no campo do acesso ao livro encontrou uma solução definitiva. A reclamação feita por Nise da Silveira em relação à Segunda Guerra Mundial estava longe de ser uma novidade para os brasileiros. Se os inconfidentes tinham que contrabandear livro por causa da censura imposta por Pombal – censura esta que durou de 1777 até 1822 – não é

hoje que podemos sossegar com as diferentes modalidades de obstáculos no acesso às obras desejadas.

Se a todo momento em que nos deparamos com uma nova produção de um spinozista tentamos entender para quem ele escreve é porque compreendemos que esta é uma questão relevante para aquele que escreveu a obra, assim como para nós que temos em aberta a pergunta sobre o que é a recepção de um filósofo. No episódio narrado por Nise da Silveira acadêmicos e diletantes parecem muito distintos e imiscíveis. Sabemos que dependendo das circunstâncias não é esta a realidade. Há pontos de interseção entre estes dois públicos.

No mercado editorial, as enciclopédias e coleções tentavam (mal ou bem) servir aos dois polos. O Brasil chegou a ser um ótimo mercado de enciclopédias. Em 1964, com a supervisão do jornalista Antonio Callado (1917 – 1997), surgiu a *Enciclopédia Barsa*. Uma década depois foi a vez da *Mirador Internacional*. Em 1981 o mercado estava saturado com uma concorrência ilimitada. Coleções também foram instrumentos relevantes tanto para curiosos quanto para pesquisadores. Importante destacar aqui o surgimento da *Livraria Martins Editora*, que surgiu como livraria em 1937 e como editora em 1940. Era um momento promissor para os editores. Alguns, como foi o caso de José de Barros Martins, estavam empolgados com o advento da USP. Pouco depois de seu surgimento como editora, a Martins lançou a “muito bem-sucedida coleção *Biblioteca do Pensamento Vivo*”², uma série de antologias críticas de autores como Rousseau”³, Montaigne, Voltaire, Nietzsche, Schopenhauer e Spinoza, que ganhou o 11º volume dentre os vinte que compuseram tal coleção. Tal volume é a tradução do livro do romancista alemão Arnold Zweig (1887 – 1968). Não é uma obra de um spinozista brasileiro, mas sim um primeiro livro em português, dedicado inteiramente a Spinoza e que foi bem recebido pelo público interessado. Se as vinte lombadas douradas apenas adornaram as prateleiras ou se efetivamente tais obras foram lidas, isso nós jamais saberemos. O que nos é relevante neste ponto é que estamos diante do encontro do público brasileiro com a vida e o pensamento do filósofo holandês. Não se trata de um brasileiro que escreve, mas

² Não temos a data precisa do lançamento desta coleção. Podemos afirmar que tal ocorreu entre 1941 e 1943. O exemplar sobre o qual nos debruçamos foi “composto e impresso” em setembro de 1955, o que demonstra que tal coleção de fato contou com o apreço do público.

³ HALLEWELL (2017), p.554.

de muitos que leem. Se isto não é o que canonicamente se entende por “recepção” de um filósofo, não deixa de ser um momento importante nesta trajetória que estamos trilhando. O brasileiro ganhou, no meio da Segunda Guerra Mundial, uma tradução de uma obra de viés acadêmico e propedêutico inteiramente dedicado a Spinoza. São 218 páginas que, primeiramente, buscam pincelar o cenário político e cultural do século XVII. Nisto, a situação na qual os antepassados de Spinoza tiveram de deixar a Espanha já está delineada. O autor esboça os aspectos da vida do filósofo e apresenta os principais pontos de seu pensamento metafísico. Se, por um lado, não houve espaço para o pensamento político de Spinoza neste trabalho de Zweig, houve sim um maior cuidado com a contextualização na qual se insere sua filosofia. Se não nos detemos cuidadosamente nesta obra, não queríamos omitir tal publicação apenas por não se tratar de um autor brasileiro. Este foi um ponto relevante para o público brasileiro e não podia passar em branco.

Um importante evento editorial brasileiro, no que diz respeito à divulgação da filosofia – por conseguinte de Spinoza – foi o surgimento da *Coleção Os Pensadores*. Sua primeira edição, em 1973, da editora *Abril Cultural*, contou com 56 volumes e o nosso filósofo holandês foi o 17°. Se levarmos em conta todos os problemas, dentre eles o significativo atraso que o Brasil enfrentou no campo acadêmico, esta façanha editorial torna-se impressionante. A coleção foi um grande sucesso, sendo encontrada inclusive nas bancas de jornal. Ela nos ofereceu dezenas de textos que até então não dispúnhamos traduzidos. Sua primeira edição vendeu quatro milhões de exemplares, demonstrando deste modo um substancial interesse por parte de muitos brasileiros pela filosofia, ou pelo *status* intelectual que ela é capaz de ostentar. Ela foi organizada pelo professor José Américo Pessanha (1932 – 1993). Serviu – ainda serve muito – tanto aos estudiosos acadêmicos, quanto ao público mais amplo. Se por um lado, pode ter servido apenas como adorno nos gabinetes das famílias abastadas, por outro, ela certamente passou também a ser um recurso primoroso para incontáveis estudantes universitários em todo o Brasil. Como toda coleção, *Os Pensadores* tentou ser a mais ampla possível. No caso do volume de Spinoza, encontramos os seguintes textos: *Meditações metafísicas*, *Tratado da emenda do intelecto*, *Ética*, *Tratado político* e 11 correspondências. Não é tudo, obviamente, mas foi um grande passo para o acesso deste e de tantos outros pensadores por parte da

população brasileira. Esta foi a primeira vez que textos de Spinoza foram traduzidos para os leitores brasileiros. Para termos a obra completa traduzida ainda esperaríamos mais de 40 anos.

Muito diferente do cenário nacional que existia no século XIX, agora temos, de um lado, uma considerável classe média urbana e, de outro, um universo acadêmico consolidado. Entendemos que isso não é uma questão também porque nosso filósofo é conhecido e comemorado pelo grande público. Spinoza, neste caso, possui, como lembra Nise da Silveira, uma “singularidade”.

Através dos séculos continua despertando admirações fervorosas, oposições, leituras diferentes de seus livros, não só no mundo dos filósofos, mas, curiosamente, atraindo pensadores das mais diversas áreas do saber, até despreziosos leitores que insistem, embora sem formação filosófica (e este é o meu caso), no difícil e fascinante estudo da filosofia.⁴

Dito de outro modo, compreendemos que Spinoza – no Brasil e fora dele, de diferentes maneiras e por razões que nos são alheias – atrai a atenção do dileitante⁵. Aqui em nosso país, são diversas as manifestações que atestam esta conexão. Como já mencionamos, o primeiro registro deste tipo de manifestação vem de Machado de Assis com o poema *Espinosa*, de 1880. Em 1954 foi a vez de Manuel Bandeira compor um poema, em francês, homenageando o filósofo holandês. Tal poema encontra-se em seu livro *Itinerário de Pasárgada*. Luiz Alfredo Garcia-Roza e Cristóvão Tezza (1951 -), cada um ao seu modo, também fizeram os leitores de suas obras se reportarem a Spinoza. Não adentraremos em nenhum destes casos mencionados aqui. Tomaremos – ainda que brevemente – a obra de Nise da Silveira como epônimo das manifestações desembaraçadas dos compromissos acadêmicos.

Cartas a Spinoza, obra desta médica psiquiátrica, foi publicada em 1995 pela editora Francisco Alves. Ela é um conjunto de sete “cartas” que se reportam em primeira pessoa ao próprio filósofo. Cremos que sua inspiração tenha surgido

⁴ SILVEIRA (1995), p19.

⁵ Preferimos tal nomenclatura pela mesma razão que o fez Nise da Silveira ao se denominar desta forma. Trata-se do público que gosta, que admira sem ter qualquer compromisso além do seu desfrute.

da própria leitura das correspondências de Spinoza. As “cartas” de Nise são redigidas em tom muito pessoal. Há diversos momentos de pura confissão, noutros a autora se diz contente com aquilo que leu ou “dolorosamente surpresa” por descobrir esta ou aquela peculiaridade do filósofo. Assim, a primeira e mais urgente pergunta que nos fazemos é sobre o destinatário de fato deste pequeno livro.

Nise não se propôs a escrever esta obra desavisadamente. O texto, no seu conjunto, deixa transparecer de forma cristalina que sua autora estudou com atenção a metafísica spinozana. Ela enfrentou a *Ética* desde a sua primeira parte e percebeu sua forma inóspita. Nise leu tanto a fonte primária quanto seus comentadores. Em outras palavras, seu pequeno livro não é fruto de um impulso festivo. Rapidamente o leitor percebe nitidamente que foi realizado um esforço prévio, de muita leitura e pesquisa. Nise faz menção tanto aos estudiosos de filosofia quanto aos intelectuais que de alguma forma tangenciam seu tema. Ela cita homenagens e menções que diversos eruditos fizeram a Spinoza, repisa os mais importantes episódios da vida dele, comenta suas correspondências e pondera, com propriedade, sobre os principais pontos de sua teoria. Sutilmente, e de forma muito graciosa e didática, Nise está apresentando, introduzindo, Spinoza para um público leigo. Seu leitor é justamente o público que, assim como ela, um dia despertou interesse por este pensador. Nise realiza um passeio delicado, numa boa medida para o público curioso. Nas últimas três cartas nós vemos que seus interesses em psicanálise tomam conta do texto e se mesclam com o pensamento de Spinoza. Sua leitura se torna um pouco mais exigente na medida em que se faz mais próspera. É interessante poder afirmar que no spinozismo nacional é Nise da Silveira a primeira fonte secundária introdutória “viva”, pertinente, tanto para os debutantes dos dias de hoje, quanto para aqueles já iniciados que desejam o deleite de uma amorosa e inteligente leitura. *Cartas a Spinoza* tornou-se obra rara. Havia, no momento de nossa pesquisa, apenas quatro exemplares disponíveis para venda – por preços exorbitantes - nos sebos de todo o país⁶.

Em 1995 Nise já poderia ter feito uso de coleções como a *Biblioteca do Pensamento Vivo* ou *Os Pensadores*. Se não há bibliografia em sua obra, através das notas de rodapé e do próprio texto, podemos afirmar que ela foi muito além

⁶ Encontramos também cópia eletrônica disponível gratuitamente no ambiente virtual.

daquilo que tais coleções oferecem. Apenas como exemplo, ela faz menções e citações do *Breve Tratado*, do *Tratado teológico-político* e de diversas cartas que não se encontram em nenhuma destas coleções. No rodapé vemos o trato com ampla bibliografia francesa e, para nossa surpresa, também com a obra de Farias Brito. Por sinal, esta foi a única menção a este autor que nós conseguimos encontrar em toda a nossa pesquisa. Lívio Teixeira, por sua vez, não é mencionado. Além de Lívio, outro nome que também não encontramos neste trabalho é o de Gilles Deleuze.

Em 1968 Deleuze lançou *Spinoza et le problème de l'expression*. O notório apreço que a intelectualidade brasileira, desde os tempos do império, nutriu pela cultura francesa poderia ser um ingrediente que, devido a tal publicação de Deleuze, tomaria – a partir de então – permearia as análises spinozistas em nosso país. Esta expectativa prévia de se encontrar influências do pensamento de Deleuze no texto de Nise da Silveira foi frustrada. Vimos que ela fez uso de estudiosos franceses, mas nem se tratou de Deleuze e nem foi de tal monta que tenha contorcido o pensamento spinozista; assim entendemos.

É subjetiva e temerosa a afirmação de que um comentador foi utilizado apenas na medida necessária para elucidar o pensamento deste ou daquele filósofo e que em outro momento o uso tenha causado interferências e distorções no filósofo estudado. Em última instância, sabemos que esta fronteira, de forma clara e distinta, não existe. Poderíamos pensar num gradiente de interferências e, ainda subjetivamente, apontar um uso oportuno e outro que mais distorce do que elucidada. Tal julgamento não é isento e não pode se pretender cabal. Ele guarda uma precariedade e se deve saber assim. Indo além, o próprio autor, ou autora – no caso aqui deste capítulo, Nise da Silveira – que constrói sua explanação sobre Spinoza, também está, obviamente, sujeita a realizar suas distorções. Isto, por diversas razões; vimos isso – de forma bastante clara – no caso de Farias Brito, por exemplo. Todos, em última instância, estão realizando suas interpretações. Assim, toda recepção conta, num grau maior ou menor, com distorções. No caso de Lívio Teixeira, sua interpretação, que nos pareceu tão acertada e verossímil, pode perfeitamente ser entendida como uma interpretação problemática. Por exemplo: Lívio considera o *Breve tratado* como uma obra de Spinoza, e este não é um ponto totalmente isento de discussões. Ele vê coerência no conjunto da obra

de Spinoza, e este é outro ponto controverso. Em suma, o que desejamos dizer aqui é que se o próprio autor do estudo – o próprio spinozista brasileiro – realiza suas tendências pessoais no texto, quando este autor se vale de um estudioso que o ampare em sua empreitada, podemos estar aumentando entendimentos contorcidos e que se afastam da fonte primária.

A recepção de Spinoza – e não seria diferente no caso de qualquer outro filósofo – pode contar com significativas interferências dos seus comentadores. A intensidade da presença de outros filósofos ou eruditos nos estudos de Spinoza passa a ter maior relevância quando tal interferência provoca distorções significativas (que deste modo vislumbramos) na recepção da fonte primária. Aquilo que deveria ser um instrumento para ajudar o autor na sua argumentação sobre Spinoza pode, algumas vezes, se tornar um instrumento que dificulta o alcance do seu pensamento de uma forma direta e com os menores ruídos possíveis. Por que esta discussão vem à tona em nosso capítulo sobre o trabalho de Nise da Silveira? Ela aflorou aqui, não por causa da psiquiatra de Maceió, mas sim pela entrada na cena do spinozismo de um autor tão ou mais incensado quanto o próprio Spinoza. Alguns pressupostos estão contidos nesta afirmação. Dentre eles, a nossa pressuposição frustrada por Nise da Silveira que não buscou respaldo na obra de Gilles Deleuze, de 1968, sobre Spinoza.

Esperávamos encontrar, já em 1995, os ecos de Deleuze em Nise da Silveira. Isto porque após o ingresso deste autor contemporâneo nos estudos sobre Spinoza, passamos a nos confrontar com obras que sofrem pesadas influências deste pensador parisiense na compreensão daquilo que se coloca como sendo a fonte primária, o foco central deste ou daquele estudo sobre Spinoza. Encontramos sim, ao longo de nosso levantamento dos estudos brasileiros sobre o pensador de Amsterdam, obras que se propõem a apresentar e discutir Spinoza, mas que, desde seus primeiros momentos, envolvem-se com um conjunto de filósofos contemporâneos “mais reluzentes” para o grande público. No decorrer de suas páginas o leitor se defronta com um “caleidoscópio” de autores e suas mais diversas ideias que tantas vezes pouco se envolve, efetivamente, com as ideias metafísicas ou políticas de um longínquo século XVII.⁷

⁷ Preferimos não incluir nesta dissertação o trabalho ao qual nos reportamos por duas razões: primeiro por uma questão de delicadeza com um trabalho que seria alvo de muitas críticas

O contraste entre uma obra que se propõe a apresentar o pensamento deste ou daquele filósofo de maneira clara e verossímil, e uma obra que faz uso de um filósofo para, na realidade, dissertar sobre as mais diversas teorias, ao sabor da criatividade e do deleite de sua audiência, nos garante que, embora não tenhamos uma fronteira clara e distinta entre um extremo e outro, nós podemos sim assegurar que duas situações diferentes existem. Vimos que tanto Nise da Silveira quanto Lívio Teixeira, por exemplo, foram bons exemplos de textos nos quais as interferências – deles mesmos ou de comentadores utilizados por eles – se fizeram de maneira comedida e oportuna para o propósito de colocar Spinoza no proscênio de suas respectivas obras.

Antes do fim desta questão, é necessário ressaltar um ponto que nos parece central nas distorções aqui ressaltadas. Entendemos que uma das possíveis causas de uma interferência exagerada no uso de um comentador de apoio acontece quando temos alguma pressão externa à fonte primária. No caso que mencionamos, a fama de Gilles Deleuze – sobretudo do lado de fora do mundo acadêmico – produz consequências. Em última instância, diríamos que hoje o estudioso de Spinoza é muitas vezes convidado a responder sobre Deleuze ou através de Deleuze. Deste modo, a explanação de um estudioso de Spinoza é levada a incluir pensamentos e tendências de outro filósofo ainda que naquele caso tal procedimento fosse desnecessário ou mesmo inoportuno. Tudo passa pela boa medida, por aquilo que convém e, em última instância, por aquilo que está a serviço de uma reflexão honesta sobre aquele objeto que de fato o pesquisador inicialmente se propôs a destrinchar. Não há nenhum equívoco em se estudar Deleuze ou qualquer outro filósofo com o propósito de embasar ou abrilhantar uma explanação sobre uma fonte primária. A desmesura deste uso é que faz com que tenhamos um estudo não sobre Spinoza, mas sobre um Spinoza deleuziano ou foucaultiano ou nietzschiano, etc.

Ao falarmos de “pressão”, de se ter quase uma obrigatoriedade de se construir uma bibliografia com determinados notórios, por exemplo, estamos também falando de influências que se passam dentro do âmbito acadêmico como também entre o universo da academia e a massa crítica externa; como disse a

negativas de nossa parte. Segundo porque podemos compreender que o trabalho mencionado efetivamente não trata do pensamento de Spinoza, ainda que tenha o nome do filósofo em seu título.

própria Nise da Silveira, os diletantes. Esta última situação é a que mais nos é pertinente. Compreendemos que a influência entre o público mais amplo e os acadêmicos repercute, por exemplo, nos rumos das pesquisas. Ela pode induzir o pesquisador a uma determinada bibliografia e não a outra. Isto, seja pela busca de legitimidade ou prestígio. Que pecado – no imaginário do pesquisador brasileiro – seria realizar, hoje em dia, uma dissertação sobre Spinoza e não constar na sua bibliografia *Espinosa e o problema da expressão*, de Gilles Deleuze ou *A nervura do real*, de Marilena Chauí? Obras importantíssimas, sem dúvida, mas qual foi o real motor que levou a tais textos? Mais, ousamos perguntar: além de constarem na bibliografia, foram efetivamente pertinentes à pesquisa? Foram realmente lidos?

Outra razão para o uso de pensadores mais festejados pelo grande público é justamente a conquista da atenção deste público. Gesto bastante coerente para aquele que está preocupado mais com a repercussão do seu livro do que exatamente com um problema filosófico, ou mesmo com a difusão da boa filosofia. Temos ciência disto. Desejávamos apenas mencionar tal questão, porém não nos ocuparemos com ela mais detidamente.

Este capítulo lançou diversas questões sem propor respostas definitivas. Entendemos que problemas teóricos, diferente de uma doutrina, são apresentados justamente para fomentar reflexões. Apesar de encerramos o capítulo neste ponto, algumas destas questões continuarão presentes nos nossos próximos passos.

As obras e os públicos de Chauí.

Toda uma dissertação voltada exclusivamente para a obra de Marilena Chauí que trata de Spinoza não seria suficiente caso viesse a pretender apenas uma abordagem panorâmica de seu conjunto. Desde 1971, quando Chauí apresentou sua tese de doutoramento, *Introdução à leitura de Espinosa*, ao Departamento de Filosofia da FFLCH na Universidade de São Paulo, até a presente data, já contamos diversos livros e incontáveis artigos que se debruçam sobre o pensamento do judeu de Amsterdam. Tanto quanto traçar linhas esparsas sobre este conjunto de obra, desejamos também pontuar as consequências que esta façanha intelectual parece provocar sobre os pesquisadores de Spinoza que, no Brasil, realizaram seus trabalhos depois de Marilena Chauí.

Ao abordarmos a pequena obra de Nise da Silveira, nós trouxemos à tona a questão da existência de dois universos, de duas intelectualidades distintas. Na realidade, trata-se de uma simplificação. Basta olharmos os “cinco modelos ou tipos intelectuais” aos qual Ivan Domingues se refere para contar o percurso histórico que a filosofia trilhou em nosso país.⁸ Desde o clérigo colonial, tendo como seu epônimo a figura do padre Antônio Vieira (1608 – 1697), passando, por exemplo, pelo intelectual público engajado, tendo como figura emblemática o escritor Euclides da Cunha (1866 – 1909). Para nossos fins, adotamos a nomenclatura “diletante”, que a própria Nise da Silveira adotou para si, e que também Domingues faz largo uso, para se reportar ao público intelectualizado e não acadêmico. Chamamos o outro tipo intelectual simplesmente de “acadêmico”, que se aproxima daquilo que Domingues denomina de *scholar*.

Termo pelo qual os ingleses traduziram o vocábulo de origem latina erudito, referido a um tipo de intelectual comum ao campo das humanidades, tendo o filósofo e o historiador à frente, mas que no ambiente contemporâneo sofreria a influência crescente do expert egresso da ciência e com ele finalmente se fundiria, criando uma espécie de novo mandarinato.⁹

⁸ DOMINGUES (2017), p.40.

⁹ DOMINGUES (2017), p.41.

O conjunto que abarca diletantes e acadêmicos pode ser compreendido como o conjunto que forma a massa letrada, ou massa crítica de nosso país. É desnecessário – para os nossos fins – enveredarmos pelas minúcias de tais nomenclaturas ou escarafuncharmos nuances deste tema, como fez Karl Mannheim (1893-1947) em *Sociologia da cultura*. A simples compreensão intuitiva já nos é suficiente. Ao contrário de nos exigirmos um aprofundamento sobre o que é tal massa letrada ou a figura do diletante, cabe a pergunta sobre a pertinência desta questão neste ponto do texto.

Ao nos depararmos com qualquer estudo sobre qualquer filósofo, um conjunto de referências guia nosso entendimento na tarefa de compreender do que se trata aquela obra. Compreender o contexto no qual ela foi escrita, as influências nas quais o autor apoia sua explanação e, não menos importante, para qual o público ela se destina. No caso de Farias Brito, por exemplo, naquele momento o Brasil ainda não tinha um campo acadêmico formado e, mesmo a massa letrada do país era, como diz Ivan Domingues, raquítica. No caso de Lívio Teixeira, temos uma fonte secundária que fala para os próprios estudantes da USP, lembrando que sua obra, inicialmente, teve apenas circulação interna. O caso de Marilena Chaui é distinto destes dois nomes por termos uma massa crítica constituída dentro e fora do campo acadêmico. Além disso, temos em Marilena uma autora que se volta, em sua carreira, para ambas.

No Brasil temos alguns casos de filósofos que ganharam uma notoriedade que ultrapassa os muros do campo acadêmico. Nos anos 60, o jesuíta Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921 – 2002), por se tornar o mentor da Juventude Universitária Católica e da Ação Popular acabou sendo conhecido de boa parte de nossa massa letrada. Na década de 90 do século passado, ao participar do governo de Fernando Henrique Cardoso (1931 -), José Arthur Giannotti (1930 -) também teve seu nome reconhecido para além da realidade acadêmica. Hoje, nomes como Mário Sérgio Cortella (1951 -) ou Luiz Felipe Pondé (1959 -) são notórios nacionalmente justamente por apresentarem a filosofia para o público diletante. Sobre Marilena Chaui, Ivan Domingues afirma que “foi quem levou mais longe os laços da filosofia com a política, a ponto de estendê-los à militância.”¹⁰ Entendemos que além do seu envolvimento com a política, Marilena Chaui

¹⁰ DOMINGUES (2017), p.491.

também ganhou fama em toda a massa letrada devido à determinadas publicações que se dirigiam ao público de fora das universidades. Um exemplo é *Convite à filosofia*, uma obra relevante no ensino de filosofia do Brasil. Tal obra foi adotada por diversos colégios para uso de seus alunos do ensino médio, tendo, em 2010, alcançado sua 14ª edição. Sua notoriedade em âmbito nacional aconteceria independentemente da sua participação na política do país. Naquilo que tange nosso tema, ou seja, o trabalho de Chauí referente a Spinoza, também encontramos publicações que se destinam à população letrada de uma forma mais ampla. Cada caso é singular e nem sempre a resposta à pergunta sobre qual o público ao qual tal livro ou artigo se dirige é fácil de ser encontrada.

A obra de Marilena Chauí sobre Spinoza, além de livros, conta com muitos artigos. Por duas vezes foi possível reunir conjuntos de seus artigos que guardavam uma afinidade em seus temas. Em 1981, uma década depois do doutoramento de Marilena Chauí, foi lançado *Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo: Espinoza, Voltaire, Merleau-Ponty*. Hoje esta obra encontra-se esgotada e nem mesmo consta, ainda que como esgotado, nos *sites* das principais livrarias do país¹¹. Como o próprio subtítulo sugere, os artigos reunidos nesta publicação se dividem em três partes, tendo nosso filósofo holandês os dois primeiros artigos. No primeiro, Chauí trata da linguagem em Spinoza. Uma obra que toma a frente da discussão é a *Gramática da língua hebraica*. Dentre todos os estudos publicados que encontramos, este artigo é o único que explana sobre tal obra de Spinoza. Por outro lado, já nas primeiras linhas do artigo (na realidade, no seu preâmbulo) Chauí afirma que o seu método de trabalho engloba todo o conjunto da obra de Spinoza.

Espinoza trata explicitamente da linguagem: no capítulo XVI da parte II do *Breve Tratado*, no *Tratado da Reforma da Inteligência*, nos livros II e IV da *Ética* e no capítulo VII do *Tratado Teológico-Político*. Além dessas referências mais alongadas, encontramos outras, mais curtas e esparsas, nos *Pensamentos Metafísicos*, no livro III da *Ética* e na *Correspondência*.¹²

¹¹ Esta obra é da Editora Brasiliense. Encontramos disponível em arquivo eletrônico, mas não encontramos nos *sites* que congregam os sebos do país.

¹² CHAUI (1981), p11.

Imaginamos que a apreensão do conjunto da obra de Spinoza como um corpo coerente e integrado fosse influência de Lívio Teixeira. Talvez seja também, mas Marilena Chaui, neste artigo, diz comungar com o pensamento de Martial Guérout (1891 – 1976), por exemplo. Sobre o uso de todas as obras de Spinoza, ela diz que:

Oferecem um conjunto de questões cujo sentido melhor se esclarece se forem tratados simultaneamente. Aliás, seguimos nisto um princípio da hermenêutica espinosana – como pedem Guérout e Strauss –, qual seja, o de resolver uma dificuldade de interpretação recorrendo a outros textos do mesmo autor ou do mesmo livro sobre o mesmo assunto. Como um prisma, as questões espinosanas se irradiam em várias direções.¹³

O segundo artigo também envolve a questão da linguística, mas é a metafísica e a densidade do texto, que chamam a atenção. Chaui não está se dirigindo ao diletante. Em ambos os artigos há um grau considerável de exigência da autora para com seus leitores, no que diz respeito tanto à destreza da articulação com os conceitos mais complexos da filosofia de Spinoza, quanto à tenacidade exigida para se ter uma compreensão satisfatória.

Outra obra: *Espinosa: uma filosofia da liberdade* teve sua primeira edição em 1995, pela editora Moderna. Hoje é um livro esgotado, sendo encontrado apenas em sebos. Tal obra é uma clara fonte secundária introdutória. Ela começa com uma síntese da vida de Spinoza e depois perpassa o pensamento do filósofo com extrema didática. Ao longo do texto nos deparamos com mapas, esquemas e ilustrações que colaboram para uma compreensão bastante satisfatória. Há curiosidades, como por exemplo, a transcrição do *herem* redigido pela Assembleia de ancião na ocasião da expulsão de Spinoza da comunidade judaica. No final do livro encontramos 25 “questões para reflexão” e um glossário com 35 verbetes, como por exemplo: atributo, causa inadequada, fariseus, substância e *Torah*. Esta obra, com pouco mais de 110 páginas, poderia ser vendida em banca de jornal. Na França, seria uma publicação típica para o estudante de ensino médio. *Convite à filosofia* e *Espinosa: uma filosofia da liberdade* são obras que se destinam a públicos semelhantes. A primeira, para adolescentes que estão cursando o ensino

¹³ CHAUI (1981), p18.

médio, servindo como material para sala de aula. O segundo, que na realidade faz parte da coleção *Logos*, parece se voltar para o jovem interessado. O trabalho editorial de 1995 pode não atender aos padrões estéticos exigidos atualmente. Por outro lado, a reedição de tal obra, com um novo visual, seria um sinal claro de que alguma editora acredita existir um público jovem interessado em temas desta alçada.

Outra publicação que também é o resultado da soma de diversos artigos sobre Spinoza é *Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa*. Neste caso, todos os oito artigos tratam exclusivamente do filósofo holandês. Publicado em 2011 e ainda disponível nas livrarias, este livro apresenta “conferências e artigos publicados entre 1987 e 2005”. O artigo *Sobre o medo*, por exemplo, teve sua primeira versão no formato de uma conferência realizada na Funarte, fazendo parte do ciclo de leituras do jornalista Aduino Novaes. Esse artigo está contido em *Os sentidos da paixão* (Companhia das Letras) de 1987. Arriscamos afirmar que todos os artigos reunidos em *Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa* são acessíveis e tem o potencial para despertar o interesse da massa letrada brasileira. Um forte indicador neste sentido é justamente o fato de que alguns destes artigos tem sua origem nas conferências organizadas por Aduino Novaes a frente do *Núcleo de Estudos e Pesquisas da Funarte*. Este jornalista e professor é reconhecido – e já foi premiado por isso – em todo o meio cultural brasileiro justamente por fomentar, há mais de 30 anos, conferências de alto nível voltadas não apenas para as pessoas do campo acadêmico, mas para um público mais amplo. Uma das grandes virtudes, além da publicação de suas conferências, é justamente romper qualquer barreira entre o público maior e os acadêmicos, isto, sem comprometer a qualidade da discussão.

Queremos nos deter minimamente no artigo *Laços do desejo*, que também é oriundo dos ciclos de palestras de Aduino Novaes.¹⁴ Tal artigo, nas suas 55 páginas, realiza uma ampla abordagem histórica da questão do desejo. Ele começa apresentando as questões etimológicas pertinentes ao verbo *desidero*. Chaui lembra que *sideratus* é aquele que é atingido por um astro, indicando a influência dos corpos celestes no destino dos homens. Depois de alguns parágrafos sobre tal ponto, o artigo começa um percurso que tem início na filosofia clássica. O *Timeu*,

¹⁴ Ele também é encontrado em *O Desejo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

de Platão (428 – 348 a.C.), assim como o livro Lambda da *Metafísica* de Aristóteles (384 – 322 a.C.), a *Ética a Eudemo*, a *Ética a Nicômaco* e a *Política* são utilizados para explicar o *status* do problema nestes autores. O percurso até Spinoza não deixará de apresentar a ideia de desejo para a filosofia estoica, mencionando Cícero (106 – 43 a.C.) e Sêneca (falecido em 65 d.C.). Adentra na questão do desejo no cristianismo e discute a *concupiscentia*. A ascese do desejo, sua educação ou abolição são ingredientes com os quais a retórica irá lidar já na renascença. Maquiavel (1469 – 1527) e o poder da virtude para “dobrar a insolência da *Fortuna*” é a explanação que antecede toda a questão do desejo na modernidade. Este trajeto do problema acontece através de uma leitura muito fluida, muito convidativa e esclarecedora. Mesmo para alunos de filosofia, rever tantos autores através de um único viés é enriquecedor. Ao abordar a teoria do *conatus*, por exemplo, Chaui não o apresenta já em Spinoza, mas se detém com o *status* deste conceito ainda em Hobbes (1588 – 1679), dando ao leitor a oportunidade de compreender sua origem, suas semelhanças e diferenças de um autor para outro. Temos assim uma argumentação didática, interessante e, também por isso, relativamente fácil de acompanhar.

Por que nos detemos neste artigo de 1999, quando a obra de Marilena Chaui, sobre Spinoza, é tão vasta? Porque compreendemos que tal artigo é um bom exemplo de uma “química textual” capaz de perpassar a massa letrada de nosso país suplantando a fronteira entre o campo acadêmico e os sarais que se envolvem com a cultura de uma forma mais ampla. Tal “química”, ao mesmo tempo em que se faz acessível e sedutora para a massa crítica, não se torna simplória ou empobrecida aos olhos dos estudiosos das universidades. Se por um lado, a autora se vê impelida a repisar conceitos básicos, por outro, a articulação de ideias através de uma perspectiva histórica ou com pensadores pouco frequentados, tradicionalmente pela academia, encanta pela originalidade. Há um fino equilíbrio que favorece todos os leitores, os autores e, de uma forma geral, a cultura do país. Nossa suspeita é a de que esta forma que é capaz de agradar aos diferentes públicos seja um mérito – originalmente – dos ciclos de palestras inaugurados em 1986 por Adauto Novaes. Os inúmeros intelectuais que, ao longo destas décadas, tiveram a oportunidade de participar destas conferências, tiveram,

simultaneamente, a oportunidade de encontrar uma “química textual” hábil na lida da massa letrada interessada em seus temas.

Cabem ressalvas aqui. A primeira é a de que as obras que, diferentemente desta equação, desta “química textual”, não transitam entre estes dois universos não possuem qualquer demérito; não por isso. Elas possuem seus objetivos específicos e seus públicos específicos. São necessárias, cada uma no seu contexto, para fins distintos. Já abordamos neste trabalho obras de Marilena Chaui que são voltadas para estudantes do ensino médio. Da mesma forma, trataremos mais a diante da obra do professor Marcos André Gleizer, *Verdade e certeza em Espinosa* que é, a nosso ver, inacessível para qualquer pessoa que não esteja disposta a realizar um significativo esforço de compreensão e que já não tenha previamente uma bagagem satisfatória na metafísica spinozana.

Uma segunda questão é quanto ao fôlego destas obras. Explicamos: a maioria das obras sobre Spinoza – que um dia foi publicado no Brasil – encontra-se esgotada. Podemos levantar a suspeita de que os títulos que são buscados tanto pelo público acadêmico quanto pelos diletantes ganham uma sobrevida nas livrarias. Não afirmamos com isso que tal “química textual” seja garantidora das próximas reimpressões. Da mesma forma que não podemos afirmar o contrário. Há aspectos que influenciam sobremaneira na persistência ou no esquecimento de uma obra. Um exemplo disso é justamente o fato de que ainda encontrarmos nas livrarias a obra de Lívio Teixeira. Trata-se de um texto de filosofia, escrito por um brasileiro, que permanece acessível há décadas. Este fenômeno se dá, além do mérito do autor, pelo fato de termos uma editora universitária à frente, com compromissos que vão além do lucro. Sabemos que grandes obras não significam boas vendas. “A cultura valeu-se principalmente dos livros que fizeram os editores ter prejuízo”.¹⁵ Desde 1963, por iniciativa do professor da USP Mário Guimarães Ferri (1918 – 1985) o Brasil dispõe de coedições entre instituições de ensino e editoras comerciais. Na ocasião, Mário Ferri tornara-se presidente da Edusp. Os títulos eram submetidos a uma comissão de avaliação e a universidade se comprometia a comprar uma parcela dos exemplares. “O esquema de Ferri foi amplamente imitado, especialmente por outras universidades.”¹⁶ Para nossos fins,

¹⁵ Thomas Fuller (1608 – 1661) *The Hole State and the Profane State*, III, 18.

¹⁶ HALLEWELL (2017), p.620.

ressaltamos apenas que há distintos fatores que contribuem para uma longevidade de uma obra publicada além da qualidade do seu conteúdo. Tais aspectos não poderiam ser simplesmente omitidos, sob pena de esboçarmos um retrato por demais ingênuo.

Política em Espinosa, de Marilena Chaui, encontra-se esgotado. No momento de nossa pesquisa não há nenhum exemplar que se possa adquirir no *site* que congrega centenas de sebos espalhados pelo território nacional. Também buscamos tal livro em formato de arquivo eletrônico na internet e não encontramos. Achamos um exemplar na biblioteca da PUC-Rio, o que viabilizou nossa pesquisa. Muito impressiona constatar que um livro sobre a filosofia política de Spinoza publicado em 2003 por uma das editoras mais consagradas do mercado editorial brasileiro, escrito por uma das pensadoras mais renomadas do país (e ainda viva), encontre-se no mesmo “patamar de esquecimento” que a obra do bacharel Farias Brito. Diz o compositor que “aqui tudo parece que era ainda construção e já é ruína”.¹⁷ Haveria, evidentemente, a possibilidade deste tão prematuro esquecimento ser consequência da baixa qualidade de tal obra. Não é, de forma alguma, o caso. Este desaparecimento fulminante foi o maior espanto com o qual nos deparamos em nossa pesquisa, nos reportando ao Wystan Hugh Auden (1907 – 1973): “Alguns livros são injustamente esquecidos; nenhum livro é injustamente lembrado”.¹⁸

Política em Espinosa é, dentre as obras com as quais tratamos nesta dissertação, um texto de raras virtudes. As referências que Chaui utiliza nesta obra são, sobretudo, Hobbes e Hugo Grótius (1583 – 1645). Também encontramos nas notas o nome de Lívio Teixeira e de Baltazar Gracián (1601 – 1658). Tal trabalho é um estudo rico, minucioso e muito fino, que perscruta os detalhes da filosofia política spinozana. Não é uma leitura tão fluida quanto *Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa*. Não é escrito para o leitor que deseja assuntar ou que busca uma leitura empolgante repleta de conclusões mirabolantes. *Política em Espinosa* é um estudo, um instrumento brilhante para o leitor tenaz e comprometido com este tema. Não é à toa que ele se tornou uma obra de referência obrigatória para os trabalhos em filosofia política spinozana dos estudiosos posteriores. Sua

¹⁷ Caetano Veloso, *Fora de ordem*.

¹⁸ *The Dyer's Hand*, Reading.

influência é perceptível nos trabalhos tanto do professor Francisco de Guimaraens quanto da professora Ana Luiza Saramago Stern, por exemplo. No caso de João Maurício Martins de Abreu não é muito diferente.

A primeira quarta parte das 314 páginas de texto, ou seja, o capítulo *Política e profecia* realiza o trabalho de apresentação do *Tratado teológico-político*. Ele aborda as primeiras questões que surgem naquela obra: a teologia, a distinção entre profetas e apóstolos, o papel do milagre, a questão de haver um povo eleito, o mito adâmico, Cristo, a transformação do milagre em dogma, o cristianismo como um apostolado, os hebreus aproximados de uma teocracia, etc. O texto é acessível para qualquer pessoa com vontade de realmente estudar filosofia política. A preocupação com uma apresentação didática torna-se evidente no subcapítulo *A estrutura expositiva e argumentativa do “Teológico-político”*. Marilena Chaui apresenta tal obra organizando capítulo por capítulo, aglutinando-os conforme os temas que abordam, por exemplo: os três primeiros capítulos do *Tratado* tratam de profecia e do papel político do profeta. A lei divina é o objeto do quarto capítulo e assim por diante até o vigésimo e último capítulo. Essa primeira quarta parte de *Política em Espinosa* é uma propedêutica da filosofia política spinozana. Ela permite que o leitor atento ganhe intimidade com o pensamento de Spinoza sobre os problemas políticos contidos na religião e no seu uso ao longo de sua história.

Depois disso, a metafísica contida na filosofia política passa a ser elucidada. Estamos nos referindo ao subcapítulo *Ontologia do necessário*. Aqui, conceitos como: substância, atributo, modo, causa em si, causa eficiente imanente e imaginação são apresentados e articulados com a política. Este pode ser um momento árido para o leitor que pela primeira vez enfrenta esta área do conhecimento. Ao mesmo tempo, entendemos que é possível, mesmo para este leitor debutante. Se, por um lado, tal aridez irá se repetir em outros momentos do texto, sem estes esclarecimentos não é viável uma real compreensão da matéria. Chaui e qualquer outro bom estudioso de Spinoza sabe que sua filosofia política não está apartada de sua metafísica. É necessário – e assim faz Chaui – tratar de questões que estão na *Ética* e noutras partes de sua obra para não permanecer num entendimento raso e claudicante do pensamento político de Spinoza. O fruto do esforço do leitor pode ser colhido quando ele percebe que sua compreensão não

mergulharia tão fundo, não seria tão completa, sem perpassar alguns pontos da *Ética*.

Esse conjunto de proposições elimina, portanto, duas imagens teológicas tenazes que sustentam a metafísica do possível: a do intelecto criador e a da vontade criadora. Em seu lugar encontra-se a ideia da substância absolutamente infinita que age segundo a necessidade de sua natureza absoluta, isto é, de sua essência ou de seus atributos constitutivos.¹⁹

Um dos melhores exemplos da indissociabilidade entre a metafísica e a política de Spinoza que encontramos enfaticamente tratada nesta obra de Chaui parte da questão da singularidade. É a partir dela que Marilena Chaui tratará do conceito *multitudo*, que ela preferiu manter no latim. Com tal explanação, parte significativa do emaranhado conceitual metafísico que apoia a dinâmica das forças que encontramos na política spinozana surge de forma “espontânea”. Diz Spinoza na *Ética II*, definição 7:

Por coisas singulares entendo as coisas que são finitas e têm uma existência determinada. Que se vários indivíduos concorrem em uma mesma ação, de tal modo que todos em conjunto sejam causa de um mesmo efeito, eu os considero todos, a esse respeito, como uma só coisa singular.

Explica Chaui que a unidade causal é o que determina a individualidade. Agir no mesmo sentido, ter o mesmo propósito faz com que incontáveis modos finitos sejam um só sujeito. Cada modo finito dentro daquela singularidade passa a ser uma “parte constituinte” daquilo que, uma vez imbuído do mesmo fim, deixa de ser elemento extrínseco e passa a ser elemento intrínseco.

Com a busca comum pela conservação de si dentro de um movimento uníssono ela apresenta a noção de *conatus*. Tal conceito pode se remeter a um só modo finito como também a toda a infinidade de modos finitos, ou seja, a toda a Natureza extensa. Desta forma, a ideia de um indivíduo novo, formado por um conjunto de modos finitos aparece como sujeito político. Chaui introduz o

¹⁹ CHAUI (2003), p.103.

conceito de *multitudo*, afirmando que “um indivíduo é um sistema de integração e diferenciação interna de seus constituintes.” Aí está o cerne, a sapata, o elemento de fundação sobre o qual a dinâmica de aumento ou diminuição de potência da multidão se dará. Assim o leitor compreenderá porque, aos olhos de Spinoza, a democracia é o regime político mais virtuoso e a tirania o seu avesso. Chauí, ao mesmo tempo em que abrilhanta seu texto cotejando as semelhanças e diferenças entre o *conatus* em Spinoza e Hobbes, faz com que o processo de compreensão deste conceito tão importante se torne mais fácil para o seu leitor. As comparações entre estes dois contemporâneos surgirão ao longo do restante da obra, o que agrega mais conhecimento filosófico para aquele que estuda. O último capítulo do livro é justamente uma análise destes pensadores no que diz respeito ao direito natural e civil. Outros autores, como Grotius, Santo Agostinho (354 – 430), Descartes e Newton (1643 – 1727) também são mencionados no texto. Da mesma forma como em *Desejo, paixão, e ação na ética de Espinoza*, Marilena Chauí, neste livro, faz uso de todo o conjunto de obras de Spinoza. O *Tratado político* permeia todo o texto, sobretudo a segunda metade, tendo um capítulo dedicado exclusivamente a esta obra.

Depois de nos debruçarmos na inteireza de *Política em Espinosa*, depois de observarmos seu ritmo, sua forma de explanação, seus recursos comparativos e o aprofundamento e sofisticação – quando necessários – em diversos temas, bastou-nos voltar ao seu sumário para perceber que a sua estrutura obedece a uma sistematização lógica e, sobretudo, didática. Caso o seu leitor esteja imbuído neste tema, ele se locupletará intelectualmente em cada passagem. Não há nesta obra meandros argumentativos dispensáveis. Não há gordura soporífera ou conclusões abruptas. A boa medida aliada à excelência de sua autora faz desta obra um marco inarredável no estudo do pensamento político de Spinoza. Ainda assim, ela encontra-se afastada, inacessível ao cidadão que não tem a disponibilidade de frequentar as grandes bibliotecas do país.

Esta dissertação não tem o anseio de mencionar todas as obras publicadas por spinozistas brasileiros. Nesta trajetória que realizamos entre o final do século XIX e o momento atual, deixamos no esquecimento nomes que já estão lá. Devido à falta de pertinência de seus conteúdos, obras publicadas já na segunda metade do século XX já foram esquecidas pelo país e omitidas nós. Por outro lado,

encontrar apenas e tão somente em grandes bibliotecas a obra *Política em Espinosa* é uma realidade que nos permite afirmar que nosso país possui um processo de esquecimento precoce e, portanto, deformado. É compreensível que determinados trabalhos sejam apenas preservados pelas grandes bibliotecas. Entendemos que a *Finalidade do mundo*, de Farias Brito, tem um valor pertinente apenas à história. O mercado editorial e o próprio mundo acadêmico têm razão em não mais voltar seus interesses para tal trabalho naquilo que diz respeito ao valor filosófico. Compete às bibliotecas guardarem aquilo que já se tornou uma raridade, uma peça que muito eventualmente será consultada por algum pesquisador, como foi o nosso caso. Constatar que *Política em Espinosa* está em situação equivalente à *Finalidade do mundo*, no que diz respeito ao acesso de estudiosos e apaixonados, é constatar um problema que não é de segunda ordem naquilo que chamamos “recepção do pensamento de Spinoza”. Claro, da mesma forma que este mal se abate sobre um dos filósofos mais adulados pelo pequeno contingente de pessoas letradas do país, também – e com ainda mais intensidade – se abate sobre os outros filósofos e pensadores. Mais que isso, se abate, certamente, sobre toda a produção acadêmica.

Vamos aqui restringir nossas reflexões ao spinozismo brasileiro. Este conjunto de obras vigora no intervalo entre sua publicação e seu esquecimento. Em alguns casos, a brevidade entre um ponto e outro é compreensível, enquanto noutros casos nos é espantoso. Se a obliteração açodada parece ser uma ameaça real desde o surgimento de cada obra, há exceções e esta sina. *A nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa* é o caso mais emblemático deste sucesso de público e crítica. Diletantes, assim como aconteceu com a coleção *Os pensadores*, adornam seus gabinetes com os três volumes²⁰ desta obra monumental. Os acadêmicos do Brasil encontram em *A nervura do real* uma referência obrigatória caso seus estudos venham a se direcionar a Spinoza. Consultamos todas as teses e dissertações da PUC-Rio que têm Spinoza como seu assunto principal. Todos os trabalhos estudados têm em suas bibliografias *A nervura do real*. Ela foi publicada em 1999 e hoje está na sua 4ª reimpressão. É uma obra facilmente encontrada em qualquer boa livraria ou biblioteca. Seu primeiro volume, com suas 941 páginas de texto e letra miúda, não é uma empreitada trivial. O segundo

²⁰ Um dos volumes é composto apenas pelas notas, bibliografia e índices.

volume não fica longe disso, dobrando o empreendimento daquele que decidiu se engajar nesta obra.

O nome da rosa, o romance histórico mais famoso de Umberto Eco (1932 – 2016), talvez tente realizar, nas suas primeiras cinquenta e poucas páginas, uma espécie de reeducação do seu leitor. O escritor parece forçar o leitor a vivenciar o ritmo de vida de um homem da baixa Idade Média. A narrativa caminha com lentidão inabitual para a nossa vida contemporânea. Esse exercício já foi interpretado como uma espécie de processo seletivo, no qual apenas aqueles que se adaptam ao mundo medieval, seu ritmo, seu latim e outras peculiaridades, conquistam o direito de vislumbrar a obra na sua inteireza. *A nervura do real*, no seu momento inicial, ou seja, nas suas primeiras trezentas e poucas páginas, parece executar um exercício equivalente. Neste primeiro momento, incluindo já a introdução, seu leitor percebe que a empreitada de uma leitura tão extensa não encontra seu desafio maior no número de páginas ou no tamanho reduzido das suas letras. A leitura desta grandiosa obra requer uma entrega ainda maior do que o tempo que se requer para atravessá-la. *A nervura do real* não é uma obra propedêutica. Ela não possui uma elucidação imediata ou esquematizada de qualquer conceito da filosofia de Spinoza. Ela não se preocupa em fazer uma apresentação das obras de Spinoza dentro de um ordenamento cronológico ou em qualquer outro ordenamento. Não há um quadro rememorando os principais eventos da vida do filósofo estudado ou os principais fatos do século no qual ele viveu. Resumindo, *A nervura do real* não é uma obra para o diletante que porventura já não conheça muito bem a filosofia spinozana. Ela não é uma fonte secundária introdutória.

Caso o leitor já tenha em sua bagagem intelectual o pré-requisito de ser um conhecedor do pensamento do filósofo holandês, ele então lidará com uma característica bastante manifesta nesta leitura; sobretudo nestas primeiras páginas da obra de Marilena Chauí. *A nervura do real*, ao longo da primeira terça parte do seu primeiro volume, assemelha-se a um rio feito apenas de meandros. Uma curva se emenda na outra. A nova curva se confunde com uma angulação ainda maior que leva a outro meandro e assim sucessivamente. Assim que começamos a leitura deste livro percebemos que seu fluxo é despreocupado em orientar seu leitor numa determinada direção ou para algum objetivo específico. É um rio que

impõe ao seu navegante não ter pretensão sobre a sua foz. O ideal é não pensar no tempo necessário e muito menos, para que direção fica o mar.

Mais do que o pensamento de Spinoza, neste primeiro momento, o que nos é apresentado é um vastíssimo conjunto de suas conexões. Elas se espraiam diacrônica e sincronicamente e se conectam com outras questões em outros autores contemporâneos de Spinoza e de outros períodos da filosofia. A repercussão do pensamento do filósofo holandês foi o ponto de partida escolhido; como e quem toma partido, quem defende o idealismo transcendental, quem é contra. É exposto como as designações próprias do século XVII, como panteísmo, deísmo, fatalismo, ateísmo, etc. passaram a ser operadas como se fossem atemporais. Como o romantismo encontra, na obra spinozana uma harmonia panteísta. Enfim, as irradiações são postas no proscênio textual. A filosofia spinozana, neste primeiro momento, não é a protagonista, mas elemento a partir do qual uma monumental erudição pincelará minuciosamente tudo que se conecta a ela, fazendo seu leitor acreditar que a pretensão de *A nervura do real* é esmiuçar cada ponto e cada uma de suas possíveis conexões até o esgotamento de cada tema.

Como são as conexões e repercussões que parecem ditar os meandros textuais, não surpreende que a primeira obra sobre a qual Marilena desenvolve sua argumentação não seja uma obra como a *Ética* ou o *Tratado teológico-político*, obras que são, respectivamente, as obras fundamentais na compreensão da metafísica e da filosofia política do nosso filósofo. Estas seriam acessos evidentes, diríamos que quase “naturais”, para qualquer estudo primeiro. Não é este o caso aqui. Ao contrário disso, a primeira menção é feita a um conjunto de oito cartas trocadas entre Willem van Blijenbergh (? – 1696) e Spinoza. Trata-se das cartas de número 18 a 26, uma correspondência que se inicia em 12 de dezembro de 1664 por Blijenbergh devido à sua leitura de *Princípios da filosofia cartesiana*. Ele era um teólogo calvinista que não conhecia Spinoza.

Já li atentamente e por várias vezes vosso trabalho recentemente publicado com seu apêndice. Dizer da extrema solidez que ali encontrei e do prazer que obtive talvez fosse a um outro, e não a vós, conveniente fazê-lo. Ao menos não posso deixar em silêncio o fato de que, quanto mais minha atenção se

volta para esse livro, mais ele me agrada e não deixo de descobrir alguma coisa ainda não observada.²¹

A questão que motiva Blijenbergh, “a indiferença divina pelas ações humanas”, inicia a jornada de sucessivas e encadeadas questões filosóficas que permeará esta obra. O fio condutor poderia ter começado em outro ponto e, da mesma forma, poderia passar por infinitos problemas e suas conexões. Mas foi a indiferença divina o ponto de partida escolhido. Deste ponto inicial, o leitor encontra o problema da essência, de sua necessária positividade e das perfeições. Disto, segue a explanação para os graus de perfeição e realidade; depois Adão, a linguagem antropomórfica bíblica, o avanço da razão sobre o sagrado em Spinoza, a criação e a conservação divina, o que é beatitude, o epicurismo oculto nas obras de Spinoza, a fusão no *Tratado teológico-político* da imanência estoica com a imanência neoplatônica, a negação do fatalismo na carta 43, milagres como resultado da ignorância e superstição, a necessidade das coisas, o valor das Escrituras, a justiça divina, a relação da providência divina com a liberdade, as críticas de Spinoza aos seus contemporâneos, etc. A sequência de temas perdura numa argumentação que deixa transparecer um conhecimento avassalador dos problemas que se conectam com cada ponto. Para o estudioso, a riqueza da obra é um material de pesquisa valiosíssimo. Por outro lado, a ausência de um índice que anuncie cada ponto obriga este pesquisador a ler toda a obra e fichar cada ponto num trabalho hercúleo e bastante demorado. O esforço e o tempo dispensados indubitavelmente produzirão frutos que poderão ser usados em futuras pesquisas e em temas distintos da filosofia spinozana. *A nervura do real* irradia suas argumentações para incontáveis direções da filosofia envolvendo dezenas de pensadores, muitos até desconhecidos de boa parte dos acadêmicos da filosofia.

Nasce a tradição é o título de um subcapítulo localizado no segundo capítulo ainda da primeira parte deste primeiro volume. Preferimos nos deter aqui por duas razões: primeiro por encontrarmos nesta parte da obra uma descrição preciosa da primeira recepção de Spinoza. Aquilo que aqui estamos estudando em âmbito nacional, Marilena Chaui descreve no seu primeiro momento, ainda no século XVII. Para isso Chaui analisa o verbete *Spinoza* encontrado no *Dicionário*

²¹ SPINOZA (2014C), p.101.

histórico e crítico de Pierre Bayle (1647 – 1706), uma obra de 1697. Ali se encontram tanto informações sobre a vida de Spinoza quanto tudo que até então fora escrito sobre o pensador. É, já em Bayle, que Spinoza aparece como um perigo devido ao seu ateísmo. Marilena chega a comentar o método de Bayle, o criador da “acribia” histórica, como afirma Cassirer²². Ela argumenta que a escrita de Bayle se constrói tal qual um julgamento. Testemunhas, credibilidade, depoimentos e veracidade são algumas das expressões presentes neste trecho. A sentença indica que o “cartesianismo mal compreendido” por parte de Spinoza resultou no seu ateísmo. Bayle não se convence com a filosofia de Spinoza. “É preciso atingir a doutrina em seu centro nervoso, e por isso o núcleo da crítica de Bayle é a unicidade substancial e sua consequência, a identidade entre Deus e Natureza.” No ápice da crítica de Bayle à filosofia spinozana Marilena opta por transcrever as palavras do próprio crítico: “infames e furiosas extravagâncias”.

A segunda razão pela qual nos detemos aqui é que, em meio à narrativa da recepção realizada por Bayle, encontramos uma descrição completa e bastante econômica daquilo que é o pensamento de Spinoza. Como se Marilena Chaui entregasse àquele que estuda sua obra um *briefing* do cerne do pensamento de Spinoza. Ao fornecer tal síntese, ela parece dar resposta ao pesquisador que, depois de atravessar quase trezentas páginas ainda procurava por um centro, por um núcleo do qual irradiam não apenas uma direção, mas todos os problemas oriundos dali. Ao mesmo tempo, a autora se liberta de qualquer cobrança sobre uma explanação desta ordem. A passagem é transcrita aqui na sua inteireza.

A doutrina de Espinosa resume-se a poucas teses: há, na Natureza, uma única substância, dotada de infinitos atributos, entre os quais a extensão e o pensamento; todos os corpos existentes na Natureza são modificações dessa única substância, enquanto extensa, e todas as almas dos homens são modificações dessa mesma substância, enquanto pensante; essa única substância é Deus, o ser necessário e infinito, que produz em si mesmo e por uma ação imanente tudo o que existe, isto é, as criaturas são Suas modificações²³.

²² CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. 3ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997. p.278.

²³ CHAUI (1999), p.284.

Toda a explanação sobre a discordância de Bayle em relação ao pensamento de Spinoza continua depois deste ponto. Marilena passa então a dar atenção ao ateísmo. O leitor é esclarecido de que a discordância de Bayle em relação ao pensamento de Spinoza não tem como motivação o ateísmo. Ao contrário disso, o texto elucida que Bayle, assim como Plutarco (46 – 120) não entendiam o ateísmo como sendo “pernicioso”. A explanação a respeito da compreensão de Bayle sobre o “ateu virtuoso” abre espaço para a discussão do ateísmo no século XVII de uma forma geral. Hobbes, Bacon, Descartes e Leibniz são os principais pensadores que a autora se utiliza para explicar sobre o cenário de tal problema naquele momento. Algumas páginas depois o leque se abre ainda mais e o leitor é levado para um estudo sobre o ateísmo que permeia autores como Lactâncio (240 – 320), Demócrito (460 – 370 a.C.), Santo Agostinho (354 – 430), Lucrécio (99 – 55 a.C.), os estoicos, etc.. É um texto edificante, de enorme riqueza e profundidade. Outro exemplo é a questão da verdade. Marilena Chaui realiza (isso já na segunda metade deste volume) uma abordagem histórica sobre a problemática da verdade que parte do período clássico até o século XVII. *A nervura do real* não se destina ao pesquisador de Spinoza que, com tempo contado, busca elucidar alguma questão específica. Na realidade, esta obra é uma fonte pertinente para todos os que desejam obter uma erudição filosófica. Se formos tentar fechar um pouco este leque, diríamos que é fonte para todos os pesquisadores de filosofia moderna que gozam da oportunidade de realizar um estudo bastante extenso.

Voltamos, nestas últimas linhas, à pergunta – que não sai de nosso horizonte – sobre a quem interessa tal obra. Feita de outra forma: para quem esta obra é escrita? No caso, a resposta que demos nas linhas anteriores, nos conduz a indagação sobre o sucesso editorial conquistado por *A nervura do real*. Se tivermos em vista apenas e tão somente o mundo acadêmico, uma vez que compreendemos que esta obra se destina apenas a tal público, vemos que o fôlego editorial deste trabalho discrepa significativamente das demais obras da própria Marilena Chaui voltadas para a filosofia de Spinoza. Diríamos aí, obras que se mostram mais acessíveis e convidativas para o público maior. Se ampliarmos o horizonte e considerarmos outros estudiosos de Spinoza – brasileiros ou não – a estranheza aumenta ainda mais, pois quase a totalidade destas publicações já faz

parte do “fundo de catálogo” das editoras, quando não, já estão esgotadas. Dentre estas, há aquelas que não são encontradas nem em meio eletrônico e nem nos *sites* que congregam os sebos do país. Bem verdade que os pesquisadores fazem uso das grandes bibliotecas, assim superando (parte das vezes) estes obstáculos. Mas se assim o é, a nossa indagação sobre o fôlego de *A nervura do real* continua órfã de uma resposta. Podemos afirmar que a recepção do pensamento de Spinoza é uma história de publicações de curto prazo, com exceção desta obra específica de Marilena Chauí.

Um melhor entendimento sobre esta discrepância só pode ser alcançado caso levemos em conta o conjunto da massa letrada brasileira. Nela, o público mais amplo responde com mais intensidade àquilo que lhe é notório. O renome é um fator que implica diretamente no resultado, a resposta a esta ou àquela publicação, transformando uma determinada obra num sucesso editorial. A resposta está parcialmente encontrada, uma vez que Marilena Chauí, devido a questões que vão além do campo filosófico, goza de notoriedade em todo o país. Dissemos “parcialmente” porque esta mesma autora – mesmo tratando de Spinoza e de forma ainda mais didática e objetiva – teve, como já mencionamos, no caso de *Política em Espinosa*, um esquecimento ululante. Para agravar tal estranheza, basta compararmos o tema tratado pela *Nervura do real* e pela *Política em Espinosa*. O primeiro quer, nas suas quase mil páginas de cada volume, se debruçar sobre a imanência, que é um problema pertencente ao campo da ontologia, dentre as áreas da filosofia, a mais inóspita para o grande público. Enquanto isso, o outro livro, já no seu título, deixa evidente que tratará do tema mais sedutor, mais afim e mais acessível aos interessados de uma forma geral.

Aquelas para quem, aliás, é árido e aborrecido tudo o que subtil e reflexivo nas questões teóricas depressa entram [na conversa] quando se trata de estabelecer o conteúdo moral de uma boa ou má ação narrada.²⁴

É intrigante que seja este e não o outro a ser esquecido logo depois do seu nascimento. Aquilo que parece óbvio é claramente negado tanto pelas segundas reimpressões da *Nervura do real* quanto pelo esquecimento acachapante da

²⁴ KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, p. 212 (A273).

Política em Espinosa. De quê suspeitamos? A única hipótese que nos parece restar é a eficiência do marketing envolvendo a *Nervura do real*. Muito além de uma obra filosófica, o calhamaço em elegante capa cinza com detalhes em laranja e amarelo tornou-se objeto de desejo dos diletantes da filosofia. Se assim o é, temos aqui um objeto de fetiche que tem como principal função adornar os gabinetes abastados.

Meu último refúgio, então, é lembrar-lhe que sabe usar de diversas maneiras um livro não lido. Este livro pode, como muitos outros, preencher uma lacuna em sua biblioteca, na qual, juntinho a outros, com certeza aparecerá muito bonito. Ou ainda, poderá colocá-lo na cômoda ou mesa de chá de sua amada.²⁵

Soa estapafúrdia a afirmação de que a obra nacional de maior notoriedade sobre Spinoza se mantenha viva no mercado apenas por capricho. Indubitavelmente a qualidade deste monumental trabalho é elevadíssima. Mas, a qualidade de *Política em Espinosa* não é? E com uma afinidade e uma acessibilidade significativamente maiores? Preferimos então afirmar que estamos diante de uma incongruência sobre a qual não temos uma boa resposta.

Entre as pesquisas acadêmicas, como já mencionamos, a *Nervura do real* é presença obrigatória nas bibliografias, mesmo sendo um material cuja lida não é simples e muito menos rápida. Indagamos se esta presença uníssonas seria resultado da notoriedade e do sucesso de tal obra entre os diletantes. Ainda que seja um “sucesso de estante” – e se assim o é jamais saberemos –, este sucesso parece influenciar os acadêmicos a fazerem uso desta obra, mesmo que seus temas não se voltem diretamente para a imanência ou para a metafísica de Spinoza. Cogitamos, portanto, se a inserção da *Nervura do real* nas referências bibliográficas não é, em alguns casos, apenas uma peça que provê legitimidade ou, melhor dizendo, credibilidade às dissertações e teses. Em última instância e na pior das hipóteses, teríamos uma obra que, fazendo sucesso como adorno acaba pressionando o acadêmico que, mesmo não fazendo uso efetivo, faz uso como um selo de qualidade.

²⁵ SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. 1º Tomo. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p.24

Fato é que Marilena Chaui, ao longo de sua riquíssima jornada acadêmica, tornou-se uma referência no Brasil para a maioria daqueles que querem publicar algum estudo sobre Spinoza. Se, por exemplo, o professor Marcos André Gleizer, faz uso tanto em *Espinosa & a afetividade humana* (2005) quanto em *Verdade e certeza em Espinosa* (1999) apenas de um ou dois artigos de Marilena Chaui, a influência da grande aluna de Lívio Teixeira parece incontestável nas obras dos estudiosos provenientes do Direito; tema de nosso último capítulo.

Gleizer para dois públicos.

O professor Marcos André Gleizer publicou em 1999, com algumas alterações, a sua tese de Doutorado em Filosofia Moderna. Sua defesa havia sido realizada sete anos antes, na Universidade de Paris IV - Sorbonne, sob a orientação do prof. Jean-Marie Beyssade. *Verdade e certeza em Espinosa* foi lançado pela editora L&PM. No momento de nossa pesquisa, este livro não só se encontra esgotado, como também não encontramos qualquer exemplar disponível no *site* que melhor congrega os sebos do país. A pesquisa foi viabilizada devido a um arquivo eletrônico disponível virtualmente. Alguém que teve acesso a um exemplar da Universidade Federal de Uberlândia fez, daquele exemplar, uma cópia digital.

Na pesquisa filosófica, a maior ousadia não pode ser medida pelo número de páginas. *Verdade e certeza em Espinosa*, com menos de 300 páginas, é uma investigação profunda e meticulosa da epistemologia do filósofo holandês. Mais do que isso – e é justamente aí que está o ponto –, este trabalho de Gleizer tem por objetivo afirmar que o sistema filosófico de Spinoza não representa um dogmatismo. Estamos nos referindo àquilo que Kant chama de dogmatismo ainda no prefácio da *Crítica da Razão Pura* (B XXXV): “a pretensão de progredir apenas com um conhecimento puro a partir de conceitos, de acordo com princípios, tal como a razão está há muito habituada.” Não é nossa incumbência afirmar se Gleizer atinge ou não seu objetivo. Isso, cada leitor seu encontrará suas conclusões. Nossa pretensão, muito mais modesta, é apenas pincelar brevemente o percurso que o professor brasileiro preferiu seguir.

A epistemologia de Spinoza pode ser compreendida através de dois pontos em sua teoria. O primeiro deles reside sobre a afirmação de que “a verdade é norma de si própria e do falso”¹. Esta proposição, encontrada na *Ética*, tem como ponto de partida a afirmação de que “quem tem uma ideia verdadeira sabe, ao mesmo tempo, que tem uma ideia verdadeira, e não pode duvidar da verdade da coisa.” O segundo ponto de apoio é a compreensão de que o método filosófico, diferentemente de ser um caminho para se atingir a verdade, já a possui. A soma

¹ *Ética* II, proposição 43.

destes dois pontos parece colocar a epistemologia de Spinoza em conformidade plena com aquilo que Kant chamou de dogmatismo.

O esforço de Gleizer concentra-se em mostrar que se Spinoza não era um realista, ele também não era um adepto do idealismo. Há, conforme Gleizer argumenta, uma saída que coloca Spinoza numa posição distinta destas duas vertentes. O cerne da argumentação de nosso professor se assenta no entendimento de que a ideia, em Spinoza, possui um aspecto duplo. Um é o aspecto lógico-expressivo e o outro, o aspecto representativo.

O aspecto lógico-expressivo relaciona a ideia com um sistema de outras ideias. Trata-se de uma adequação daquela ideia com todo o conjunto de ideias com as quais ela pode se conectar. Esta adequação forma uma teia coerentista, onde cada ideia é índice intercambiável com aquelas, não apenas que se avizinham, mas com as que se avizinham a estas e assim sucessivamente, formando um emaranhado, um sistema interconectado de recíproca sustentação. A ideia é adequada no momento em que há uma equação entre aquilo que ela afirma e aquilo que se concebe neste sistema. Gleizer entende que esta é uma relação intrínseca à cadeia causal da ideia verdadeira. O conceito que formamos do sujeito será adequado quando houver a inclusão de seu predicado. Uma vez que a ideia atende ao aspecto lógico-expressivo, ela atendeu ao requisito preponderante para ganhar o selo de ideia verdadeira. Preponderante sim, mas não suficiente. Concorde Gleizer que Spinoza não é um idealista, que há o objeto ideado (modo finito) e que a ideia deve guardar uma conformidade com este.

O segundo aspecto da ideia, chamado de representativo, relaciona a ideia com o seu objeto ideado. Neste caso, a relação é extrínseca à cadeia causal da ideia. Aqui, não se trata de uma adequação, mas sim de uma conformidade entre a ideia e seu ideado. Esta concordância entre a ideia e o seu ideado não é dispensável, embora suceda, em relevância, o aspecto lógico-expressivo da ideia.

Depois de explanar sobre estes dois aspectos da ideia, Gleizer se debruça sobre o ponto de ligação entre eles, ou seja, como o aspecto lógico-expressivo, de adequação, intrínseco, que poderíamos chamar de coerentista, se conecta com o aspecto representativo, extrínseco à cadeia causal de ideias. Apoiado no segundo livro da *Ética* de Spinoza, Gleizer menciona a doutrina do paralelismo, que afirma

a isonomia entre os diferentes atributos. Os atributos, embora autônomos, guardam os mesmos princípios, fazendo – como afirma Spinoza – com que a ordem das ideias e das coisas seja a mesma. Haveria então uma “identidade causal entre as séries de modos dos diversos atributos.”

Na sua explanação sobre a compreensão de verdade em Spinoza, poucas são as vezes que menciona Gilles Deleuze. Martial Gueroult (1891 – 1976), Alexandre Matheron (1926 – 2020) e Willis Doney são estudiosos mais presentes nas referências do professor Marcos Gleizer. Marilena Chaui também não é uma influência marcante em seu trabalho. Ao iniciarmos nossos esforços, imaginávamos que teríamos, como sendo a marca mais evidente do spinozismo brasileiro, a influência de Gilles Deleuze e Marilena Chauí após, obviamente, o lançamento de seus trabalhos mais notórios. Aos poucos esta expectativa não se revelou verossímil.

Há de se ter extrema destreza ao dirigir um texto a um público tão restrito e de um nível tão sofisticado na sua capacidade de compreensão filosófica. *Verdade e certeza em Espinoza* é uma obra necessária, uma vez que se debruça sobre um problema grave que acometeu, no mínimo, a epistemologia pré-crítica. Não nos sentimos confortáveis em afirmar que Kant representa uma factual solução, mas sim um importante ponto de inflexão no problema epistemológico. Sem buscar apoio num princípio metafísico, como seria o caso, por exemplo, de um Deus garantidor, Kant também se vê “obrigado a se afastar” do mundo, diferindo entre aquilo que é fenomênico e aquilo que é a “coisa em si”. Se isto é uma solução ou não, a filosofia parece ainda se digladiar. Esta obra de Gleizer é pertinente justamente por engalfinhar-se neste teatro de infundáveis disputas. Desdizer, ou pelo menos tentar desdizer, o entendimento que hoje é *status quo* no campo acadêmico é uma ousadia que muito engrandece a recepção do pensamento do filósofo holandês em nosso país. Nós cometemos esta ousadia.

Obviamente, o público ao qual *Verdade e certeza em Espinosa* se destina é um público bastante restrito. É inimaginável termos um curioso ou um diletante se regozijando com uma leitura tão hermética. Apenas na filosofia, e dentro desta, somente entre aqueles que voltam seus interesses para a filosofia moderna, encontraremos o público afim deste trabalho de Marcos Gleizer. Longe de ser um

demérito, obras com este grau de especificidade são imprescindíveis para a elaboração e reelaboração do campo filosófico.

Também encontramos em Gleizer a obra mais convidativa e mais acessível ao grande público. É dele *Espinoza & a afetividade humana*, um pequeno livro editado pela Zahar em 2005 e ainda em circulação nas livrarias. Tal obra, bastante curta, tem por objetivo atingir aquele público que deseja uma introdução ao pensamento de Spinoza. Gleizer opta por um tema tão convidativo quanto seria a política, qual seja, as paixões.

Chamariz, a questão da afetividade humana é o tema que de fato ocupa pouco mais da metade de todo este pequeno livro de 66 páginas. Gleizer, antes de alcançar este assunto e destrinchá-lo, faz seu leitor conhecer a filosofia de Spinoza com leveza. Ele começa com a união da alma com a totalidade da natureza, fala da imanência de Deus, da ausência do livre-arbítrio no pensamento de Spinoza e o equívoco de nos imaginarmos como um império dentro de outro império, ou seja, ele trata da ruptura de Spinoza com a ideia deste sujeito “senhor absoluto de suas determinações”. Ele explana sobre a *Ética* e sua estrutura, sobre seu sistema de inteligibilidade integral que se opõe ao método analítico adotado por Descartes. Temas que surgiram lá no *Verdade e certeza em Espinoza* voltam aqui, como é o caso do paralelismo. Todos os grandes temas da filosofia de Spinoza são colocados de forma sucinta e muito clara. Por exemplo, imediatamente antes de adentrar nos temas pertinentes às paixões, os três gêneros de conhecimento são explicados sem nenhuma gordura.

Se em *Verdade e certeza em Espinoza*, o professor Gleizer teve a ousadia de afirmar algo que colide com o entendimento vigente no campo acadêmico, aqui em *Espinoza & a afetividade humana*, não há surpresas. Seu compromisso é claramente de construir a melhor propedêutica possível. Se há alguma ousadia, ela fica por conta da didática, uma vez que o público para o qual se destina é o curioso apaixonado e compreender o pensamento de Spinoza não é coisa banal.

Deleuze e Chauí constam nas referências bibliográficas do professor Marcos André Gleizer, mas novamente não surgem no texto de forma destacada, muito pelo contrário. Podemos dizer que dentre os trabalhos feitos pelos

brasileiros profissionais da filosofia, estes dois nomes – Deleuze e Chaui – não se tornaram referência obrigatória.

Para encerrarmos este capítulo, gostaríamos de ressaltar a relevância secundária de termos ou não, tanto no caso de Gleizer quanto de Chaui, suas obras fisicamente disponíveis. Ambos estão, neste momento, em pleno exercício de suas atividades acadêmicas. Eles lecionam e publicam, influenciando, ano após ano, dezenas de graduandos e pesquisadores em todo o nosso país. Não sabemos se, para as gerações futuras, quando a presente realidade mudar, seus livros, transformados em arquivos eletrônicos, perpetuarão a significativa influência que hoje ambos desfrutam. Acreditamos que sim, sobretudo devido à excelsa qualidade de seus trabalhos.

De volta aos bacharéis

Começamos o percurso histórico deste trabalho com o bacharel cearense Farias Brito, que na aurora do século XX escrevia num Brasil cuja intelectualidade – dentro e fora dos muros da academia – é adjetivada por alguns estudiosos como raquítica. Ele contava – se tanto – com interlocutores rarefeitos, poucos recursos e míngua de leitores. Farias Brito foi uma grande ousadia num Brasil que – parafraseando Tom Jobim – ainda teria que fazer por merecê-lo. Os bacharéis brasileiros destas primeiras duas décadas de século XXI, naquilo que diz respeito à filosofia de Spinoza, não são tributários de Farias Brito. Os três exemplos sobre os quais nos debruçaremos brevemente neste derradeiro capítulo são tributários sim de uma robustez já consolidada do campo acadêmico brasileiro. Obviamente, não afirmamos que não há mais o que se aprimorar neste campo. Entretanto, olhando para o que dispúnhamos há um século, podemos nos felicitar com diversas conquistas.

Trataremos – neste ponto de nosso trabalho – das obras de Francisco de Guimaraens, Ana Luiza Saramago Stern e João Abreu que se dedicam ao filósofo em pauta. Além destes três intelectuais serem oriundos do campo do Direito, suas publicações têm a mesma proveniência. Os três livros que mencionaremos aqui são adaptações – ou deveríamos dizer, frutos – de suas respectivas teses de doutorado em Direito na PUC-Rio. Não saberíamos dizer se passamos a ter este encaminhamento como regra. Vimos que tanto Marilena Chaui como Marcos André Gleizer também publicaram aquilo que originalmente surgira como um trabalho de uma pós-graduação *stricto sensu*. Regra ou não, parece muito clara a crucial importância do mundo acadêmico para a construção das pesquisas mais sofisticadas. Nestes casos, os programas de pós-graduação deixam evidente que sem eles, não há volume, não há robustez e muito menos qualidade na produção do pensamento. Muitos brasileiros – despercebidos da compreensão da importância da pesquisa no Brasil – questionam os recursos dispensados a tais programas, como se pesquisadores e suas produções fossem coisa alguma. Sem o campo acadêmico, sem programas de pós-graduação que sejam consistentes, outros pensarão por nós. Jamais sairemos da posição, no que diz respeito ao

pensamento e a intelectualidade, daquilo que Ivan Domingues chama de franja do mundo.

O fato das três obras que trataremos neste capítulo terem uma mesma origem, serem contemporâneas e abordarem o mesmo segmento do pensamento de Spinoza nos estimulou a não encerrar este trabalho simplesmente falando da vastidão, da ampliação significativa que a recepção de Spinoza teve no atual momento. Cobiçamos apenas e tão somente não lançar adjetivos genéricos sobre a vasteza de revistas, publicações e grupos de estudos voltados para Spinoza no Brasil. Tivemos que, deliberadamente, pinçar um trabalho. Como há semelhanças tanto no tema como nas suas origens, decidimos tratar os três num só capítulo. São eles mais relevantes do que outras produções no presente momento? Não diríamos isso. Como já frisamos nas primeiras páginas deste trabalho, nosso objetivo é examinar apenas alguns aspectos privilegiados da recepção da obra de Spinoza no Brasil. Não é sem frustração que outras obras e registros não compuseram esta nossa trajetória. Apenas a título de exemplo, antes de adentrarmos nos meandros do professor Guimaraens e seus colegas, poderíamos lembrar que os frutos do uspiano Lívio Teixeira não se encerraram na sua magnânima aluna. Em 1995 a USP criou a revista *Cadernos Espinozanos*. Hoje ela é um periódico digital lançada semestralmente. Ela teve início com o propósito de registrar as atividades dos estudiosos de Spinoza naquela universidade. Quem faz parte do seu conselho científico é o professor Homero Silveira Santiago, que no seu doutorado teve como orientadora a professora Marilena Chaui. Homero Santiago também é colaborador em outro periódico, produzido pela Universidade Estadual do Ceará, a *Revista Conatus*. Este periódico tem o seu primeiro volume datado de 2007 e, assim como *Cadernos Espinozanos*, é também digital e semestral. São frutos que já deram outros frutos. Apenas mais um exemplo antes de voltarmos aos bacharéis, gostaríamos de mencionar o nome do professor Cláudio Ulpiano Santos, falecido em 1999 e que lecionou na UFRJ. O foco de suas atenções pode ter sido mais Deleuze do que Spinoza, mas com o seu nome também podemos mencionar a publicação póstuma do professor Francisco Carlos da Fonseca Elia, que se afirmava tributário direto de Ulpiano. Além disso, com Ulpiano podemos citar uma nova forma de recepção, de divulgação do pensamento de Spinoza que até aqui não havíamos nem mencionado, qual seja, a

palestra gravada. Ulpiano, na década de 80 do século passado, gravou uma série de palestras. Hoje, no site *YouTube* podemos acompanhar uma palestra de quase duas horas intitulada “Pensamento e liderança em Spinoza”. Assim como estes exemplos que acabamos de mencionar, outros poderiam ser incluídos no nosso sexto. Ganharia meu leitor por um lado e perderia por outro. Vamos então esmiuçar com um pouco mais de cuidado os três trabalhos que justificam o título deste capítulo.

O trabalho do professor Guimaraens antecede os dos outros dois autores. *Direito, ética e política em Spinoza: uma cartografia da imanência* foi publicado pela Lumen Juris em 2011. No momento de nossa pesquisa, a publicação de Guimaraens encontra-se esgotada na sua editora. Encontramos apenas três exemplares no *site* que congrega os sebos do país. Nesta situação, estes exemplares passam a ser obras raras, tendo seus preços por demais inflacionados. Esta realidade foi a mesma com a qual nos deparamos no caso da obra de Nise da Silveira. O trabalho da professora Stern, *A imaginação no poder: obediência política e servidão em Espinosa*, foi publicado em 2016 e ainda se encontra acessível no mercado editorial. *O problema da propriedade privada em Espinosa*, trabalho do professor Abreu, publicado ano passado (2019), foi encontrado por nós ainda na vitrine de uma livraria. Oito anos, um intervalo de tempo muito curto, separam as luzes da vitrine dos obstáculos do esquecimento editorial.

O trabalho de Guimaraens tem influência de Antônio Negri, Marilena Chaui, Gilles Deleuze, entre outros. Nenhuma destas influências, no texto de Guimaraens, causa ruídos no trato com a filosofia de Spinoza. O leitor chega ao final da obra quase sem perceber os apoios utilizados por Guimaraens. A estrutura de seu trabalho nos faz lembrar a estrutura adotada por *Política em Espinosa*, de Marilena Chaui. Para o público que desconhece o pensamento de Spinoza é necessário, antes de enveredar por qualquer argumentação dentro de sua filosofia política, uma apresentação dos principais conceitos da metafísica de Spinoza. É isto que fazem, tanto Guimaraens, quanto Chaui. Este cuidado é bastante intuitivo para os que lidam com filosofia política. Ele também é uma solução didática. Fracassaria a obra que, buscando se dirigir ao público ainda insipiente num determinado autor, adentrasse pela filosofia política deste, sem preparar o terreno com as bases da metafísica do respectivo pensador.

O leitor ao qual se dirige Guimaraens parece ser o mesmo do livro *Política em Spinoza*, de Chaui. Parece, porque as primeiras partes destes dois trabalhos são propedêuticas do pensamento de Spinoza. No caso de Guimaraens, nos referimos ao capítulo intitulado “Fundações”. No nosso entendimento, ele pode ser tomado como uma porta de entrada para o pensamento de Spinoza, embora não seja tão ameno quanto tal proposta fragorosamente deveria ser. Encontramos ali a apresentação de importantes conceitos metafísicos do filósofo holandês, como é o caso, por exemplo: substância, atributo, imanência, *conatus*, etc.. Há, entretanto, uma diferença relevante. No caso de Chaui, de fato o texto apetece ao diletante ainda desapercibido de grandes intimidades com o linguajar filosófico ou, mais especificamente, com o pensamento de Spinoza. No caso de Guimaraens, a exigência nos parece ser maior. Seu texto é mais denso e mais extenso. O professor exige de seu leitor uma musculatura intelectual mais avantajada, além de um fôlego maior. Se seu texto consegue ter abertura suficiente para ser – ainda que num primeiro momento – uma introdução ao pensamento de Spinoza e, ao mesmo tempo, ter uma densidade atípica para este público, nos parece então que Guimaraens se dirige não ao diletante, mas sim aos seus pares do Direito. Podemos deduzir que seu anseio é abrir espaço para o pensamento de Spinoza no mundo do Direito. Esta percepção é reforçada pelo prefácio escrito pelo professor Adriano Pilatti, que afirma a necessidade de tal obra “muito especialmente” aos que atuam no Direito. Poderíamos conjecturar se ao tratarmos da recepção de Spinoza, não deveríamos nos ater a áreas específicas. Teríamos então, uma recepção no Direito, na Psicologia, na Sociologia, etc. Poderíamos especular que as publicações seriam suficientemente volumosas para tal reflexão quando e se a massa crítica brasileira adquirir uma robustez suficiente para isso. Até o momento, tal realidade não acontece no que diz respeito à publicações de livros.

Equivoca-se flagrantemente aquele que imagina que, por ser proveniente de um campo diferente da filosofia, Guimaraens demonstraria uma intimidade, no âmbito da filosofia, circunscrita ao pensamento de Spinoza. São diversas as passagens em que vemos a comparação, melhor dizendo, a articulação entre Spinoza e outros filósofos. Descartes (não é sem razão) é o mais requisitado. Apenas a título de exemplo, vemos uma articulação dessas, apoiada na obra de Deleuze, entre Spinoza e Hegel.

Na medida em que a essência da substância envolve a sua existência, não pode haver outra substância e, por consequência, não subsiste negatividade ontológica substancial. O negativo é uma ideia que deriva da existência, jamais da essência. Spinoza é o “anti-Hegel”.¹

Dentro da obra de Spinoza essa intimidade é ululante. Guimaraens faz uso franco de toda sua obra, começando pelas cartas. A articulação de seus argumentos passeia com uma destreza que não deixa a desejar em nada. Fazer um paralelo com aquilo que encontramos proveniente dos bacharéis do início do século XX seria descabido.

Guimaraens, nesta publicação, parece ter, nos três primeiros capítulos de seu trabalho, dois objetivos concomitantes, quais sejam, afirmar que o pensamento de Spinoza não é um exemplo de jusnaturalismo e, ao mesmo tempo, que ele não é um contratualista. São assuntos atraentes para o grande público sim, mas sobretudo para a comunidade do campo do Direito. Guimaraens explana sobre o que vem a ser o jusnaturalismo, suas antigas vertentes – uma proveniente da Antiguidade e outra do pensamento cristão – para então tratar das características do jusnaturalismo na modernidade. Se tal corrente estabelece as virtudes morais numa posição anterior às instituições políticas, ela se torna ao mesmo tempo moralista e transcendente. Para Spinoza, não poderia haver um fundamento moral legitimador da ordem jurídica. Há sim, um esforço para preservar a própria existência. Esforço por parte tanto do Estado, quanto de cada pessoa. Este esforço, de transcendente não tem nada, e Guimaraes não precisa de muitos esforços argumentativos para explicar sobre sua posição.

Afirmar que Spinoza não é um contratualista consumiu uma argumentação maior e mais rebuscada. Porventura, já precedida pelas legendas propedêuticas do primeiro capítulo. Se comparada com a empreitada de Marcos André Gleizer em *Verdade e certeza em Espinosa*, Guimaraens não “comprou uma briga” tão hercúlea. Entretanto, alguns trechos da obra de Spinoza parecem conflitar com esta ideia. Eles são o motivo dos esforços de Guimaraens. Vemos Spinoza falar

¹ GUIMARAENS (2011). p.37

em “contrato” e “pacto” algumas vezes ao longo do *Tratado teológico-político*, como é o caso do capítulo XVI, 19. Lá podemos ler o seguinte:

É preciso concordar em absoluto que o direito divino parte do tempo em que os homens prometeram por um pacto expresso obedecer a Deus em todas as coisas. Por esse pacto, é como se renunciassem à sua liberdade natural e transferissem seu direito a Deus, como vimos que acontece no estado de sociedade.

Guimaraens argumenta que, para Spinoza, a potência coletiva e o direito civil são constituídos através de uma coletividade formada por uma imitação afetiva. O direito é fundado por um processo perene, que se perpetua naquela sociedade, lembrando o conceito de *arkhé*, tal processo é fundador – por conseguinte anterior –, além de governar e se manter imanente naquela coletividade. Assim sendo, o estado civil tem sua origem numa multiplicidade que, por mais que delegue partes dos seus poderes (*conatus*) ao governo, jamais delegará a totalidade destes poderes. A compreensão contratualista da formação de um estado não estaria simplesmente em fazer uso desta expressão no âmbito político sem que exista um subsídio, uma base metafísica que ampare esta (como qualquer outra) compreensão.

Na compreensão contratualista, uma coletividade, pontualmente, num ato realizado por condução da razão, transfere uma parcela de seus poderes e de seus direitos a um governante. A partir deste momento, aquele governante passa a ser o responsável pela segurança daquele conjunto de pessoas. O ato se estanca no passado e o processo constitutivo desaparece. Neste caso, a multiplicidade de indivíduos não é vista como elemento intrínseco à existência da vida coletiva. Ela aparece como desagregação e ameaça. O “como se” que lemos no trecho do *Tratado teológico-político* é relevante para a argumentação de Guimaraens, e de fato ele está ali. Segundo o professor, tal expressão demonstra que efetivamente não entregamos jamais toda a nossa potência (*conatus*) a absolutamente ninguém. O esforço argumentativo de Guimaraens edifica a compreensão de seu leitor sobre as sutilezas existentes entre aquilo que didaticamente chamamos de metafísica e didaticamente chamamos de filosofia política. Há momentos que estas instâncias, ou esses patamares, não são plenamente discerníveis, o que traz uma visão

gestáltica do pensamento de Spinoza. Em nenhum outro trabalho sob o qual nos debruçamos nesta pesquisa tal totalidade teve suas “engrenagens” exibidas em funcionamento como neste livro de Guimaraens.

Basilar na argumentação de Guimaraens é o conceito de multidão. Conceito também fundamental na obra de filosofia política de Marilena Chaui, que lá optou por trabalhar tal conceito sem traduzi-lo. De fato, é um conceito inescapável se o tema é a política de Spinoza. Ele novamente surgirá no proscênio das articulações traçadas pela professora Ana Luiza Saramago Stern, no seu livro de 2016. Aqui, Guimaraens define multidão como:

“Conjunto de singularidades humanas que, reunidas sob um direito comum, constituem uma potência coletiva que supera incomensuravelmente as potências individuais e busca preservar as condições necessárias para a conservação de tais potências.”²

Sua importância não é minorada por nenhum destes três estudiosos citados acima. O que o conceito de multidão representa auxilia numa melhor compreensão do pensamento de Spinoza. Se ele se valesse do conceito de “massa”, perderíamos a singularidade de cada elemento que compõe o conjunto, e isso não condiz com a ideia de que não se concede, de que não se destina toda a potência de cada indivíduo para o seu respectivo governo. Se utilizasse o conceito de “nação” coadunaria com a tese do jusnaturalismo, ou seja, algo instituído e já feito. Diz Guimaraens – apoiando-se no *Tratado político* – que ela é “uma multiplicidade de potências humanas singulares que, agenciadas entre si, constituem uma potência coletiva.” O fruto desta explanação sobre o conceito de multidão Guimaraens nos apresenta no final do seu terceiro capítulo. Ele conclui que a possibilidade para assegurar a liberdade encontra-se justamente no impedimento dos excessos que regimes como a monarquia e a aristocracia podem vir a cometer, ao tentar restringir ou se apropriar de um potência que extrapola aquilo que cada indivíduo pode – ou está disposto – a conceder para a coletividade. Noutras palavras, a democracia, justamente por amoldar-se melhor àquilo que a multidão está disposta a conceder, é o regime mais propício a

² Idem. p.137

garantir a liberdade. Na sua conclusão, Guimaraens aponta que a democracia, embora suscetível à entropia, é a forma de governo que é capaz de “sustentar a liberdade”, uma vez que o direito da Cidade é a própria potência de sua multidão.

Na parte final de seu trabalho, Guimaraens adentra em dois outros temas através do pensamento de Spinoza. Não vamos aqui esmiuçar nenhum deles, mas queremos registrar que Guimaraens tornou-se também uma ótima porta de entrada para uma filosofia da ciência através da teoria dos modos de Spinoza. Associando a física aos modos infinitos e a medicina e o direito aos modos finitos, o professor constrói um paralelo entre as violações das normas jurídicas e as violações das normas do corpo. A argumentação leva à corroboração da ideia de que na origem de ambos (do organismo e do direito), temos uma potência que se atualiza e não uma determinação provinda do exterior. A última argumentação se apoia no pensamento do filósofo político Carl Schmitt (1888 – 1885), que compreende a política como uma teologia que se secularizou. Fazendo um paralelo entre exceção e milagre, Guimaraens inverte esse entendimento, afirmando que na realidade, a teologia é que é política. Esta mesma questão é encontrada em *A imaginação no poder*, de Ana Luiza Saramago Stern.³ No trecho no qual lemos esta passagem encontramos referências a Francisco Guimaraens, assim como Marilena Chaui e Antonio Negri.

Teologia e política têm um vínculo visceral, e Espinosa identifica que toda teologia é política. Diz Antonio Negri, referindo-se ao pensamento do filósofo: “Teológico e político são termos intercambiáveis” (Negri, 1993a: 135). No entanto, o inverso não é verdadeiro, a política em Espinosa não se restringe a esta manifestação servil da teologia.

Sem dúvida o professor Francisco Guimaraens é uma referência no trabalho de Stern. Além de vermos diversas referências ao longo do livro de Stern, é dele a sua apresentação. Essa publicação de Stern consolida a convicção de que Guimaraens não seria uma exceção, um ponto fora da curva na atenção ao pensamento de Spinoza a partir do mundo do Direito. Depois viria João Abreu –

³ STERN (2016). p. 85

que trataremos mais a diante – tornando um fato consumado a ligação, no Brasil, entre o pensamento político de Spinoza e os bacharéis deste início de século.

A obra de Stern ainda se encontra disponível no mercado editorial. Este intervalo de quatro anos ainda não foi suficiente para fazer este livro seguir o mesmo rumo que tantos outros. Diferente de Guimaraens, Stern parece se dirigir a todo e qualquer leitor que não conheça a obra de Spinoza, ou dela tenha pouca intimidade. Sendo de fôlego consideravelmente maior do que o pequenino e propedêutico livro de Gleizer, *Espinosa & a afetividade humana*, o trabalho de Stern pode ser entendido como a obra mais fluida e mais cativante dentre os trabalhos que analisamos no campo da filosofia política. A explanação apresenta os principais conceitos da metafísica de Spinoza para propiciar ao leitor a compreensão mais sofisticada da política spinozana. Seu foco fica explicitado logo na página 22, quando Stern afirma que seu livro “tem por objeto central a obediência política como experiência de servidão.” A influência do renascentista Etienne La Boétie (1530 -1563) no pensamento de Spinoza é, pela primeira vez no Brasil, ingrediente imprescindível na explanação de um spinozista.

Há uma crença, disseminada meramente por pensamento intuitivo, de que o spinozismo brasileiro seria flagrantemente influenciado tanto por Deleuze quanto por Marilena Chaui. Caso o leitor desavisado abrisse apenas o livro de Stern, ele conseguiria ratificar a crença preexistente. Isso não é um demérito, mas apenas e tão somente os apoios utilizados por Stern. Não são os únicos, obviamente, mas se fazem presentes de forma ressaltada. Talvez o ponto – no pensamento de Spinoza – que equilibre, que sustente e que exija toda a articulação argumentativa de Stern se encontre justamente no limite exato onde os afetos pertinentes à democracia concedem lugar à uma obediência que abre espaço para uma tirania. Esclarecer ao leitor todas as questões que estão envolvidas neste entendimento demanda o livro inteiro. Isto porque é necessária toda uma explanação sobre cada peça conceitual e todas as articulações entre elas; tanto quando esta dinâmica é dominada pelas paixões tristes, quando no seu avesso. Ao mesmo tempo, é através deste esforço que o pensamento de Spinoza é muitíssimo bem apresentado ao grande público. Insistimos, este trabalho de Stern, concordando com o professor João Abreu, é uma referência para o mundo

jurídico. Pode ter sido este o foco da autora, mas seu livro também é uma obra atraente para aqueles que são movidos apenas pelas paixões e curiosidade.

Na publicação de João Abreu, nós podemos ler os agradecimentos tanto à professora Stern quanto ao professor Francisco Guimaraens, que foi o orientador de João Abreu na tese que deu origem ao livro *O problema da propriedade privada em Espinosa*. Mais do que uma simples sequência de publicações, o departamento de Direito da PUC-Rio deve ser visto como uma referência no bom trato com a filosofia política de Spinoza. A publicação de Abreu foi o último fruto – até o presente momento – desta seara spinozista.

O problema da propriedade privada em Espinosa não é apenas uma terceira obra proveniente dos bacharéis do Rio. Esta publicação não apenas difere no seu objetivo – nesse quesito, cada publicação é singular – como também, possui uma estrutura e, mais do que isso, uma essência ainda não vista dentre os autores aqui elencados. Estrutura, porque na primeira parte do seu trabalho, Abreu não realiza uma apresentação da filosofia de Spinoza. Nem por isso ele se destina àqueles que já possuem intimidade com o pensamento do filósofo holandês. O livro de Abreu é claramente dividido em duas metades. A primeira não é dedicada à filosofia, mas sim a um conjunto de explicações que cercam o problema da propriedade privada. Bem no seu início Abreu parece se voltar exclusivamente para os juristas, advertindo-os sobre o conteúdo que irão encontrar ali. Adverte, por exemplo, sobre as doutrinas jurídicas, fazendo uma crítica àqueles que querem respostas e soluções prontas. “Quem se contenta com o que dizem o Código Civil, a Constituição, a lei de propriedade industrial e seus intérpretes não encontrará utilidade neste livro.”⁴ Logo em seguida o texto parece se abrir para um público mais amplo, trazendo uma discussão de cunho jurídico através do relato de uma disputa ocorrida entre Portugal e Holanda na aurora do século XVII. Uma caravela portuguesa foi apreendida pelos holandeses que alegava seu *domínio* a navegação por rotas marítimas por eles descobertas. Através desta genial escolha, Abreu transporta o leitor para o universo jurídico daquele período. Os conceitos são articulados com o cenário, com uma realidade que o leitor contemporâneo necessita compreender para conseguir acompanhar as transformações que transcorrerão ao longo do século seguinte.

⁴ ABREU (2019). p. 2

Além da Estrutura, como dissemos, esta publicação de Abreu também é diferente daqueles anteriormente apresentadas aqui, na sua essência. Afirmamos isto ao percebermos que poucos são os momentos nos quais o autor nos permite que seu leitor se esqueça que o texto é feito por um jurista. Quando lemos *Política em Espinosa*, de Marilena Chaui, ou quando lemos Guimaraens ou Stern, não é identificável, para o leitor, que aquela tem uma formação proveniente da Filosofia e estes do campo do Direito. Os três parecem partir da filosofia, com toda a intimidade, todo o traquejo e articulação próprios de quem se imbuí de uma argumentação filosófica. Os três apresentam um domínio, não só do conjunto da obra de Spinoza, mas desta com outros filósofos do período ou de outros períodos. Abreu também demonstra tal intimidade. Vemos menções exaustivas aos principais textos de Spinoza como também, na segunda parte, às cartas do filósofo. Não deixa ele, quando oportuno, de recorrer a Hobbes, Locke e outros. Não é uma questão de desconhecimento ou aptidão. A diferença se dá por um posicionamento que é resultado de uma escolha consciente de Abreu. O livro, no seu todo, parece voltar-se para este público sem, ao mesmo tempo, dificultar a leitura de um público mais amplo que queira conhecer o tema. Em outras palavras, não há jargões do mundo jurídico que se tornem obstáculo ao leitor. Mesmo assim, ele parece guardar mais afinidade com os juristas do que com os filósofos. Os dados de catalogação não ajudam nesta discussão. A obra de Stern e de Abreu, por exemplo, possuem a mesma classificação, enquanto diferem significativamente.

Como dissemos, Abreu dividiu seu livro em duas partes, e a primeira delas, a chamada *Querela das investiduras*, entre Portugal e Holanda, serve de ponto de partida para uma análise das argumentações dos juristas que defenderam uma e outra posição. Frei Serafim de Freitas (1570 – 1633) é o responsável pela construção da argumentação a favor do domínio exclusivo dos portugueses. Trata-se de uma resposta ao renomado jurista Hugo Grotius (1583 – 1645) que publicou em 1609, a pedido dos holandeses, *Da liberdade dos mares*. A influência da igreja católica, a reforma, as características de uma compreensão medieval de posse, de domínio e de propriedade, bem como o contraste com o pensamento moderno que se imporia, o surgimento de uma concepção de propriedade nos moldes modernos

e o advento do capitalismo; tudo isso aflora no texto como fruto das explicações sobre a *Querela das investiduras*.

A segunda parte do livro – chamada pelo autor de “coração e mente da tese” – traz, num primeiro momento, uma lida direta com o texto da *Ética* de Spinoza. Aos poucos, outros textos do filósofo participam da argumentação, até nos depararmos com diferentes menções a algumas de suas cartas. Abreu deixa transparecer uma dificuldade já esperada por aqueles que conhecem o pensamento do filósofo em pauta. Spinoza, seja pela brevidade de sua vida, seja porque realmente seu foco não seria este, não escreveu uma obra voltada para o Direito. Há, sabemos bem, duas obras voltadas para a política, uma delas inacabada devido a sua prematura morte. Desta forma, Abreu tem, algumas vezes, que “esticar” a compreensão que se pode ter de um Spinoza que não escreveu no campo jurídico. Algumas vezes transparece que “faltou a linha para dar o nó.”

Na publicação de João Abreu a apresentação do pensamento de Spinoza não segue um formato “convencional” e nem muito propedêutico. O público que já tem alguma intimidade com o pensamento de Spinoza tirará proveito de uma argumentação muito bem construída, enquanto o diletante em filosofia encontrará algumas dificuldades na compreensão geral. Desta forma, voltamos à indagação que mantivemos em nosso horizonte ao longo de todo este trabalho. Para quem foi escrito *O problema da propriedade privada em Espinosa?*

Este capítulo não teve o propósito de esmiuçar ou fazer uma análise detalhada das obras que apresentou. Em nenhum momento deste trabalho tivemos pretensão semelhante. Como as pinceladas de um impressionista, nos contentamos em passar os contornos gerais de um cenário que, por um lado, nos parece promissor. O campo acadêmico brasileiro, no que diz respeito ao pensamento de Spinoza, está vivo nestas primeiras décadas do século XXI. Sem dúvida, seria intuitivo acreditar que a produção sobre Spinoza fosse mais vigorosa dentre os filósofos, e que este trabalho contasse com muito mais estudiosos provenientes da Filosofia do que do campo do Direito. Ao mesmo tempo, entendemos que esta é uma questão escancaradamente desimportante. Seria, sem dúvida, objeto de estranheza e pesar se não tivéssemos nos deparado, ao longo da história intelectual brasileira, com significativos spinozistas provenientes da Filosofia. De forma alguma foi este o caso. Assim sendo, ao contrário de estranhar o vigor de

um departamento de Direito, podemos sim pensar que as publicações sobre Spinoza – dentre outros filósofos – não estão, e não deveriam jamais estar, sob a incumbência exclusiva deste ou daquele nicho. Uma pulsante produção vinda dos bacharéis nos traz um regozijo e a expectativa que outras áreas do conhecimento também enveredem por esta seara.

Se esta tradição nascente – constatada neste capítulo – nos parece promissora, por outro lado, não se afasta de nosso encaço a perspectiva constante de um esquecimento que entendemos como precoce. Indubitavelmente, o advento dos meios eletrônicos, das publicações de livros e artigos em mídia eletrônica, acentua a obliteração de um mercado editorial já claudicante. Não aceitamos o argumento de que as mídias eletrônicas são as únicas responsáveis pela tibieza de tal mercado. Basta, apenas a título de exemplo, confrontarmos o número e a diversidade das livrarias no Brasil com a realidade atual das livrarias de Lisboa, para nos darmos conta de que o problema não se limita a questão do advento do mercado virtual. A constatação de que algumas obras (sequer mencionadas aqui) já ficaram no passado, não nos causou estranheza ou incômodo. Outras obras que já não são mais acessíveis, como é justamente o caso dos trabalhos de Francisco Guimaraens, de Marilena Chaui, do professor Marcos Gleizer e da doutora Nise da Silveira deixa claro que temos problemas de difícil solução.

Este último capítulo termina com a satisfação de sermos testemunhas de uma tradição do estudo da filosofia política de Spinoza proveniente de uma intelectualidade madura do campo do Direito. Com a satisfação também, por estarmos convictos de que outras obras deste e de outros campos surgirão para o incremento de novas reflexões brasileiras sobre a filosofia de Spinoza. Ao mesmo tempo, este capítulo se encerra com a triste certeza de que dentro de pouco tempo as duas obras que ainda circulam nas livrarias se tornarão peças raras, apenas encontradas nas grandes bibliotecas do país ou transformadas, de forma lícita ou não, em arquivo eletrônico. Nossas poucas livrarias obedecem às exigências do mercado que é tantas vezes superficial, tantas vezes filoneísta. Desta forma, é compreensível que a complexidade de estudos sobre o pensamento de um holandês do século XVII não conte com muito espaço ou, melhor dizendo, tenha uma sobrevida muito breve. Não é difícil prever que, mesmo trabalhos de

excelência, como os de Stern e de Abreu, em breve não sejam mais facilmente encontrados.

Conclusão

Este trabalho, desde sua concepção, pretendia esboçar um panorama histórico da recepção do pensamento de Spinoza no Brasil. Na primeira investigação do tema, nos deparamos com a peculiaridade ímpar de termos que, ao realizar qualquer busca com o nome “Spinoza”, utilizar duas grafias diferentes. Em cada sistema de biblioteca ou em qualquer *site* de livraria, cada grafia registra uma parte dos resultados. Tantas obras apareciam com uma grafia, tantas outras com outra grafia. Esta situação de indefinição foi o tema do nosso primeiro capítulo. Foi o único capítulo cujo viés histórico não foi uma característica acintosa, porém discreta.

Por outro lado, neste problema que intuitivamente nos surge como meramente preliminar, já temos uma questão exclusivamente brasileira. Provocativamente, poderíamos dizer que se nosso propósito fosse apenas e tão somente identificar uma singularidade do spinozismo brasileiro, esta dissertação poderia se satisfazer com o seu primeiro capítulo. Lamentavelmente, a indefinição sobre a grafia a ser adotada prejudica sobretudo o diletante desavisado. Ele pode acreditar, na sua primeira busca, que apenas aquelas publicações existem, sem ter qualquer estranheza pela ausência deste ou daquele livro. Ao contrário de devanarmos uma solução baseada numa argumentação consistente a favor desta ou daquela grafia, cremos que a indefinição já está instalada desde os primórdios do spinozismo brasileiro, e que assim deve se manter como aspecto genuinamente brasileiro. Eventuais problemas em índices onomásticos parecem ser apenas detalhes que só um preciosismo nada comum por estas terras pode levar em conta.

Do segundo ao último capítulo construímos um percurso histórico, obedecendo rigorosamente à cronologia das obras publicadas. Tivemos a preocupação de nos determos com maior afinco justamente quanto mais para o passado nos remetíamos. Contextualizar o cenário no qual surgiu a *Finalidade do mundo*, de Farias Brito, bem como, esmiuçar suas reflexões sobre Spinoza, consumiu três capítulos inteiros. Nosso esforço naquelas páginas não era sequer por um livro, mas por apenas um capítulo dentro de um dos três volumes da obra deste Farias Brito. Por outro lado, no nosso último capítulo, que olhou para as publicações mais recentes, tentamos abarcar três autores distintos, e de forma

bastante panorâmica. Assim sendo, nosso trabalho não acentuou seus esforços, por exemplo, na obra mais recente ou na obra mais importante do spinozismo brasileiro. Primeiro porque desacreditamos que seja factível apontar qual seria esta obra mais importante. Não confundimos a mais notória com a de maior importância. Não acreditamos que este tipo de classificação tenha alguma serventia para algo positivo, mas ao contrário. A tentativa de se apontar esta ou aquela obra como sendo a de maior relevo, acaba colaborando para o esquecimento das demais. Tal obra é importante uma vez que a busca por aquele viés ou aquele tema pode ser atendido por ela. Pouco ajuda uma obra sobre filosofia política se o leitor ou pesquisador deseja se inteirar sobre estética, por exemplo. O critério utilizado para calibrarmos os esforços de pesquisa de forma flagrantemente desiguais foi exatamente através de uma atenção maior contra alguns esquecimentos.

Farias Brito foi o primeiro nome a efetivamente apresentar o pensamento de Spinoza aos brasileiros. Esclarecer sobre a pobreza intelectual daquele momento tornou-se imprescindível para auxiliar na compreensão daquilo que de fato representa o esforço daquele intelectual. A massa crítica brasileira ainda não existia, o campo acadêmico era insipiente e a educação da população ainda estava nos seus primeiros momentos. Constatamos as dificuldades que Farias Brito teve com o acesso às fontes bibliográficas. Imaginamos o deserto de interlocutores, críticos e público. Entendemos que este é o momento que podemos chamar de pré-história do spinozismo brasileiro. Ao invés de dedicarmos apenas uma pequena nota a este desbravador cearense, preferimos reavivar a realidade que construiu *Finalidade do mundo*, obra que se tornou rara. Estamos tratando aqui de um trabalho que tem pouco mais de um século. Isso representa um intervalo de tempo muito pequeno para qualquer pesquisador da área de filosofia. Por outro lado, se estamos embebidos numa sociedade filoneísta, uma arqueologia do saber parecerá, para muitos, um total desperdício de tempo.

Entre este farol solitário da pré-história do spinozismo em nosso país, e o primeiro nome daquilo que, por conseguinte, podemos considerar como “a história” deste spinozismo, cinquenta anos se passaram. Este intervalo de total silêncio não foi ignorado nesta dissertação. Isto porque é neste período que o campo acadêmico brasileiro efetivamente se consolida. É nele que o mercado

editorial brasileiro ganha impulso, conquista capilaridade e angaria uma significativa clientela. Obviamente não lançamos uma lupa em cada um destes pontos. Mencionar algumas inflexões na trajetória do universo editorial brasileiro auxiliou na compreensão da capacidade de alcance do livro. Pudemos sim pontuar as instituições, medidas, fatos e números que conjuntamente delineiam este processo de amadurecimento. Lívio Teixeira e a USP, indissociáveis, surgem deste crescimento do campo acadêmico e literário. Diante da impossibilidade de se saber quantos leitores anônimos os spinozistas brasileiros tiveram ou, quais as impressões e entendimentos que tais leitores tiveram, preferimos não ignorar que ao falar de “recepção” de um pensamento, devemos ter em nosso horizonte os seus leitores. Mesmo sabendo que este é o lado silencioso, optamos por realizar alguns esforços no que diz respeito aos seus parcos indícios.

Se Farias Brito pertence à pré-história do spinozismo brasileiro, Lívio Teixeira é então o primeiro nome desta história. Que satisfação constatar que neste momento seu trabalho ainda está vivo e acessível a todo e qualquer cidadão. Ele não apenas se encontra nas livrarias, como também em algumas bibliografias pesquisadas. Vimos, capítulo após capítulo, que o caminho mais comum das publicações sobre Spinoza é o açodado esquecimento. Cremos que o fato de uma editora universitária estar envolvida na publicação do trabalho de Lívio Teixeira tenha cooperado para este fôlego atípico, além do seu mérito, indubitavelmente. Lívio Teixeira já reflete a maturidade de um campo acadêmico, de um universo que dispõe de interlocutores e um ambiente de boas trocas.

Nesta história do pensamento brasileiro tivemos, até o presente momento, três mulheres atuantes. Não poderia haver melhor estreia desta participação feminina do que a doutora Nise da Silveira. A forma epistolar, em primeira pessoa, num tom de intimidade e tantas vezes confessional, poderia não ser mais do que uma peça delicada de um sentimentalismo despercebido da temática filosófica. A intelectual Nise da Silveira não fez isso. A forma adotada, única neste nosso percurso, não foi entrave para uma obra propedêutica do pensamento de Spinoza. Nise da Silveira é a primeira fonte introdutória brasileira de Spinoza. Obra de poucas páginas, de formato amoroso, mas ao mesmo tempo rico e didático no seu conteúdo. Se Machado de Assis foi aquele que fez a primeira menção ao filósofo que estudamos, Nise pode ser vista como a primeira a

explicitamente tentar seduzir o grande público para o pensamento de Spinoza. São nomes que nos possibilitam ter orgulho. Este trabalho da doutora Nise deveria ser, até hoje e para sempre, uma obra de amplo conhecimento dos brasileiros. Poderia ser adotada no ensino médio de algumas escolas e ser alvo de diversas reedições. Lamentavelmente não é esta a realidade. Fisicamente tornou-se raridade caríssima, acessível apenas para colecionadores. O arquivo eletrônico encontrado na internet não representa uma devida atenção por parte da sociedade brasileira.

Chauí, cronologicamente a segunda mulher a tratar de Spinoza, em muito difere de sua antecessora. Tornou-se fonte obrigatória para todo pesquisador do filósofo holandês. Autora de diversas publicações, foi a primeira a adentrar pormenorizadamente nos mais diversos assuntos pertinentes ao pensamento deste filósofo. Sua obra de maior notoriedade é também a de maior fôlego. *A nervura do Real*, que soma mais de 2 mil páginas em dois volumes de texto e mais um volume de notas, já alcançou sua quarta reimpressão. O desafio destes tantos leitores não é a extensão apoteótica ou a letra pequena. O tema desta pesada publicação, no seu primeiro volume, não poderia ser mais hermético. Chauí trata da imanência, questão basilar no pensamento de Spinoza. No segundo volume, da liberdade. No Brasil, o primeiro nome associado a Spinoza às vezes é o de Deleuze, mas para muitos brasileiros é o de Marilena Chauí e, mais especificamente, *A nervura do real*. Sem dúvida, é a obra mais comprada em território nacional sobre este filósofo. Intrigante por demais é constatar que Marilena Chauí também é a autora que teve a obra mais abruptamente esquecida. Sua publicação *Política em Espinosa* desapareceu. Trata-se de um livro propedêutico, talentoso, um tema convidativo para acadêmicos e diletantes, com uma linguagem acessível e uma extensão bastante razoável. Algumas vezes ele é encontrado nas referências bibliográficas de teses e dissertações que envolvem o tema. Foi referência nas obras dos bacharéis tratados no último capítulo de nosso trabalho. Nada disso foi suficiente para impedir que este trabalho logo se tornasse uma obra rara. Assim como o trabalho da Nise da Silveira, *Política em Espinosa* foi dragado pelo esquecimento. Em ambos os casos, um esquecimento que representa uma grande perda para o universo intelectual de nosso país.

O maior desafio dentre os trabalhos apresentados aqui encontra-se no capítulo destinado ao professor Gleizer. *Verdade e certeza em Espinosa* é um

livro exigente para com seu leitor e claramente destinada apenas aos pesquisadores da filosofia, Gleizer teve como objetivo afirmar que Spinoza pode não ser entendido como um dogmático. Assim, ele vai de encontro ao entendimento vigente no campo acadêmico. Seu trabalho é rigoroso e demonstra a que nível de sofisticação o spinozismo brasileiro alcançou. Por outro lado, destinado a um público tão restrito, é bastante compreensível que sua obra seja encontrada apenas nas grandes bibliotecas ou em arquivo eletrônico. Ao mesmo tempo vimos que Gleizer é um ótimo exemplo no trato com o público mais amplo. Sua obra *Espinoza & a afetividade humana* poderia ser fazer par com o livro de Nise da Silveira. Destinados à sedução e enriquecimento intelectual do público mais amplo possível, estes dois pequenos livros poderiam formar o par perfeito para a mais ampla divulgação do pensamento de Spinoza no Brasil. Parece um delírio pensar em uma divulgação da filosofia em massa no Brasil dos tempos atuais.

Por fim, voltamos aos bacharéis, e desta vez, no século XXI. Vimos por fim, uma sequência de publicações no campo da filosofia política de Spinoza. Ela nos assegura que o spinozismo brasileiro está vivo e consolidado. Sabemos que diversos artigos em diferentes revistas acadêmicas engrossam esta certeza. Os trabalhos aqui vislumbrados certamente ganharão novos pares ao longo dos próximos anos. Essa trajetória que traçamos é plural em diversos sentidos. Em diferentes momentos, com diferentes enfoques e objetivos, os estudiosos brasileiros conseguem contemplar diferentes públicos e interesses. Podemos afirmar que temos um campo acadêmico vigoroso o bastante para fomentar pesquisadores amadurecidos e capazes de realizar estudos com excelência.

Não encerramos este trabalho com tanto otimismo porque também constatamos que todas as obras aqui mencionadas enfrentam a possibilidade do esquecimento indevido. No Brasil, trabalhos incríveis rapidamente se tornam peças a serem investigadas numa busca arqueológica do saber. A novidade que hoje brilha nas vitrines em poucos meses pode ser um livro raro e de difícil acesso. Entendemos que a baixa qualidade de um trabalho faz com que este destino seja encontrado brevemente e com justeza. Estes casos não foram reavivados aqui. Lastimamos quando aquilo que percebemos como um patrimônio da intelectualidade brasileira é deixado de lado simplesmente por não ser mais

uma novidade, ao passo que, na realidade deveria se perpetuar tal qual outras obras, tanto de literatura nacional, quanto de nossa historiografia, de nossa sociologia, etc., que já se tornaram o que costumamos chamar de clássico.

Bibliografia

- ABREU, J. *O problema da propriedade privada em Espinosa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Lúmen Juris, 2019.
- ARANTES, P. E. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. 1ª ed. São Paulo: Paz e terra, 1994.
- BEVILAQUA, C. *História da Faculdade de Direito de Recife*. 2ª ed. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977.
- BOURDIEU, P. *The field of cultural production: essays on art and literature*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- BRITO, F. *Finalidade do mundo: estudos de filosofia e teleologia naturalista*. V2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.
- COSTA, J. C. *Panorama da história da filosofia no Brasil*. São Paulo: Ed.: Cultrix, 1956.
- CHARTIER, Roger (Org.) *Práticas da leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Estação liberdade, 2001.
- CHAUÍ, M. *A nervura do real: imanência e liberdade em Espinoza*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo: Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- _____. *Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- _____. *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1995.
- _____. *Política em Espinosa*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2003.
- CRIPPA, A (Org.) *As ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Ed.: Convívio, 1978.
- DOMINGUES, I. *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas – Ensaios metafilosóficos*. 1ª ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- ELIA, F. C. da F; ELIA, M. de L. (Org.). *Sobre Spinoza*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.
- ELLIS, M. [et al.]. *O Brasil monárquico, v. 6: declínio e queda do império*. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- FERNANDES, F. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus editora, 1966.
- FREYRE, G. *Ordem e progresso*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000a.
- _____. *Sobrados e mucambos*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000b.
- GLEIZER, M. A. *Verdade e certeza em Espinosa*. Porto Alegre: L&pm, 1999.

- GUIMARAENS, F de. *Direito, ética e política em Spinoza: uma cartografia da imanência*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2011.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- HOLANDA, S. B de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. 10ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LOPES, E.M.T.; FILHO, L.M.de F.; VEIGA, C.G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 5ª ed; 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- MACHADO, G. P. *A filosofia no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1976.
- MATTOS, C. L. de. *Francis Bacon, Descartes, Spinoza*. Capivari, São Paulo: Graf. Ed. do Lar / ABC do Interior, 1987.
- NOGUEIRA, A. *O método racionalista-histórico em Spinoza*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1976.
- PAIM, A. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1979.
- RABELLO, S. *Farias Brito ou uma aventura do espírito*. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira S.A., 1967.
- SERRANO, J. *Farias Brito: o homem e a obra*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1939.
- SILVEIRA, N. da. *Cartas a Spinoza*. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- SPINOZA, B. de. *Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político; Correspondência*. Seleção de textos de Marilena de Souza Chauí. Traduções de Marilena de Souza Chauí, Carlos Lopes de Mattos, Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes, Antônio Simões e Manuel de Castro. 3ª ed. (Col. Os pensadores) São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- _____. *Obra completa I: (Breve) tratado e outros escritos / organização J. Guinsburg, Newton Cunha, Roberto Romano*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014A.
- _____. *Obra completa II: correspondência completa e vida / organização J. Guinsburg, Newton Cunha, Roberto Romano*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014B.
- _____. *Obra completa III: Tratado teológico- político / organização J. Guinsburg, Newton Cunha, Roberto Romano*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014C.

TEIXEIRA, L. *A doutrina dos modos de percepção e o conceito de abstração na filosofia de Espinosa*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

VITA, L. W. *Panorama da filosofia no Brasil*. Porto Alegre: Ed.: Globo, 1964.

Teses e dissertações:

ABREU, J. M. M. *O problema da propriedade privada a partir de Espinosa*. Orientador: Francisco de Guimarães. Co-orientador: Maurício de Albuquerque de Guimarães – Tese - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2017.

ALVARENGA, J. F. de A. *Por uma democracia não-domesticada: Marx encontra Espinoza*. Orientador: Rodrigo Guimarães Nunes – Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2017.

ALVES, R. P. *O DNA kantiano dos direitos humanos e sua crítica a partir da filosofia imanente de Spinoza*. Orientador: Maurício de Albuquerque Rocha – Tese – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2015.

BELLUZ, M. M. *A singularidade anônima do humano*. Orientador: Carlos Alberto Plastino – Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2006.

BRANDÃO, R. de C. *Um mapa do múltiplo – física, ética, política na filosofia de Espinoza*. Orientador: Kátia Muricy – Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 1990.

CAMELIER, J. L. d’A. *Através das lentes de Spinoza: a pulsão como potência*. / Orientadora: Monah Winograd – Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2012.

COSTA, A. d’A. *O modo infinito imediato da extensão – uma leitura da teoria dos modos de Espinosa*. Orientadora Vera Bueno – Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2004.

GUIMARAENS, F de. *Cartografia da imanência: Spinoza e as fundações ontológicas e éticas da política e do direito*. Orientador: Carlos Alberto Plastino Esteban – Tese – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2006.

LUCAS, F. J. *Elementos do estado civil, formulação da política em Hobbes e Espinosa e a construção democrática*. Orientador: Maurício de Albuquerque Rocha - Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2015.

MARQUES, M. R. *Afeto e sensorialidade no pensamento de B. Espinosa, S. Freud e D. W. Winnicott*. Orientador: Carlos Augusto Peixoto Junior –

Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2012.

MENDES, A. P. *O povo em armas – democracia e violência em Spinoza e Marx*. Orientador: João Ricardo W. Dornelles – Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2009.

_____ *O que pode a multidão? Constituição e instituição em Espinoza*. Orientador: Francisco de Guimaraens – Tese – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2013.

ROCHA, M de A. *Spinoza: o olhar da alegria*. Orientador: Henry D’Aviau de Ternay – Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 1991.

_____ *Spinoza, a razão e a filosofia*. Orientador: Sérgio Luiz de Castilho Fernandes – Tese – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 1998.

STERN, A. L. S. *Resistir é obedecer? Resistência e obediência política na filosofia de Baruch Spinoza*. Orientador: Adriano Pilatti – Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2008.

SILVA, Fr. Edilson Rocha da. *As causas da expulsão dos jesuítas do Grão-Pará. (1755 – 1759)*. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana (Dissertatio ad licentiam), 1991.

Sites:

Em 28 de maio de 2019:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_de_Direito_do_Recife_da_Universidade_Federal_de_Pernambuco

Em 17 de julho de 2019:

<http://bndigital.bn.br/francebr/intercambios.htm>

Em 07 de agosto de 2019:

<http://www.pragma.ifcs.ufrj.br/uploads/K7-Empedocles.pdf>

Em 12 de novembro de 2019:

<https://www.revistas.usp.br/epinosanos>

Em 15 de março de 2020:

<http://seer.uece.br/Conatus>

Em 25 de maio de 2020:

<https://www.youtube.com/watch?v=oBDEZSx6xVs&t=185s>